Diário de Lisboa

ANO 56.º/19 038 4$00

TERÇA-FEIRA 27 ABRIL 1976

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

GOVERNO E P.R. — DOIS PROBLEMAS EM DEBATE

SOLUÇÃO DE DIREITA OU DE ESQUERDA?

. Terminadas as eleições legislativas, em cuja campanha estiveram largamente envolvidas as diferentes máquinas partidárias, toda a movimentação política nacional aponta agora para a formação do futuro Governo e para as eleições presidenciais.

Ao nível dos diferentes partidos, a análise dos resultados provisórios já conhecidos (e em relação aos quais não são previsíveis alterações de fundo) ocupa desde ontem as respectivas direcções. Para além das posições partidárias já tornadas públicas (ver págs. 6 e 7), novos dados são esperados para esta tarde quando dirigentes do P.S. e P.P.D. se reunirem, nas instalações da Gulvenkian, com os órgãos de Informação.

Também aos militares incube uma tomada de posição que atenda à tendência manifestada pelo eleitorado ao garantir, pelo segundo ano consecutivo, uma maioria de esquerda na Assembleia da República (que poderá reunir pela primeira vez na próxima semana). Neste campo aguarda-se a próxima reunião, marcada para depois de amanhã, do Conselho da Revolução, a qual, embora tendo na agenda de trabalhos outros pontos de discussão, poderá ficar-se apenas pela análise da presente situação político-militar. Deverá merecer especial atenção dos conselheiros o período que medeia até às eleições presidenciais, e que se prevê, de forma unânime, como particularmente delicado, dadas as tensões sociais e políticas que prevalecem e que poderão acentuar-se.

Com os 259 mandatos do Continente e ilhas já repenchidos (os quatro que faltam dizem respeito aos eleitores residentes no estrangeiro e não serão conhecidos nos próximos 8 a 10 dias), a Assembleia da República apresenta uma confortável maioria de esquerda, que excede, em 34 assentos, o total dos deputados da direita, a qual permitiria a uma coligação P.S.-P.C.P. governar sem excessivos problemas. Até ao momento, porém, as perspectivas que se abrem não são tão simples como poderá parecer.

O Partido Socialista, com 106 deputados eleitos (menos nove do que em 1975), mantém-se irredutível quanto à possibilidade de qualquer coligação, rejeitada quer à direita (P.S.-P.P.D.-C.D.S. ou P.S.-P.P.D. ou ainda P.S.-C.D.S.), quer à esquerda com o Partido Comunista. Colocados numa tal posição de isolamento, dificilmente se vê como poderão os socialistas governar, confrontando-se, na hipótese do não apoio tácito dos comunistas (traduzido, por exemplo, em sucessivas abstenções), com uma maioria P.P.D.-C.D.S., que excede em seis o total do seu próprio número de votos (o P.P.D. com 71 deputados — menos 9 do que na Constituinte — e o C.D.S. com 41 — mais 25 — dispõem, conjuntamente, de 112 lugares na A.R).

QUE SAÍDA?

Do impasse poderá ser encontrada saída através de um compromisso interpartidário — por hipótese P.S.-P.C.P. — ao abrigo do qual os socialistas receberão o apoio dos comunistas, cedendo, em contrapartida, na colocação no futuro Governo de elementos da confiança do P.C.P., embora não sendo militantes deste partido. Tais elementos poderiam ocupar essencialmente pastas de carácter técnico.

Nestas conjecturas — pois partindo embora de elementos responsáveis se situam ainda em tal campo — há, no entanto, um factor que falha para já: a posição do P.C.P. em aceitar ou não uma tal situação. Definindo a sua atitude como «a de não apoio a uma política que não seja coincidente com a sua», o P.C.P. coloca, para além das possibilidades acima expostas, a questão do programa de acção do futuro Governo. E aqui nova conjectura acontece: concretizando-se um acordo quanto à composição do Governo e definindo-se um programa governativo adaptado às principais linhas políticas dos dois partidos, chegar-se-á a um acordo?

A QUESTÃO DA PRESIDÊNCIA

O problema converge, como derradeira alternativa, para o futuro Presidente da República. A este competirá a nomeação do primeiro-ministro, depois de ouvidos os partidos representados na Assembleia.

Em princípio tudo aponta para que seja o P.S. o escolhido. Mas não tem forçosamente de ser assim.

Dada a posição minoritária do P.S. na Assembleia da República, uma aposta cega no partido de Mário Soares, longe de corresponder à estabilização da situação democrática, poderia criar ainda mais graves sintomas de agitação social, e desmoronamento da economia. Para o futuro Presidente da República, portanto, a eventual escolha do P.S. passará muito pelas negociações prévias que este partido possa conduzir e às garantias que, através delas, possa obter. Mas passa também pela viabilidade de o futuro presidente aceitar tais garantias, não concretizadas numa coligação oficial à qual dificilmente se poderia furtar.

. E aqui depara-se novo problema: o da escolha da figura sobre quem pesarão tão graves decisões.

É esta que forma agora o cerne de toda a movimentação política. E aqui, como no caso do futuro Governo, tudo depende de o PS encarnar ou não, em toda a sua amplitude, o significado da votação maioritária na esquerda que se registou nas eleições que agora terminaram. Para o PS, a opção tem de se pôr novamente em termos de esquerda ou de direita, sabido que uma e outra tendência se confrontam no próprio seio das próprias Forças Armadas (e a posição destas será decisiva, ainda que a escolha venha a recair sobre um civil).

Continuará, pois, a ser sobre esta polarização que se desenrolarão a designação e eleição do futuro presidente.

Os resultados eleitorais já tornados públicos, ainda que provisórios, originam hoje importantes reuniões dos principais partidos.

Esta manhã reuniu o Secretariado Nacional do PS e, para a tarde, está prevista uma reunião da Comissão Política do PCP. Da parte do PPD registou-se, esta manhã, uma reunião do seu Secretariado, a qual será seguida, de tarde, por uma reunião do Conselho da Comissão Executiva, que

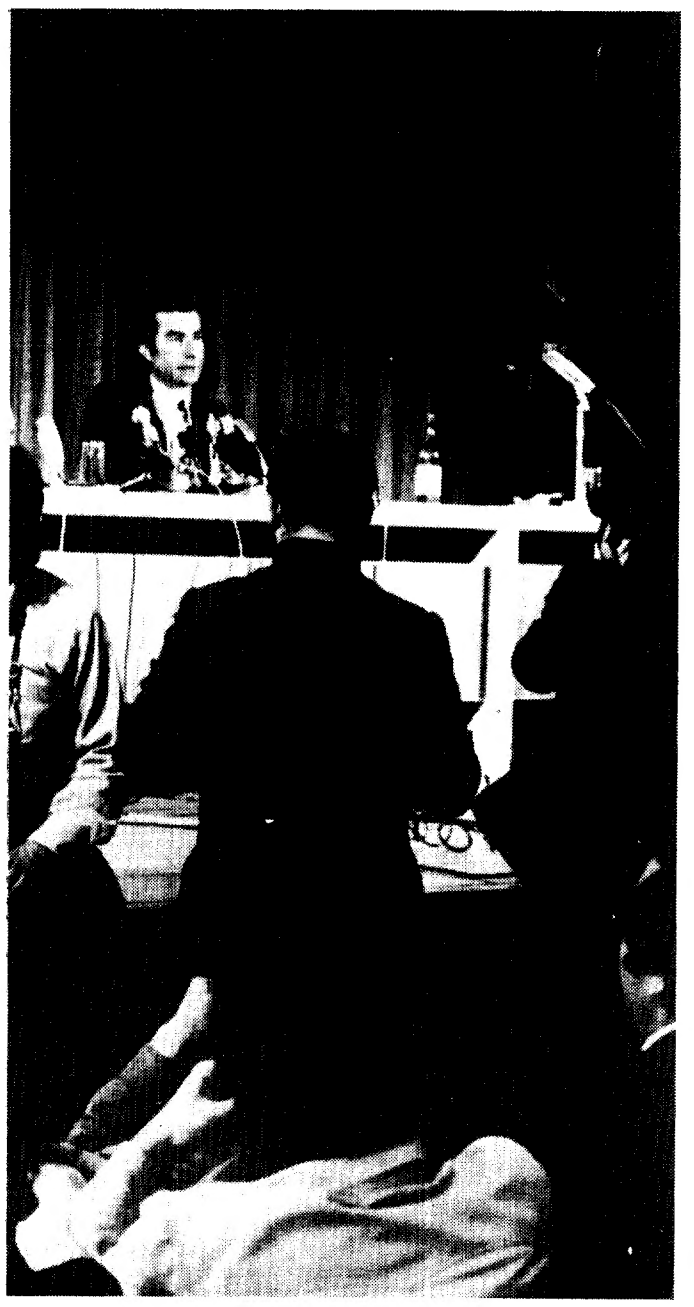
Continua na pág. 20

JÁ ELEITOS 259 DEPUTADOS

	N.º de deputados				
	PS	PPD	CDS	PCP	UDP
AVEIRO	5	6	4		
BEJA	2			4	
BRAGA	6	5	4		
BRAGANÇA	1	2	2		
C. BRANCO	3	2	2		
COIMBRA	6	4	1	1	
EVORA	2			4	
FARO	6	2		1	
GUARDA	2	2	2		
LEIRIA	4	4	2	1	
LISBOA	25	10	8	14	1
PORTALEGRE	3			1	
PORTO	18	11	6	3	
SANTAREM	6	3	2	2	
SETUBAL	7	1		9	
V. CASTELO	2	3	2		
VILA REAL	2	4	1		
VISEU	3	4	4		
ANGRA DO HEROISMO	1	1			
HORTA		1			
PONTA DELGADA	1	2			
FUNCHAL	1	4	1		
CONTINENTE	103	63	40	40	1
CONT. E ILHAS	106	71	41	40	1

Como se vê pelo quadro ao lado, globalmente, o P.S. obteve 106 deputados (115 no ano passado), o P.P.D. 71 (80), o C.D.S. 41 (16), o P.C.P. 40 (30) e a U.D.P. 1 (1). Falta ainda apurar os deputados eleitos pela emigração. Desde já assinala-se que o P.S. e o P.P.D. tiveram menos nove deputados cada, o C.D.S. viu o número de deputados aumentar de 25 e o P.C.P. de 10, enquanto a U.D.P. manteve 1 deputado

20 PÁGINAS



O secretário-geral do P.P.D. esta manhã na Gulbenkian.

Sá Carneiro nega aliança P.P.D.-C.D.S.

«O P.P.D. não está interessado em derrubar governos. O P.P.D. interessa-se é, particularmente, pela consolidação da democracia e vê mal que um partido queira governar sem dispor de uma maioria nos mecanismos da governação e não possa contar com a maioria da Assembleia da República. A nossa atitude perante um Governo socialista não é de recusa nem de apoio: apoiaremos ou não as medidas concretas ou não, conforme elas sejam ou não adequadas às necessidades do povo português. O que nos interessa é a estabilidade do País». Palavras de Sá Carneiro ditas esta manhã num dos auditórios da Fundação Gulbenkian durante uma conferência de Imprensa, a reunião serviu para o secretário-geral do P.P.D. fazer uma exposição das posições do seu partido no contexto da situação actual e perante as perspectivas de futuro que se abrem.

Sá Carneiro afirmou uma vez mais a probabilidade de o P.P.D. abandonar o VI Governo, em face da necessidade, por outros apontada, de alguns reajustamentos, embora parciais. Tendo em conta o período que vai até às eleições para a Presidência da República, Sá Carneiro sublinhou a necessidade de se definir

Continua na pág. 20

Lei de Imprensa: art. 66.º em questão

(Páginas centrais)

Nacional

Política de A a Z

DO TRIUNFALISMO MAIORITÁRIO

Dos quatro partidos agora mais votados e que dispunham já de maior representação na Assembleia Constituinte, P.S., P.P.D., C.D.S. e P.C.P. — três, pela voz de dirigentes altamente responsáveis, anunciaram que alcançariam a maioria absoluta dos sufrágios nestas eleições para a Assembleia da República. E fizeram-no num tom confiante, com displicente triunfalismo. Os resultados das eleições não confirmam a fundamentação da análise que levava a tão temerário triunfalismo. Perante uma vitória partidária do P.S., e global da esquerda, não é fácil conceber como viável uma solução monopartidária. O jogo da maioria na Assembleia da República implica uma combinação um compromisso, um pacto. Deixemos de lado a palavra «aliança» e o seu real conteúdo político, mas pede-se, sim, o reconhecimento, com realismo, da situação que se verifica: o P.S. é o primeiro partido, mas não é um partido maioritário. Dado que, para governar, carece de uma maioria parlamentar tem que organizar, contratualmente, essa maioria. Caso contrário, o P.S. pretenderá prevalecer-se, contra a lógica do sistema democrático parlamentar de que se proclama intransigente defensor, de uma situação governativa que poderá degenerar em crise de Governo (no plano administrativo) e em crise política (no plano da correlação de forças).

Estranha-se, portanto, que um secretário nacional do P.S., militante antifascista e anticolonialista com «curriculum», venha declarar nas páginas de um jornal da tarde que aos resultados eleitorais deverá ser atribuído «o significado de uma derrota das forças de direita e também do P.C.P. e da extrema-esquerda».

Valerá a pena vermos definido o que deverá entender-se por Governo do vencedor contra os derrotados, os da direita, o P.C.P. e a restante esquerda, dentro de uma pura concepção de maioria democrática parlamentar. Os resultados eleitorais — que em caso algum deverão ser minimizados — não confirmaram os prognósticos triunfalistas, nem consentem uma solução política que se proponha ignorar a correlação de forças.

VITÓRIAS E DERROTAS

A vitória do P.S. é importante mas é elucidativa. O P.S. ganha o primeiro lugar nas listas dos resultados globais das eleições para a Assembleia da República, mas perde votos e posições — por exemplo — no Alentejo, apesar da atitude de esquerda de um Lopes Cardoso. A sua vitória não corresponde à expectativa dos dirigentes do PS (confiram-se as declarações de Mário Soares e, sobretudo, as de Francisco Salgado Zenha). O P.P.D. poderá igualmente falar de vitória, em relação ao P.S., em relação ao C.D.S. Não foi, como se chegou a esperar, o grande derrotado das eleições, embora tenha perdido deputados e votos. A dissidência que enfraqueceu o grupo parlamentar do P.P.D. e que levou depois à constituição do M.S.D., parece não ter tido uma repercussão nacional nas bases do P.P.D. Por outro lado, verifica-se que o P.P.D. resistiu aos ataques severos do P.S. (e, também, do P.C.P. e da restante esquerda, com excepção dos seus insignificantes aliados marxistas-leninistas-maoístas), que suportou a concorrência de direita, a do C.D.S., a do P.D.C., a do P.P.M. Por seu turno, o C.D.S. não só alcançou resultados numéricos que duplicam os do ano passado, como recuperou uma liberdade de movimentos e de intervenção que lhe tinha sido contestada.

Supomos errado ignorar que, também, o P.C.P. averbou uma relativa vitória. Não esquecemos a operação de recurso que terá sido a reconversão do M.D.P./C.D.E. (movimento-partido-movimento) e o apelo deste a favor do voto P.C.P. como o melhor voto de esquerda, mas não esquecemos, igualmente, a generalização, o vigor, o rancor, e mesmo a histeria, da campanha desencadeada contra o P.C.P. Mantendo posições, fortalecendo posições, em termos relativos, também, o P.C.P. se poderá regozijar com os resultados eleitorais.

A ESQUERDA DIVIDIDA

As eleições confirmam os progressos organizacionais e políticos da U.D.P., consolidam a sua audiência, renovam a sua presença parlamentar. Como o C.D.S., a U.D.P. duplicou a votação em relação a 1975. Por outro lado, o M.R.P.P., a A.O.C. e o P.C.P.(m-l) somam milhares de votantes (cerca de sessenta e sete mil). Cerca de cem mil votos foram totalizados pela F.S.P., pelo M.E.S., pela L.C.I., pelo P.R.T. Enquanto a direita perde na dispersão doutrinal (?) cerca de 55 000 votos, a esquerda pulveriza, numa diferenciação eleitoralmente estéril, 170 mil votos.

Bem sabemos que se argumenta que nem toda a esquerda visa uma política de esquerda, que nem todos os partidos que se reclamam da classe operária e que se intitulam consciência e voz dos trabalhadores, se batem em posições de classe e de opção antifascista. Mas, para a opinião pública, de um modo geral, são esquerda. Como esquerda revolucionária mostram uma capacidade, que não deverá ser ignorada, nem poderá ser desprezada, para atingir, envolver e interessar as gerações mais novas. Essa esquerda dividida, conflituosa, concorrente, polemicante, revela um potencial de sedução em relação à juventude. O voto dos jovens estudantes, trabalhadores dos serviços e, também, em certas zonas, dos jovens trabalhadores industriais, favoreceu resultados eleitorais que no conjunto nacional não são desprezíveis. Cada organização da extrema esquerda deverá reconsiderar — se é, realmente, de esquerda — a validade teórica e a pragmática rendibilidade de um tipo de intervenção política que desorienta militantes, que dispersa votos, que diminui potencialidades mobilizadoras, que semeia confusão e divisões.

Os resultados das eleições convidam a um exame de consciência, a uma reflexão crítica e autocrítica.

Freitas do Amaral (C. D. S.), Mário Soares (P.S.), Filipe Faria (U.D.P.) e Sá Carneiro (P.P.D.) participantes de uma mesa-redonda surpreendentemente interrompida para regalar o telespectador interessado na cousa pública com um anódino programa de variedades em versão italiana

PARTIDOS EM MESA-REDONDA

Perigo da desestabilização até às presidenciais

Negando alianças com o P.P.D. e C.D.S., de um lado, e P.C. do outro, Mário Soares, secretário-geral do P.S., em mesa-redonda na TV, na noite de ontem, apontou para o telespectador a sua posição: após aswleições presidenciais após as eleições presidenciais colhe um primeiro-ministro socialista que por sua vez nomeia um Governo «homogéneo», reafirma Mário Soares. O Governo e o programa de governação são apresentados à Assembleia da República. E o problema levanta-se: «Se o P.P.D., o C.D.S. e o P.C.P. votarem na Assembleia contra a hipótese de Governo P.S., ficarão com a responsabilidade de apresentarem uma alternativa ao País».

Participavam na mesa-redonda, moderada por Veiga Pereira, além de Mário Soares, Freitas do Amaral (C.D.S.), Sá Carneiro (P.P.D.) e Filipe Faria (U.D.P.). Álvaro Cunhal não estava presente.

A propósito da posição de Mário Soares, respondeu Sá Carneiro ser o P.S., ao recusar qualquer hipótese de coligação, que estava a «assumir uma responsabilidade histórica».

Freitas do Amaral iria mais longe. Depois de alinhar argumentos conducentes à possibilidade de o P.S. se desvincular dos compromissos que assumira perante o eleitorado (governar sózinho, fundamentalmente), o «leader» do C.D.S. fez um apelo a Mário Soares (eufemismo que passa pelo perigo da desestabilização que pairou frequente nas intervenções tanto de Freitas do Amaral como de Sá Carneiro) que em «1975 teve a coragem de não ser um Kerensky para que tivesse, em 1976, a coragem de não ser um Allende».

Mário Soares, recusou a argumentação de Freitas do Amaral que apontava para o perigo das minorias governamentais. Lembrou-lhe que, além de estarmos em Revolução, não estamos numa democracia parlamentar, mas sim numa democracia semipresidencialista, «sendo portanto democrático que o P.S. formasse Governo».

Também sobre a questão da formação de um Governo socialista, o participante da U.D.P.a quem os outros três intervenientes da mesa-redonda faziam tudo para relegar para segundo plano, pôs a tónica na questão «se o P.S. pode resolver os problemas do Povo». E fez a declaração: «A U.D.P. combaterá todas as medidas do Governo P.S. que não sirvam esses interesses».

MANTER OU NÃO O VI GOVERNO

Sobre a permanência do VI Governo, ou a sua alteração, pronunciaram-se ontem os partidos presentes à mesa-redonda. Só o P. P. D. seria contra a manutenção do actual Governo. Eram no entanto diferentes nas razões os motivos apresentados pelos outros três partidos para a permanência do VI Governo até às eleições presidenciais. A U.D.P. acrescentaria à sua posição considerar ser o período de dois meses até às presidenciais, um tempo em que partidos como o P.P.D. e C.D.S., que considerou fascistas, «vão procurar desestabilizar a situação portuguesa».

Freitas do Amaral argumentaria que a actuação do VI Governo fora tão «frouxa» que já agora dois meses mais, dois meses menos... Mário Soares, foi de opinião diferente. Além de haver um acordo tácito na altura das negociações para o Pacto MFA-Partidos a fim de que se mantivesse o Governo até haver um presidente da República eleito, avançou a necessidade de serem levadas a cabo, e já, as medidas em curso neste momento, assumidas pelo VI Governo.

Coligações foi tema. Ponto nevrálgico delas o P.S., este através do seu secretário-geral continuaria a recusá-las. Ao convite para a coligação com o C.D.S. e o P.P.D., responderia Soares: «Uma aliança com tais partidos seria dar de bandeja ao P.C. uma posição de polarizador de esquerda e dos trabalhadores portugueses».

Também os resultados eleitorais mereceram leitura dos participantes da mesa-redonda. Freitas do Amaral que em recente entrevista declarara ir triplicar o número de votos no C.D.S., regozijou-se por eles terem duplicado em relação a 1975 e ter ultrapassado o P.C.. Pelo que (conclusão extraida por Freitas do Amaral) «não nos consideramos mais um partido de oposição, nem nos consideramos já um partido do Governo, mas sim um partido candidato ao Governo».

Sá Carneiro admitiu que para a diminuição do seu eleitorado contribuisse a sua participação no Governo, «principalmente num Ministério ingrato como é o do Comércio Interno».

Filipe Faria felicitou o Povo português por não ter concedido a maioria ao P.P.D. e C.D.S. que classificou de partidos fascistas.

NAS RUAS DE LISBOA

Militantes do P.S. festejaram vitória

Milhares de militantes e simpatizantes do Partido Socialista percorreram, de automóvel ontem e esta madrugada, as principais artérias de Lisboa, comemorando assim a vitória do seu partido nas eleições para a Assembleia da República.

«Fomos colhidos de surpresa», foi o que nos afirmaram, da sede da Juventude Socialista quando, na impossibilidade de conseguirmos entrar em contacto com a sede do partido (Rua da Emenda), ligámos para a Rua S. Pedro de Alcântara. Nesse preciso momento eram centenas as viaturas que passavam naquela rua buzinando estridentemente, dando os seus condutores e acompanhantes vazão a toda a sua alegria.

«Foi uma manifestação espontânea», segundo o mesmo informador, mas que se prolongaria pela madrugada fora. Dos automóveis, homens e mulheres faziam adejar bandeiras e estandartes do P.S., e muitos a bandeira nacional como símbolo da unidade. Em muitas das portas, um largo cartaz com esta inscrição: «Queremos reconstruir um país novo».

Seria no Rossio, ante centenas de pessoas que ali se concentraram para vitoriar o P.S. e aqueles simpatizantes da caravana motorizada, que o ruído dos «claxons» e as manifestações de alegria mais se exteriorizariam: os participantes no desfile gritavam «P.S., P.S., P.S.», e os que passavam a pé ou igualmente de automóvel, respondiam com outro «P.S., P.S., P.S.».

Sem um itinerário programado os manifestantes passaram a Avenida de Berna, onde funcionou o Centro de Escrutínio Provisório destas eleições. E ali, como na Avenida da Liberdade, Marquês de Pombal, Largo do Rato, Rua Alexandre Herculano, Príncipe Real, Avenida Fontes Pereira de Melo, Avenida de Roma e Praça de Espanha, para citar algumas das artérias que animaram durante várias horas.

Às duas horas da manhã eram ainda muitos os simpatizantes e militantes do Partido Socialista, já dispersos, que buzinavam na cidade, sobretudo no Rossio, onde deram por finda a sua manifestação de júbilo.

post scriptum

Nós emigrantes estamos a ser enganados

Aqui, em Frankfurt, só nos chegam os jornais mais reaccionários de Portugal, que nos dão uma panorâmica deturpada da situação no nosso país. Quanto às emissões de rádio em português, escusado será dizer: missa, fados, bola e pouco mais.

Sabemos perfeitamente de que lado estão os senhores que organizam os programas, que controlam a Imprensa, aqui. E depois dizem que o fazem de acordo com a vontade dos emigrantes. Isso é mentira.

Tudo se passa como se não tivesse existido um 25 de Abril em Portugal. A linguagem é a mesma (ou quase). O que não compreendo é, num país em revolução, como o nosso, os fascistas falarem tão à vontade (isto no que se refere à Imprensa que aqui nos chega)?

Que nós emigrantes estamos a ser enganados, é um facto, mas muitos de nós nos apercebemos disso, tal é o descaramento da linguagem dos vampiros, a despeito das suas subtilezas.

Nós, explorados, aqui no estrangeiro, queremos uma informação correcta. Interessa-nos saber como vai decorrendo a Reforma Agrária, a actividade das comissões de moradores, de trabalhadores, enfim as conquistas populares.

Joaquim Manuel Palma — Frankfurt — R.F.A.

SILVES: Desleixo ou falta de interesse?

Na cidade de Silves, quando me dirigia ao castelo, passei por uma escadaria, que dá acesso ao monumento designado por Gregório Mascarenhas. E é aqui que existe aquilo que poderá considerar-se a «nódoa» de Silves.

A escadaria, já bastante antiga, é totalmente calcetada e com o decorrer dos anos o piso apresenta-se irregular e sobretudo escorregadio, devido à sua constante utilização, provocando quedas graves. Aliás viemos a saber que alguns dias antes uma senhora tinha fracturado uma perna quando utilizava aquela escadaria. Por outro lado, foi-nos dito em Julho em 1975 vários moradores tiveram a preocupação de informar o presidente da comissão administrativa da C.M.S. do péssimo estado em que aquela artéria se encontrava. Este prometeu uma solução rápida para o problema.

Acontece que são já decorridos cerca de nove meses e nada feito. Isto quando é uma artéria que dá acesso a uma fábrica de cortiça e ao castelo de Silves, tendo por isso que ser forçosamente utilizada por elevado número de pessoas. sobretudo os moradores e os turistas que visitam a cidade.

Perante esta situação: Por que espera a Câmara para resolver esta «nódoa»? Será que está à espera do afluxo turístico, para que caiam mais pessoas?

José Salvador Madeira — LISBOA

Afinal quem é social-fascista?

Se na altura do fim da II Guerra Mundial Mao-Tsé-Tung estivesse no poder não hesitaria em mandar as maiores condolências a Hitler por tê-la perdido. É assim o socialismo de Mao e de todos os grupos que seguem a sua ideologia.

Que casos mais flagrantes de social-fascista são precisos para apelidar (com razão) a política de Mao se social-fascista, como o são o envio de condolências ao rei de Espanha, pela morte do tirano Franco; a aprovação do regime de «apartheid» na África do Sul; o apoio aos movimentos fantoches Unita e F.N.L.A.; o apoio ao Governo fascista de Pinochet?

Acho que não serão necessários mais exemplos.

No momento em que certas forças políticas falam muito em social-fascistas, é oportuno perguntar: afinal quem é social-fascista?

E isto, porque creio ser a prática que revela as intenções dos políticos e não os rótulos criados apressadamente pelas forças a quem não interessa o verdadeiro socialismo.

José Fernando Silva Santos — PAÇO DE ARCOS

O que é o SNED

«O Sindicato Nacional dos Enfermeiros Diplomados é uma catarse. (...) Os mais aproximados do doente são escriturários de 3.ª classe. Adoram o «higt status» do enfermeiro «American and Canadian Nursing Schools», mas, em boa verdade, 80 por cento dos seus aderentes não têm mais do que um 1.º ciclo atabalhoado, um Q.I. médio e um passado, por vezes, muito infeliz. A enfermagem e os doentes deste país nada lhes devem de bom; os doentes nem os conhecem, graças a Deus.

O SEND é pluralista; melhor contestestou a unicidade sindical. O SNED é um trapalhão perigoso, mente ao Governo e à população: a manter-se a situação presente, os enfermeiros acabam por perder a paciência, declaram greve total (nada parecido com a já feita) e depois sempre se quer ver onde é que ele vai buscar enfermeiros «diplomados» para os substituir. E a culpa é do Governo, que acreditou neles. O SNED não tem uma existência real e esta é a sua única desculpa; começou a existir à força de ser contestado... mas mea culpa, mea culpa. O SNED é dialecticamente impossível.

Manuel Dias Fortunato Lopes —

BATATA: UM PROBLEMA DE HOJE

Quem desorganiza o mercado? Quem beneficia do aumento de preços?

S.U.

A abordagem do problema da batata passa pelo tratamento em separado de batata de consumo e da batata de semente que embora completando-se têm histórias diferentes. É sobre a 1.ª que vamos hoje debruçar a nossa atenção, por um lado porque ainda é uma «batata quente» e por outro para tentar explicar que o problema da batata é pacífico e só existe porque o Governo assim o quer.

De facto, a batata é dos produtos agrícolas talvez o mais polémico; tem-no sido sempre desde os longos tempos do fascismo. Cultura feita essencialmente em zonas de agricultura pobre, na sua maior parte em minifúndio e por isso mesmo abandonada à sua sorte e ao jogo de interesses dos armazenistas-importadores.

É vulgar dizer-se que é um produto sensível, político, mais pelas crises agudas que atravessou, sendo de destacar as de 1947, 1951, 1959, 1967 e 1970, do que pela atenção que tem merecido, acabando os pequenos e médios produtores por ser sempre os principais prejudicados.

Na realidade, para uma produção interna de cerca de 1 milhão de toneladas e um consumo sensivelmente semelhante, qualquer variação de 10 por cento na produção para mais ou para menos, põe o Governo perante o dileme de 100 mil toneladas que ou terá de exportar «sem preço» ou de importar «sem critério».

Tem sido sempre assim e as soluções encontradas pela administração pública são também conhecidas desde as intervenções a preços irrisórios, com a batata a apodrecer nos armazéns, à importação sem critério feita pelos armazenistas-importandores, à atribuição de subsidios, etc.

Contudo, por estranho que pareça, é grande a quantidade de matéria legislativa saida sobre o assunto, numa tentativa de controlar o produto, geralmente através de fixação de preços máximos ao consumidor acompanhados por margens de comercialização muito estreitas ao retalhista.

Como é de ver a frustração foi sempre constante porque nunca se evitaram os períodos críticos. A política assim seguida só tinha o objectivo de favorecer os armazenistas que compravam aos produtores por preços clandestinos, cumprindo a lei (margens de comercialização) através de facturas ou recibos passados com outro preço.

O preço na produção era assim feito por estranhos que a seu bel-prazer, através dos ajuntadores e comissários de compras, mantinham, e mantèm, os pequenos e mèdios produtores fora de comercialização dos seus produtos.

Daí que a produção tenha estado sempre entregue ao espontaneismo dos produtores, aos exploradores, ao total esquecimento dos responsáveis pela agricultura; e o retalho quase sempre entregue à regra do jogo do armazenista, seu financiador, e ao estrangulamento das margens de comercialização impostas pelo Governo.

Concederam-se todas as possibilidades de importação de batata de semente, factor de primordial importância na produção de batata de consumo, de tal modo que ainda em fins de 1974 se importaram cerca de 35 variedades (e desde o anterior qualquer coisa como 200!) das quais só uma dezena com interesse.

Além disso o Governo fascista nunca definiu objectivos, nem determinou os custos de produção, nem experimentou as variedades mais aptas, etc., aqueles mínimos que se podem exigir para que os órgãos de decisão possam cumprir a tarefa que lhes cabe na vida do País.

Esta era a filosofia da batata chegada ao 25 de Abril! Não admira pois que um dos problemas de abastecimento tratados prioritariamente fosse o da batata, não porque houvesse escassez ou excesso, mas porque a política até então seguida não servia a maioria, e nesta, nomeadamente, os produtores e retalhistas.

Assim uma das questões a resolver após a queda do fascismo era disciplinar as margens de comercialização, tomar conhecimento dos circuitos de comercialização e preparar o organismo de coordenação económica, Junta Nacional das Frutas, para a intervenção no mercado.

O 1.º problema foi pacífico e de simples resolução, bastando para isso que saísse em «Diário da Repúclica». Quanto ao resto necessário se tornava ouvir a produção.

As reivindicações, simples, chegaram por todas as vias desde as campanhas de dinamização às exposições feitas ao Governo e ao Conselho da Revolução e reduziam-se a exigir preços de garantia, com obrigatoriedade do escoamento de toda a produção, disciplina no circuito de comercialização, necessidade de cooperativas de produção e comercialização que conseguissem colocar o produto nas melhores condições nos pontos de venda.

Para dar satisfação a estas reivindicações tornava-se necessário ao Governo dispor de uma empresa comercial que conseguisse estar atenta e na «reserva» com vista a actuar quando necessário para disciplinar o mercado, sem polícias nem fiscais, com as mesmas armas do agente comercial, no mesmo pé de igualdade.

Mas qual empresa?

O repto foi lançado e soube-se pela 1.ª vez que os preços de garantia para a campanha de 1974/75 eram de 3$30/kg., 3$10/kg e 2$90/kg., conforme as variedades, e no consumidor de 4$70/kg, 4$50/kg. e 4$30/kg. respectivamente.

A reacção dos armazenistas não se fez esperar, boicotando o escoamento da batata de produção, pela ausência de compra, e logicamente estrangulando o mercado.

A resposta do Governo foi pronta e de tal maneira que os pequenos e médios agricultores começaram a acreditar que era possível contar com o Governo ao seu serviço ao lado dos explorados.

O que conseguiu fazer é facilmente demonstrável pelo quadro seguinte:

Preços no consumidor por kg
(Observados a 15 de cada mês)

1974	Lisboa	4$20	4$20	4$00	4$00	3$80	3$20	3$10	3$30	4$20	4$20	4$10	4$00
1974	Porto	3$90	4$40	4$40	4$90	3$60	3$20	3$00	3$80	4$30	4$10	4$20	4$00
1975	Lisboa	4$00	4$00	4$00	4$40	4$60	5$20	5$40	5$00	5$50	5$60	5$60	
1975	Porto	4$00	4$10	4$00	4$50	4$80	5$80	4$50	4$80	5$30	5$80	6$10	

Batata temporã em tempo livre.

Fonte: "Boletins Mensais de estatísticas", I.N.E.

Continua na pág. 4

A Etiópia e a revolução

A revolução etíope tem dois anos. Após tantas peripécias entrecruzadas, tantas decisões radicais e tantos rectrocessos brutais, os militares do Derg (comité provisório) que derrubaram o velho império abissínio, continuam à procura do caminho de um socialismo que não encontram. Esse percurso em ziguezage que fez com que se seguissem às medidas mais revolucionárias, como a reforma agrária, outras muito autoritárias de nacionalismo «direitista», esse socialismo «chinês» apoiado pelos Estados Unidos perturba não só a opinião africana mas os próprios etíopes que têm dificuldades em definir o regime que lhes é imposto. Os militares beneficiaram, no entanto, à partida, de um forte capital de simpatia e do apoio de uma população traumatizada pela fome de 1973 e pelas injustiças do antigo regime. Hoje, porém, eles parecem totalmente isolados.

O grande «debate ideológico» que a Imprensa oficial realizou, mostra, em todo o caso, a singular, fragilidade do regime. No passado dia 20 de Fevereiro, o principal quotidiano em língua amárica, «Addis Zemen» abria pela primeira vez as suas colunas a opositores de esquerda que ainda na véspera eram perseguidos pela Polícia. Os partidos e os órgãos clandestinos — «O Caminho das Massas», «Democracia» —, ontem proibidos, têm direito a cidadania. A criação de um ou mais partidos políticos que, por aqui, levariam também civis ao Poder, é hoje debatida às claras.

Os militares que antes pareciam desorientados, já aceitaram criar uma espécie de «secretariado político» consultivo, que reúne intelectuais de formação marxista. Mas tudo aquilo com que o país conta como «forças vivas», não militares — estudantes, professores, sindicalistas — exige hoje participar cada vez mais numa revolução que os militares «confiscaram», sem terem sido, mesmo de longe, os seus principais inspiradores.

O Derg, cujos membros não tinham nenhuma experiência política é sobretudo censurado por uma longa série de inépcias que, de mês para mês foram precipitando o país numa profunda desordem. A aplicação brutal da reforma agrária no Norte suscitou uma quase secessão de várias províncias. O grande esforço de alfabetização que devia mobilizar sessenta mil estudantes nos campos, foi um fiasco, e um milhar de jovens teriam mesmo sido mortos nessa ocasião. A nacionalização inábil das raras empresas do país agravou uma situação económica já precária. Quanto à política de força na Eritreia, ela encontra-se mais do que nunca num **impasse**. As concessões a fazer às frentes de libertação, podem custar muito caras.

Devido à sua confusão, sergiram novas resistências armadas — no país afar, nas províncias gallas, no Tigre — que subtrairam «de facto» uma boa parte do país à autoridade do poder central. Os militares responsabilizam as conspirações reaccionárias e fazem grande caso da agitação dos emigrantes de Londres ou da Alemanha. As mulheres e os filhos de dignitários do antigo regime foram mesmo presos há algumas semanas «a título preventivo», enquanto numerosos quadros do exército, eram reformados.

Evocando com novo vigor os seus «direitos de antiguidade» sobre a revolução, os intelectuais evitam, no entanto, repelir em bloco a experiência militar. Mas, reclamando o restabelecimento dos «direitos democráticos», impondo, pela primeira vez, um debate de fundo, lançam uma última chamada de atenção ao Derg. Velho império feudal, de estruturas sociais de extrema complexidade, a Etiópia ainda está à espera da sua revolução.

© LE MONDE

Nacional

Batata: um problema de hoje

Continuação da pág. 3

Supunha-se então que chegada a nova campanha 75/76 o Governo iria intervir a sério. A forma de actuação estava encontrada, tanto mais que a JNF experimentava entretanto outras intervenções (o melão a 6$50/kg toda a época, lembram-se?) que resultaram.

O necessário era corrigir os preços da campanha anterior, equipar e preparar o organismo como verdadeira empresa de comercialização por grosso, de modo a garantir o escoamento da produção a preços compensadores, de acordo com os representantes da produção, e a garantir ao consumidor preços mais justos e acessíveis.

Os mais beneficiados com estas medidas seriam, sem dúvida, os pequenos e médios agricultores do País, nomeadamente a norte do Tejo, principais produtores de batata, sempre explorados pelos intermediários e votados ao esquecimento pelo regime fascista.

Contudo a realidade foi outra. O VI Governo toma conta dos destinos do País e perante a admiração geral, o Ministério do Comércio Interno não toma nenhumas medidas relativamente à comercialização da batata.

Bem, são tomadas medidas mas com objectivo diferente! Por exemplo, é liberalizada a importância de batata de semente quando tudo indicava, à semelhança dos cereais, das oleaginosas, da carne, do açucar, etc. que o Governo teria a exclusividade na importação.

Era fácil de entender que assim fosse: tratava-se de sementes seleccionadas, da defesa do produtor em preço e qualidade, de melhores posições de negociação com as entidades exportadoras, da escolha de origens mais interessantes, etc. Só o MCI do senhor ministro Magalhães Mota não entendeu!... E sem que alguém, percebesse como, o «negócio» (e que negócio!) era entregue aos importadores-armazenistas!...

O que aconteceu é já sabido. Foram as importações a preços bárbaros (100 por cento mais que em anos anteriores), a escassez da batata de qualidade, a traficância e o desespero dos pequenos e médios produtores entregues à sua sorte como no tempo do fascismo.

Mas voltando ao problema da batata de consumo, em Novembro é fixado por Portaria (652/75) o preço ao consumo em 5$60 / kg. De imediato dá-se a rotura no abastecimento e perante a alternativa do aumento de preço para 8$00/kg, conforme proposta da ANAIEF. (Associação Nacional dos Armazenistas, Importadores e Exportadores de Frutas) e a importação de batata, opta-se por esta última.

A importação é entregue aos impotadores-armazenistas que pressionam o Governo a seu bel-prazer. É de recordar que estamos em Novembro, portanto a um, dois meses após o fim da colheita da batata, sem desculpa, portanto, para dificuldades no abastecimento, mesmo atendendo a uma redução significativa da produção.

O problema é claro, a protecção descarada do Governo aos intermediários levou estes ao açambarcamento com o consequente estrangulamento do mercado. A desconfiança dos produtos e a perspectiva de conseguir melhores preços, fá-los jogar no mercado, esperando a clarificação do mesmo.

Perante isto só restava ao Governo, já que não tinha tido qualquer intervenção no mercado interno, de importar em exclusivo, injectando o mercado, de modo a criar-lhe o devido equilíbrio garantindo-lhe os preços mais justos.

O que não fez!

Como poderia o MCI garantir os preços se não tinha batata? Só através da fiscalização?

Na véspera, perante a entrega da importação aos importadores-armazenistas, estes encarregam-se de «controlar» o mercado e em Janeiro de 76 o Governo é pressionado a fixar o preço ao consumidor em 7$50 / kg («DL» 73/76), mais 60 por cento que o ano anterior, quando o preço de mercado já era da ordem de 11$00/15$00/ por kg, ou sejam, mais 130/150 por cento que no ano anterior.

É neste momento, tarde e a más horas e perante o caos que se avizinha, que o Ministério do senhor ministro Magalhães Mota decide importar na exclusividade, através da JNF com certeza com o fim de manter o preço ao nível dos 7$50 / kg, deturpando toda a filosofia de intervenção que o Governo deve ter na comercialização dos produtos.

Claro que a ANAIEF sente-se prejudicada e dá uma conferência de Imprensa em 30-1-76 com o objectivo de referir os «... sérios problemas para as empresas privadas, importadoras e armazenistas distribuidores, que têm a sua rede comercial montada e que é agora tornada inoperante com base em argumentos frágeis e tendenciosos», e «a espantosa ineficiência dos organismos e serviços que apoiam o MCI e a SEAP. a quem informam a seu bel-prazer, levando os centros de decisão a acções que se mostram prejudiciais ao País, por apoiadas em dados incompletos».

De facto a evolução é interessante, com o VI, o Governo passa a ser controlado pelos importadores-armazenistas que impõem, mandam nos preços e ainda denunciam o Ministério do Comércio Interno (!).

Só muitos erros, (de que um dia se espera conhecer os fundamentos) a inexistência de uma política comercial e a incoerência de actuações, podem levar a situações destas.

Os resultados são já conhecidos:

Preços ao consumidor:
Novembro /75 — 6$00/kg
Dezembro /75 — 7$50/kg
Janeiro /76 — 10$50/kg
Fevereiro /76 — 7$50/kg
Fonte: (Jornal do Comércio)

Apesar disto todos sabem das dificuldades em conseguir um quilo de batata, principalmente em Dezembro e Janeiro e que se compraram em Dezembro, Janeiro e Fevereiro, batatas a 12$00/15$00 e 17$00/kg.

Quanto aos preços na produção eles não foram conhecidos como há um ano atrás. Com certeza que os produtores venderam melhor agora que nessa altura, mas quem nos garante que a subida no consumo foi em proveito da produção? Estamos em crer que não.

Neste período da vida do País, que deverá ser de reflexão por excelência, em que aos senhores ministros competiria fazer o balanço do seu trabalho como prova da sua capacidade e da dos seus partidos para governar este País, esperávamos que o sr. ministro Magalhães Mota viesse aos jornais e às câmaras de televisão, dizer porque é que fenómenos como este aconteceram.

E se quiser vir ainda nós dar-lhe-emos o mote:

1. Que pensa o sr. ministro da comercialização dos produtos agrícolas, em particular da batata?

2. O que entende por intervenção do Governo na comercialização dos mesmos?

3. Como pensa e onde se devem formar os preços a pagar à produção?

Se conseguisse explicar-nos isto, chegava para já! No entanto, queremos dizer ainda que o tornar a batata comum um luxo, para além de ser desonesto para o consumidor e um engano para o produtor, é um risco que neste momento corremos. E senão, vejamos:

O custo de produção da batata varia entre 2$00/kg e 4$50/kg, com uma frequência maior entre os 2$50 e 3$50/kg o que quer dizer que acima de 3$50 são custos bastante elevados derivados de explorações marginais. Assim e para uma margem de comercialização de 1$70/kg, teríamos que o consumidor não deveria comprar acima de 5$20-5$50/kg.

Os preços elevados poderão ocasionar um estímulo à produção, da qual, a verificar-se, poderá resultar, como aconteceu por exemplo em 1967, um excesso de produção, a originar a intervenção do Governo com preços ruinosos e a falta de escoamento.

...E a batata apodrece ou queima-se!

Claro que na campanha seguinte ninguém vai semear batata... e lá voltamos nós a alimentar os senhores da ANAEIF!

Aliás não será de admirar se no final desta campanha, por Maio/Junho, os preços da batata baixassem para níveis bem diferentes dos actuais (por que não 1$00 ou 1$50/kg?), em virtude de **stocks**, existentes na produção (ao mesmo tempo que se importa batata!) e que são do total desconhecimento do M. C. I.

Assim, actuava-se no tempo do fascismo. Nestes meses de VI Governo, mais não se fez do que aliciar os açambarcadores e levar a produção a não saber com o que pode contar. Seria para resolver estes problemas, diremos nós, que serviria e é necessária uma empresa de comercialização estatal ou empresa mista com verdadeiras cooperativas de produção, para disciplinar o mercado, para dar a conhecer a política de comercialização (as chamadas regras do jogo) e para orientar a produção através da garantia de escoamento e da fixação de preços justos.

À ATENÇÃO DO SR. MINISTRO DO M C I

Senhor ministro Magalhães Mota, o que os pequenos e médios produtores deste País precisam é que lhes garantiam os preços, lhes escoem a produção e lhes digam que o País precisa que se produza, mesmo através da linguagem dos preços. O que os consumidores precisam é que os preços sejam estáveis e o mercado bem abastecido.

Isto faz-se com uma intervenção forte do Governo e não com a protecção dos importadores-armazenistas. Num mercado nada transparente, como é o mercado interno português em que a produção não sabe qual é a cotação dos seus produtos, nem a quem vender e quando vender e os consumidores não conhecem a realidade do campo, só uma forte acção regularizadora do mercado, abastecendo-o convenientemente e uma informação eficiente, poderão esclarecer e formar os principais agentes do mercado — o produtor e o consumidor.

Para este tipo de mercados deverá ser sempre o Governo através da sua empresa de comercialização a indicar o preço e a fazê-lo obedecer pelas forças em jogo e não como tem acontecido até este momento, ser o Governo a acompanhar a reboque os preços, a comprometer-se na especulação e a deixar-se cair estrondosamente em operações de intervenção ruinosas (a propósito, quanto custou a última?...)

D.K.P. E P.C.L. PROTESTAM

Candidato do P.C.P. impedido de entrar na R.F.A.

«É um escândalo que se negue o direito de entrada na RFA a democratas e antifascistas, enquanto o general golpista Spínola se pode movimentar livremente na RFA, e os seus cúmplices puderam tratar dos seus planos golpistas com as forças da direita ligadas a Struss» — diz o Partido Comunista Alemão (DKP) numa nota a propósito do impedimento feito pelas autoridades oeste-alemãs sobre José Vargas Picado de entrar naquele território na sua qualidade de candidato do P.C.P. pelo círculo da emigração e para efeito de contactar com portugueses emigrados. Isto da semana passada ainda durante a campanha eleitoral. O DKP protesta energicamente. Além de Vargas Picado, foram igualmente impedidos todos aqueles que o acompanhavam.

O DKP lembra: «Enquanto se convidam oficialmente para o Exército Federal oficiais da Junta Chilena; enquanto grupos fascistas e da extrema-direita de emigrantes estrangeiros gozam da protecção de autoridades; enquanto que as estações de rádio clandestinas americanas Rádio Europa Livre e Rádio Liberdade continuam a poder emitir a partir do solo da R.F.A. as suas calúnias fascistas contra Estados socialistas; enquanto as direcções dos partidos de Bona, assim como o Presidente do S.P.D. (Partido Social Democrata Alemão), Willy Brandt, pratica ingerências repetidas na campanha eleitoral portuguesa, estes acontecimentos mostram o que se entende por liberdades de circulação, como se consegue pôr de rastos a Acta Final de Helsínquia, e qual o sentido antidemocrático com que os círculos dirigentes de Bona propõem tão insistentemente eleições para o chamado Parlamento Europeu dos países da Comunidade Económica Europeia.»

PROTESTO DO P.C.L.

Também o Partido Comunista do Luxemburgo emitiu um comunicado tomando posição a respeito do impedimento de que foi objecto o candidato do P.C.P. «Como se pode verificar pelo carimbo aposto no passaporte do cidadão português, trata-se de uma expulsão sob pretexto de um suposto pôr em perigo a ordem constitucional e a segurança da RFA» — lembra o P.C.L.

«É sobejamente conhecido de muitos luxemburgueses que na RFA, e lamentavelmente com o apoio dos sociais-democratas do Governo, se desenvolvem, de novo, perigosas tendências tais como o amaldiçoado «Berufsverbot», proibição do exercício de profissão com base nas ideias progressistas do atingido» — diz o P.C.L.

E ainda sobre a proibição que impediu o candidato do P.C.P. de entrar em território oeste-alemão: «nada tem a ver com a liberdade e a democracia; pelo contrário, faz-nos lembrar os tempos longínquos da repressão fascista.»

"Porta Aberta" para a N.A.T.O. no estreito de Gibraltar

Forças aero-navais de sete países da NATO começaram a desenvolver esta manhã a operação «Open Gate» (Porta Aberta) no estreito de Gibraltar. O exercício deverá estender-se até ao próximo dia 3 de Maio e, segundo os responsáveis, estava programado há cerca de dois anos pelos Quartéis-Generais das Forças Aliadas do Sul da Europa e da Area Ibero-Atlântica.

Recorde-se que uma explicação igual foi dada, no ano passado, para exercícios chamados «Locked Gate» (Porta Fechada). O objectivo das manobras em desenvolvimento é verificar e melhorar o estado de prontidão e operacionalidade dos Quartéis-Generais das Forças da NATO empenhados no reforço militar da Região Sul do Comando Aliado da Europa, através do estreito de Gibraltar, conforme um oficial do Comiberlant disse à ANOP.

Portugal participa das manobras com aproximadamente 200 marinheiros, que constituem a tripulação da fragata «Magalhães Correia» e de um submarino. Aviões militares portugueses também participam, nomeadamente «Nord Atlas» e «Fiat G-91». Os demais países intervenientes nas manobras são o Canadá, Estados Unidos, Noruega, Holanda, Inglaterra e Repúnlica Federal da Alemanha.

De acordo com o planeamento da operação «Open Gate», estão previstos exercícios de tiro em território português, a efectuar por aviões da FAP e outros, nos dias 28, 29 e 30. A entrada no espaço aéreo português será feita por Sagres, com os aviões voando para a carreira de tiro de Alcochete pelo corredor que passa próximo de Ourique, Torrão e Pinhal Novo. Após o exercício deixarão o País por outro corredor, que os fará sobrevoar localidades próximas de Coruche, Lavre, Montemor-o-Novo, Santa Suzana e Alcácer do Sal, seguindo para o mar entre a península de Tróia e Sines.

Quando os exercícios estiverem concluídos, sete navios da NATO visitarão Lisboa, durante os dias 4 a 6 de Maio.

"O Diário" em tribunal — recurso para a Relação

O director de «O Diário», Miguel Urbano Rodrigues, e sete membros da direcção do Sindicato da Construção Civil, voltaram ontem ao Tribunal da Boa Hora, onde, no 4.º Juizo Correccional, corre o processo que lhes foi movido pelo ministro do Trabalho, capitão Tomás Rosa, por considerar ofensivos os termos de um anúncio daquele organismo sindical publicado, em Janeiro, no matutino acima mencionado e também no «Século».

Acontece, no entanto, que o director deste último jornal, ao tempo o comodoro Eduardo Scarlatti, não foi pronunciado por Tomás Rosa.

Já quando da primeira audiência (dia 6 do corrente), o julgamento havia sido adiado em consequência de os advogados de defesa da direcção do Sindicato terem requerido a prova dos factos que servem de base à acusação.

Ora ontem de manhã, os arguidos não chegaram a sentar-se no banco dos réus, pois o juiz, dr. Costa Marques, indeferiu o requerimento por entender não se tratar de crime de difamação. Assim sendo, a defesa decidiu interpor recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa, invocando, relativamente à Constituição, a inconstitucionalidade da norma incriminadora. E o recurso foi aceite.

Visitas ao "Zoo" aumentam de preço

A partir de Maio próximo, o preço das entradas no Jardim Zoológico será de 25$00, com excepção para as crianças dos 6 aos 12 anos (5$00) e das de menor idade (grátis). Os militares não graduados vão passar a pagar 10$00, tal como os portadores de cartão de estudantes, maiores de 13 anos, nos dias da semana. Foi ainda estabelecido o preço especial de 15$00 para os maiores de 13 anos e adultos que aos sábados, até às 13 horas, visitem o Zoo de Benfica.

Este aumento de preços visa a manutenção da considerável colecção de animais do zoo e a garantia de um nível de subsistência mínimamente digno aos seus quase 150 trabalhadores. Entretanto, os subsídios oficiais (4 por cento das receitas em 1975) têm vindo a ser substancialmente reduzidos.

Polaco morreu vítima de assalto

Um cidadão polaco de nome Rafael Epira, residente na Rua Rodrigo da Fonseca, em Lisboa, foi na noite de domingo, vítima da acção de três assaltantes que o agrediram com a coronha de uma pistola, saqueando depois a residência. A vítima acabaria por sucumbir.

As autoridades admitem que a morte tenha resultado de outras causas, que não da agressão, aguardando-se o resultado da autópsia.

Por altura do assalto, encontrava-se na casa uma criada da vítima.

A ocorrência verificou-se cerca das 20 horas, embora só de madrugada tenha sido participada à Polícia.

Nacional

Imprensa estrangeira comenta vitória do P.S.

«É essencial que Mário Soares volte atrás com os seus compromissos eleitorais sobre a sua intenção de não se aliar com outro partido para formar um Governo», assim se exprime sobre o resultado das eleições portuguesas, o jornal «Times», considerado órgão independente na Imprensa britânica.

A necessidade de alianças por parte do partido de Mário Soares que, embora maioritário não obteve 50 por cento dos votos do eleitorado português, e também frisada, pelo «Daily Telegraph» (conservador) nos seguintes termos «se os socialistas de Mário Soares se recusam a formar Governo de coligação não há Governo possível em Portugal».

O «Financial Times» vai mais longe, advertindo que se Soares se decide a formar Governo minoritário «poderá ser incapaz de governar, mergulhando o País numa nova crise política».

EM FRANÇA: PESSIMISMO E DÚVIDA

Em França, onde na segunda-feira uma conversa telefónica entre Mário Soares e François Miterrand, difundida através do programa Europa 1, pôs os franceses ao corrente das intenções do P.S. governar sozinho com o apoio de «independentes civis ou militares», as reacções variam entre o pessimismo dos jornais de direita e o apontar de uma certa estabilidade nas posições dos partidos políticos, pela Imprensa de esquerda.

Assim, escreve o «Quotidien de Paris» (independente): «O Partido Socialista português é de qualquer modo o vencedor destas eleições, embora elas dividam o País em dois (...) o P.S. continua o árbitro de todas as soluções possíveis. Talvez não possa governar sozinho mas também ninguém poderá governar sem ele.»

O «Aurore» (direita radical) pergunta «Depois de ter escapado à ditadura e à anarquia, Portugal saberá agora evitar a paralisia que espreita a sua recente democracia?», enquanto «Le Figaro», (Direita moderada) prefere assentar na dúvida (ou na confusão): «Nenhuma maioria decisiva ficou definida. Portugal encontra-se de facto numa situação semelhante à da Itália. Em Lisboa, como em Roma, a crise política desdobra-se numa crise económica que se abeira de uma catástrofe. A Nação portuguesa mergulha assim de novo no desconhecido, o que dá às eleições presidenciais de Junho um relevo particular».

Por seu lado, o órgão do Partido Comunista francês, «L' Humanité», salienta que as eleições «não alteraram a geografia política de Portugal», tendo «frustrado as previsões e desiludido as esperanças daqueles que apontavam num avanço da direita». Acrescenta que o «Partido Comunista se saiu com honra de uma «guerra política, psicológica e, em alguns casos, física, desencadeada e dirigida contra ele há muitos meses».

Nota o «Liberation» (esquerda radical) que «não houve o maremoto da direita» e que o Partido Socialista continua o primeiro partido parlamentar de Portugal.

EM ESPANHA A ESPERANÇA

A Imprensa espanhola deu grande destaque ao noticiário sobre os resultados eleitorais em Portugal, em especial os vespertinos, já que os matutinos só dispunham ainda de resultados parciais.

«O povo português, numa manifestação de civismo, discrição e firmeza, votou pelo socialismo. Quando todas as previsões indicavam uma recuperação da direita, os números deitaram por terra as suspeitas», escreve o «Pueblo».

Por sua vez o «Informaciones» destaca a vitória do P.S. assinalando o elevado grau de civismo demonstrado pelo povo português.

O «El Alcazar», porta-voz da extrema-direita, publica um violento comentário contra Portugal e o processo democrático do nosso país.

Paralelamente à reacção na Imprensa, o povo espanhol seguiu com interesse as informações sobre os resultados que iam sendo conhecidos, tendo a televisão e a rádio espanholas transmitido continuamente a evolução do processo eleitoral.

SOCIAL-DEMOCRACIA ENCORAJADA

Em Itália, o P.S.I. saudou, naturalmente, com muito entusiasmo os resultados do Partido Socialista Português, enquanto seu «leader», Luigi Mariotti declarou aos jornalistas que «o povo português votou por uma Europa democrática e socialista.»

Também o Governo da República Federal Alemã saudou os resultados das eleições portuguesas como uma vitória para a democracia.

Willy Brandt, «leader» do Partido Social-Democrático declarou: «Este êxito prova que a política dos socialistas portugueses é correcta e encoraja ao mesmo tempo os sociais-democratas europeus».

E U A : COLIGAÇÃO P S / P P D

O «New York Times», poderoso órgão da Informação norte-americana retoma o tema da coligação, acentuando, como alguns dos seus colegas britânicos, que a intenção de Mário Soares governar sozinho seria desastrosa. A sua preocupação porém, pela evolução da situação política em Portugal, leva-o a «adiantar a sugestão» de uma coligação governamental entre P.S. e P.P.D. «mesmo antes da eleição directa de um novo presidente dentro de dois meses».

Entretanto nos meios próximos da N.A.T.O. em Bruxelas, os resultados são considerados «satisfatórios», segundo um telegrama da France Press.

No entanto, o telegrama acrescenta que os diplomatas da N.A.T.O. reservam o seu parecer até à formação de um novo Governo de Lisboa, e à eleição do novo presidente da República Portuguesa, embora se manifestem satisfeitos com o «regresso de Portugal ao campo das democracias ocidentais».

O texto adianta ainda que, relativamente ao futuro da Aliança Atlântica, e como Ford e Kissinger várias vezes têm assinalado, é mais preocupante a iminente subida dos comunistas aos próximos governos francês e italiano, que a situação em Portugal.

O MOVIMENTO ELEITORAL

Voto do povo contra a reacção

Em relação às eleições para a Assembleia Constituinte, aumentou este ano o número de eleitores inscritos, mas houve uma redução na percentagem de afluência às urnas. No entanto, embora as abstenções tenham subido de 8 para 17 por cento, pode-se considerar bastante satisfatória a participação do eleitorado, superior à que normalmente se verifica em países com uma prática democrática muito mais desenvolvida.

O P.S. foi o partido mais votado nos distritos de Braga, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Lisboa e Faro, obtendo no círculo eleitoral algarvio a sua maior percentagem de sufrágios: 44,71 por cento. O P.P.D. ficou à frente nos círculos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu, Leiria, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Funchal. Na Horta, obteria o P.P.D. o seu maior consenso: 57,02 por cento de votos. O único círculo onde o C.D.S. apareceu à cabeça foi o da Guarda, com 32,09 por cento dos sufrágios. Quanto ao P.C.P., triunfou folgadamente nos círculos eleitorais de Beja, Évora e Setúbal, alcançando neste último distrito a sua maior percentagem de votos: 44,34 por cento.

O P.S. obteve a distribuição de votos mais equilibrada em todo o País, oscilando entre a percentagem máxima de 44,71 e a mínima de 22,55 (em Bragança). A distribuição de sufrágios menos equilibrada, entre os quatro partidos mais votados, é a do P.C.P.: máxima, 44,34; mínima, 1,26 por cento (na Horta). P.P.D. e C.D.S., com máximas de 57,02 e 32,09, tiveram ambos os círculos de Beja as suas percentagens mínimas: 8,24 e 4,16, respectivamente.

Tal como nas eleições do ano passado, o P.S. regista mais eleitores nas áreas urbanas e em áreas rurais com características sócio-económicas de transição. No Norte, o P.S. suporta a maior concorrência dos partidos da direita, enquanto no Sul são os partidos da esquerda que lhe disputam o eleitorado. Nas áreas de transição, exceptuando o importante distrito de Leiria, a supremacia do P.S. funciona em todos os quadrantes. O conteúdo do discurso político deste partido reflecte a sua dispersão espacial, variando regionalmente ou situando-se em conceitos inexpressivos.

A implantação do P.P.D. e do C.D.S., como era de esperar, atinge maior intensidade nas regiões menos desenvolvidas, constituindo os importantes círculos de Viana do Castelo e Aveiro as únicas excepções a esta regra. Quanto ao P.C.P., a votação que obteve nas regiões da Reforma Agrágia e também nas zonas de maior concentração industrial, exprime com eloquência o apoio do proletariado industrial e rural à política deste partido.

Em relação aos resultados conhecidos das eleições para a Assembleia da República, e face às declarações de responsáveis do P.S., que têm manifestado insistematicamente a intenção de governarem sozinhos, rejeitando uma aliança com o P.C.P. e afastando, portanto, quaisquer hipótese de vir a ser formado um Governo maioritário de esquerda, é de prever o início de um período de instabilidade política.

Voto devoto teve os seus quês no Norte do País

. Muito pároco houve no Norte do País que «aconselhou» o voto o mais devoto possível.

Respigamos alguns exemplos. Em Agrela (Fafe), zona com preponderância P.S. confirmada pelas últimas eleições, o padre, aproveitando a pregação na missa matinal, aconselhou os fiéis a não votarem no punho fechado, «pois não dá nada».

Também nas missas da manhã em Sotelo (Vila Verde) e na freguesia de Palmeira (Braga) os párocos, manifestando-se contrários aos partidos que «não defendem as ideias religiosas», apelaram aos cristãos para não votarem nas organizações marxistas. Aconselharam o voto no partido que pode «salvar» o País.

Na freguesia de Santo Estevão do Penso (Braga), para além da contestação da Constituição («a mais miserável do Mundo»), o padre celebrante atacou os partidos marxistas aconselhando os paroquianos a não votarem neles, pois iam «contra os princípios do Evangelho». Fazendo notar que de um lado há um materialismo e do outro «a vossa salvação», o celebrante afirmou:

«Sabeis bem quais as ideologias e os partidos que vos defendem. Os que vos prometem bens materiais, os marxistas, não vos convêm».

Na freguesia de Gualtar (Braga) o pároco também se distinguiu pelos apelos feitos ao voto na «salvação nacional», dizendo que eram maus cristãos aqueles que votassem nos partidos que são «contra as ideias religiosas».

IR À URNA E MORRER

Houve mais uma vítima mortal das eleições na pessoa do leneral reformado Afonso Carlos Ferreira May que à saída da assembleia de voto onde fora exercer o seu direito de eleitor, foi atacado por doença súbita vindo a falecer pouco tempo depois.

Lembre-se que no nosso jornal de ontem tinhamos noticiado igualmente a morte, na Guarda, do agricultor António Gonçalves vitimado por um colapso cardíaco na «bicha» da secção de voto onde tinha ido exercer o seu papel de eleitor.

Quadro tipográfico do "Diário de Lisboa"

Por ser o 1.º de Maio o Dia do Trabalhador, os tipógrafos do nosso Quadro Tipográfico adiam o seu tradicional almoço de confraternização para o dia seguinte: domingo 2. O local de concentração será no Cais das Colunas, às 9 horas (Pontão dos Cacilheiros).

1 SEMANA EM LONDRES

FÉRIAS OU NEGÓCIOS

PARTIDAS em avião especial TAP;

TODOS OS DOMINGOS

Abril 4 11 18 e 25

Maio 2 9 16 23 e 30

Junho 6 13 20 e 27

Preços excepcionais desde * 3.850$

* a vantagem dos voos especiais

Milhares de pessoas dizem com satisfação "fui a Londres numa daquelas viagens baratas da ABREU!

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu

Fundada em 1840

LISBOA Av da Liberdade 160 • Telef 320021
PORTO Av dos Aliados 207 • Telef 37921
COIMBRA Rua da Sota 2 • Telefs 27013 2
FARO Rua Cons Bivar 65 • Telefs 25035 6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

2 SALAS

2 ESPECTACULOS

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) Tel. 66 15 15

OS CÓMICOS

APRESENTAM

A MANDRÁGORA

de

MAQUIAVEL

HOJE, ÀS 21.15, REESTREIA

TEATRO LAURA ALVES — HOJE 2 SESSÕES às 20.30 e 22.45 horas

O MAIS FAMOSO E INÉDITO ESPECTÁCULO DO MUNDO

UMA PRODUÇÃO E.F.C.

SEXY SHOW

COM A FAMOSA VEDETA JAPONESA DE FAMA MUNDIAL YUKIE

e do grande actor comico SPINA

e um extraordinario elenco do Strip tease internacional

DOMINGO à tarde a/ 16 horas

OS ARTISTAS PORTUGUESES ALDA PINTO Maria Clara Ricardo Barreto

UM SEXY ÊXITO

M/18 anos

A GRANDE ATRACÇÃO JOE PET & SUE

AIA

PELA 1ª VEZ EM PORTUGAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

AOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO SECTOR DA PANIFICAÇÃO

Colegas:

Chegou o momento de se efectuar a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho para os Trabalhadores de Escritório do Sector da Panificação.

Dado o facto e de acordo com as suas linhas de actuação, esta Direcção alerta todos os Colegas para a sua participação maciça na discussão e conclusão do vosso C. C. T. e em toda a Vida Sindical.

Assim, convocam-se todos os Trabalhadores de Escritório do Sector da Panificação, para um Plenário a realizar no dia 28/4/76, às 21 horas, na Av. Duque de Loulé, 83-3.º, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO — Formação de um Grupo de Trabalho para colaborar na revisão e negociações do C.C.T.

— Comparece, a tua presença é indispensável.
— Participa na Vida Sindical.

Lisboa, 26 de Abril de 1976

Nacional

Partidos comentam eleições

P.S.

"Incontestável vitória para o partido"

As eleições para a Assembleia da República constituiram uma incontestável vitória para o Partido Socialista. Apesar das tremendas dificuldades da Revolução Portuguesa, das sequelas trágicas da descolonização das contradições internas dos governos de coligação e da erosão que daí resultou para o P.S., em virtude de aparecer aos olhos do público como identificado com o VI Governo, embora nele fosse minoritário, o Partido Socialista continua a ser o maior partido português, o único verdadeiramente nacional, pela sua extensão e implantação, aquele que recebeu por toda a parte o mandato do Povo Português.

O aumento da votação no P.S. nas Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira, mostra bem que essa posição intransigentemente portuguesa do P.S. saiu reforçada, sublinhando a sua implantação nacional.

O Partido Socialista apresentou-se às eleições com um programa para ser cumprido por um Governo liderado pelo Partido Socialista, sem coligações com qualquer outro partido. Foi esse o compromisso eleitoral do P.S. para com o Povo Português.

Foi com esse programa e com essa fórmula de Governo que o Partido Socialista ganhou as eleições. Por isso, o Partido Socialista cumprirá o mandato que recebeu do Povo se disso for incumbido, nos termos da lei constitucional, e se a Assembleia da República não se pronunciar expressamente em sentido contrário. Porá assim em prática o seu Programa, através da fórmula governamental proposta em harmonia, com a Lei Constitucional. Se houver uma coligação negativa do P.P.D., do C.D.S. e do P.C.P. contra o P.S. a esses partidos incumbirá apresentar outra fórmula de Governo viável sem o P.S.

O Partido Socialista saúda calorosamente o Povo Português e reafirma que corresponderá em absoluto à confianç nele depositada e aos compromissos solenemente tomados.

Lisboa, 26 de Abril de 1976.
17.30 horas.

PELO SECRETARIADO NACIONAL

Mário Soares

Rescaldo dos resultados eleitorais, a vitória do P. S. e a derrota da direita foram comemoradas com euforia, durante toda a noite de ontem, pela população lisboeta, nas ruas da capital

U.D.P.

"Uma derrota para os fascistas"

1 — Os resultados destas eleições representam uma derrota para os fascistas. O P.P.D. e o C.D.S. não alcançaram a desejada maioria que lhes permitisse «legitimar» a instauração de um regime fascista. Nesta medida, esta foi uma vitória para o povo.

Contudo, esta vitória tem um carácter muito limitado. Ao confiar o seu voto ao P.S. e ao P.«C»., o povo fê-lo a partidos que têm pactuado e vão continuar a pactuar com os fascistas. A força e arrogância que estes hoje têm é consequência da política daqueles partidos. Como se explica, de facto, que durante a vida dos Governos Provisórios, do 1.º ao 6.º, Governos em que o P.S. e o P.«C». tiveram uma forte posição, nem um só responsável do fascismo ou «pide» fosse julgado, nenhuma medida séria fosse tomada para acabar com as criminosas actividades dos bandos fascistas como o E.L.P. e para prender os seus elementos sobejamente conhecidos em certas zonas?

A crise mantém-se em aberto. Os fascistas vão intensificar as suas provocações de todo o tipo, O povo, que demonstrou já ao longo destes meses (e particularmente durante a campanha eleitoral) estar disposto a tomar em mãos a luta decidida contra o fascismo, não se deixará adormecer com os resultados destas eleições e não delegará em nenhum partido burguês uma tarefa que só pelo combate popular é possível levar a cabo: esmagar o fascismo.

2 — Os resultados mostram o reforço da U.D.P. e o aumento da sua implantação por todo o País, quer em zonas de assalariados rurais quer em zonas de pequenos agricultores no Centro e Norte. Apesar da demagogia do voto útil, uma centena de milhar de elementos do povo fizeram o seu compromisso de luta votando na U.D.P. Estamos certos que à volta da alternativa de luta consequente contra o fascismo que a U.D.P. apresenta, camadas do povo que ontem votaram nos partidos burgueses vão estar amanhã unidas na luta. A unidade do povo está-se a forjar em cada dia na luta na fábrica, no bairro, nos campos.

3 — As forças fascistas não vão evidentemente aceitar o desaire eleitoral que sofreram. Vão jogar tudo por tudo para impor um Presidente da República da sua confiança, para afastar os conciliadores dos comandos das F.A. e reforçar o peso dos oficiais fascistas. Poderão assim mais facilmente impor um Governo que lhes convenha e iniciar a repressão sobre o movimento popular. Para levar a cabo o seu plano, os fascistas vão tentar criar uma situação de crise política aberta e vão tentar arrastar uma parte do povo para o seu lado. Provocando a falta de géneros, ameaçando com boicotes a Lisboa, aumentando a criminalidade e apoiando tudo isto com doses maciças de propaganda fascista eles vão procurar reunir condições para impor pela força a sua vontade.

Como mais uma vez demonstrou, o povo não quer o fascismo. O movimento popular que continuamente vem crescendo em extensão e combatividade, dotado de independência face aos partidos da burguesia, não dará tréguas aos fascistas e na luta reunirá uma a uma todas as condições de vitória: a unidade do povo, a organização do povo, o isolamento dos falsos amigos e a adopção de uma clara linha revolucionária.

U.D.P.

M.E.S.

"Derrota das forças mais reaccionárias"

Mais do que uma vitória da esquerda, as eleições para a Assembleia da República representaram uma derrota das forças mais reaccionárias, que não conseguiram alcançar a maioria de votos ou deputados. O facto da maioria parlamentar não pertencer aos partidos interessados na instauração de um regime fascizante (P.P.D. e C.D.S.) levanta algumas questões importantes:

1) A possibilidade de um golpe contra a Constituição passa a colocar-se no terreno militar, violento e conspirativo, e não no terreno «legal» e gradualista.

2) A necessidade de definição por parte do P.S., força interclassista e ambígua, que a curto prazo se verá obrigado a aliar-se aos partidos fascizantes ou ao P.C.P. para poder manter um papel fundamental ao nível do Governo e da Presidência da República.

3) A urgente necessidade de reforço da unidade e organização da classe operária e do povo trabalhador que têm de estar preparados para resistir à ameaça fascista e imperialista, criando condições para o relançamento da ofensiva, rumo ao Socialismo, o que passa por não confiar na maioria «de esquerda» parlamentar para evitar o golpe reaccionário em marcha, mas sim confiar na força da sua capacidade de luta e vigilância.

OS RESULTADOS DO M.E.S.

O M.E.S. é uma organização revolucionária que se bate pelo Poder Popular, pelo Socialismo e pelo Comunismo, com a perfeita compreensão de que o terreno eleitoral burguês não é o centro decisivo para o seu projecto e o seu combate. No entanto, o M.E.S. lutou pela eleição dos candidatos revolucionários tendo procurado a todo o custo uma plataforma política de unidade com a F.S.P. e a U.D.P. que não conseguiu concretizar devido ao sectarismo dessas forças. Hoje é visível que se tal aliança se tem levado a cabo, em vez de 1 deputado eleito pela U.D.P. havia 3 ou 4 deputados eleitos pelas três organizações. A mistificação reformista do «voto útil» pôde assim ter influência a nível de massas, sendo para o M.E.S. certo que o P.C.P. dispõe de muitos milhares de votos de eleitores não reformistas que alinharam nessa manobra.

Os mais de 30 mil votos no M.E.S. não são votos vulgares ou comparáveis aos de outras forças. São votos claramente militantes, vindos de revolucionários determinados a lutar contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

PERSPECTIVAS DO M.E.S. APÓS ESTES RESULTADOS

O M.E.S. definiu como tarefas fundamentais para esta campanha eleitoral, o reforço da sua organização e implantação, o contributo para o fortalecimento da resistência popular e a denúncia da ameaça fascista e imperialista. Estes objectivos foram plenamente cumpridos. Pela análise que fazemos sobre a inviabilidade histórica da democracia burguesa em Portugal, pensamos que o terreno eleitoral, altamente desfavorável para a esquerda revolucionária, não terá muitos mais momentos como este e que a importância das forças políticas de esquerda virá, não dos votos que obtiveram, mas sim da capacidade de influenciar e organizar as massas populares. Neste sentido, o M.E.S. está confiante em continuar a desempenhar um papel de grande importância na luta dos trabalhadores, na sua unidade e organização, na resistência popular, na construção de uma alternativa revolucionária à direcção reformista e revisionista do movimento de massas.

P.R.P.

"Chegou a hora de outras escolhas"

Verifica o PRP que a forma como os resultados eleitorais têm sido dados é deturpadora da realidade, escondendo aspectos que nos poderão fazer chegar a conclusões políticas importantes.

É assim, que a percentagem de votação nos partidos aparece sempre em relação aos votantes e não aos eleitores inscritos nos cadernos; donde se deduz que a percentagem de individuos com capacidade de votos que escolheram de facto cada partido é sempre menor do que a que nos surge em cada mapa de resultados.

E isto é tanto mais verdade quanto mais de um milhão de eleitores não exerceram o direito de voto, o que, somado aos votos nulos e votos brancos dá esta verdade extremamente importante e que não tem surgido na Imprensa — cerca de um quarto do eleitorado recusou as eleições burguesas. O que é o dobro do ano passado.

Frisamos que esse eleitorado que voltou costas às eleições não é constituído por burguesia, porque os burgueses foram todos votar sem hesitações nos seus partidos. Nem tão-poucose poderá falar de populações atrasadas, pois distritos como Beja ou Setúbal mostram larga percentagem de abstenções ou voto nulo.

O que esta percentagem demonstra é a oposição dos trabalhadores à democracia burguesa; é o reconhecimento da ineficácia das eleições para resolver os problemas dos explorados; é o protesto de muitos, que tomaram consciência de que o acto eleitoral é sempre uma farsa.

Mas o único partido que foi ao encontro desse sentimento dos trabalhadores, o único que tez campanha activa anti-eleitoral foi o PRP. E também isso não é citado pela Imprensa. É esta a democracia pluralista. Mas nós colhemos as consequências políticas desses resultados.

No entanto e apesar de um quanto do eleitorado ter boicotado as eleições, os resultados dos votos não são indiferentes nem deixam de ter significado. Perante esses resultados é necessário frisar que a maioria dos que votaram não escolheram o fascismo, não escolheram a direita, diremos mesmo que escolheram a esquerda, porque votar no P.S. é uma coisa e ser direcção do P.S. é outra. A maioria votou efectivamente à esquerda, muito embora tivesse elegido homens de direita, como é o caso de deputados dirigentes do P.S.

Mas talvez estas eleições tenham servido de lição aos partidos de esquerda revolucionária que nelas se meteram, numa posição oposta à nossa. Os resultados dessa luta desigual aí estão; a sua insignificância fala por si; nada compensou o eleitoralismo, o recuo e a moderação.

Não é nestas lutas com a burguesia que os revolucionários se têm de empenhar. Chegou a hora de outras escolhas, chegou a hora da organização do confronto com os defensores de privilégios. Confronto esse que não se pode estabelecer na luta por mais espaço de cartazes na parede (o que significa sempre competição financeira), mas que terá que escolher outro campo da luta de classes — o da tomada do poder.

Lisboa, 26-4-76

O Secretariado Político do P.R.P.

Nacional

para a Assembleia da República

P.C.P.

"Passo decisivo para a consolidação dum regime democrático estável"

. 1. As eleições para a Assembleia da República, tal como o P.C.P. sublinhou antes da sua realização, constituem um passo decisivo para a consolidação de um regime democrático estável, de liberdade de progresso social, e são um primeiro acto político da mais alta importância no quadro da aplicação da nova Constituição da República Portuguesa.

2. As eleições realizaram-se sem que, em vastas zonas do território nacional, estivesse assegurado o pleno exercício das liberdades democráticas.

As permanentes acções de pressão, intimidação e violência, comandadas pelas forças reaccionárias, e em muitos casos a ausência de uma fiscalização adequada do próprio acto eleitoral, afectaram nessas zonas a livre determinação da vontade popular e impediram que a votação reflectisse mais expressivamente as aspirações do povo português.

3. Apesar dessas condições e da violenta e deformadora campanha anticomunista, em que participaram as organizações e partidos mais diversos e à qual foi proporcionado o concurso dos grandes meios de comunicação social, os resultados eleitorais marcam um importante reforço das posições do P.C.P.

Em todos os aspectos se afirmam os progressos da votação no P.C.P.: aumento do número de votantes, de percentagem global e de deputados eleitos.

Os grandes avanços registados pelo P.C.P. nos centros industriais e nas zonas da Reforma Agrária traduzem não só o apoio dos trabalhadores às conquistas da Revolução, como a sua grande confiança no P.C.P., como o partido mais seriamente empenhado na concretização e defesa dessas conquistas.

De entre os partidos representados no Governo o P.C.P. foi o único que aumentou a sua votação. Este facto demonstra que é cada vez mais larga a compreensão de que é indispensável uma activa e responsável participação do P.C.P. na resolução dos problemas nacionais.

4. O P.C.P. orientou a sua campanha no sentido de impedir a formação de uma maioria de direita e de tornar possível uma maioria de esquerda. Estes grandes objectivos foram alcançados.

Torna-se agora imperioso concretizar e dar eficácia política à maioria de esquerda alcançada nesta votação.

O P.C.P. manifesta-se pronto a encarar todas as formas que levem à concretização prática de uma maioria política de esquerda na Assembleia da República e à formação de um Governo de esquerda, como consequência natural da derrota da direita nestas eleições.

5. O P.C.P., fiel ao acordo estabelecido na negociação do Pacto-M.F.A.-Partidos, pronuncia-se favoravelmente a que o VI Governo Provisório permaneça em funções até à eleição do Presidente da República e entrada em funcionamento da Assembleia da República.

Apesar de ter reforçado a sua posição em relação aos outros partidos do Governo, o P.C.P. não coloca qualquer exigências imediata de alteração da composição do VI Governo Provisório, tendo em vista a necessidade de evitar discussões que prejudiquem o curso do processo democrático.

6. As eleições para a Assemblia da República e os seus resultados abrem perspectivas favoráveis para a construção, de acordo com a Constituição de um regime democrático a caminho do socialismo, onde encontrem satisfação as grandes aspirações do povo português.

Para realizar este grande objectivo patriótico é essencial a unidade das forças democráticas e de esquerda, forte aspiração popular claramente expressa nas eleições de 25 de Abril de 1976.

Lisboa, 26 de Abril de 1976

Comissão Política do Comité Central

Frente aos «écrans» do circuito interno instalado na Sala de Imprensa da Gulbenkian os profissionais de Informação seguem atentamente os resultados eleitorais, sobretudo a partir da madrugada de 26 de Abril quando se começavam a delinear já as tendências do eleitorado

P.P.M.

"Confirmada a opção do eleitorado"

. «Parece que o eleitorado confirmou a sua posição relativamente ao ano passado, possivelmente agravando os aspectos negativos que esta opção tinha e criando, por isso, algumas dificuldades à vida de qualquer equipa governativa» — diz João Canossa, dirigente do PPM, num depoimento dado ao «Diário de Notícias» acerca dos resultados do acto eleitoral.

Para Canossa, do PPM, «a falta de representatividade de qualquer dos pequenos partidos em geral torna muito difícil a constituição dessa equipa. Se houvesse representatividade dos pequenos partidos, estes poderiam apoiar um partido mais representativo. A confirmação da opção do eleitorado e a agravação dos aspectos negativos que a essa opção concernem tornam pouco viável a formação de um governo estável».

Entretanto, Gonçalo Ribeiro Teles, também do PPM e secretário de Estado do Ambiente, numa entrevista à Anop, pronunciando-se acerca da votação obtida pelo seu partido: «O PPM contou apenas com os votos dos militantes — diz. — No Sul os agrários votaram CDS».

P.D.C.

"Erro do C.D.S."

«O C.D.S. terá cometido um erro táctico de que o grande beneficiário foi o P.S. que ainda por cima não tem que lhe agradecer», afirmou o secretário-geral do Partido da Democracia Cristã, referindo-se ao resultado das eleições e ao crescimento do C.D.S., que considerou ter sido conseguido à custa do P.P.D. O aumento de votantes no C.D.S. foi referido pelo dr. Silva Resende, como podendo «acarretar consequências imprevisíveis à condução da política portuguesa, pois esse crescimento não é de antever saudável pa o sector político em que o seu próprio projector político pretende inserir-se».

Referindo-se depois aos ossível aliados do P.S., no Parlamento, afirmou que o P.C.P. não se tem reveldo como parceiro cómodo, o P.P.D. não é aliado querido e o C.D.S. não se afigura constituir companhante insuspeito, pelo que o P.S., apesar de ser o árbitro dos destinos do País, terá dúvidas para a formação da maioria parlamentar.

Referindo-se à votação que o P.D.C. teve, Silva Resende afirmou que a política eleitoral é cada vez mais uma técnica de «marketing» em que os resultados obtidos são directamente proporcionais ao emprego desses meios».

C.D.S.

Benefício para os partidos "interessados na democracia"

«Esperavamos maior votação, mas, como bons desportistas, aceitamos o resultado eleitoral» — afirmou ontem na Gulbenkian ao nosso colega «Diário de Notícias» o presidente do C.D.S., Freitas do Amaral.

Depois de referir que a vitória eleitoral tinha beneficiado partidos políticos «interessados na democracia e não na ditadura do proletariado», Freitas do Amaral explicou o aumento obtido pelo seu partido como resultado das «condições de liberdade em que a campanha pode ser feita».

Sobre o próximo Governo, o presidente do C.D.S. considerou ser necessária a formação de um Governo com uma ampla base social de apoio, pelo que seria mais viável um Governo de coligação, mas sem o Partido Comunista.

A imediata remodelação governamental pretendida por algumas forças foi considerada por Freitas do Amaral como desnecessária, tendo afirmado «dever-se esperar pela eleição do Presidente da República».

F.S.P.

"Estas eleições e os resultados não vão decidir nada em definitivo"

. Estas eleições e os seus resultados não vão decidir nada em definitivo. Alias, nós continuamos a pensar, de acrodo com aquilo que afirmámos no início da campanha, que estas eleições não passam de uma simples fase da luta dos trabalhadores pelo poder. Os seus resultados expressam neste momento apenas o equilibrio de forças a nivel do aparelho de estado. Acrescentamos que o projecto social-democrata a que está vinculado o P.S. e o controlo do aparelho de estado pela burguesia nada têm a ver com os problemas dos trabalhadores, aliás, marcados pela crise do próprio poder.

PUB

Sindicato de Garagens, Postos de Abastecimento, Transportes e Ofícios Correlativos do Centro e Sul

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45, 1.º

TELEFS. 83 93 18 / 84 86 33 LISBOA - 1

COMUNICADO

SECTOR DE GARAGENS

A fim de analisarmos com os n/ associados O PROJECTO DO CCT VERTICAL DO SECTOR DE GARAGENS, vamos realizar as seguintes reuniões:

FARO	
Delegação do Sindicato	26-4-76
BEJA	
Soc. Filarmónica Capricho Bejense	27-4-76
ÉVORA	
Inatel	28-4-76
PORTALEGRE	
Soc. Estrela Portalegre	29-4-76
COVILHÃ	
Sindicato Lanifícios Covilhã	30-4-76
SANTARÉM	
Inatel	2-5-76
LEIRIA	
Sindicato Escritórios de Leiria	3-5-76
LISBOA	
Sala Reuniões do Sind. Rodoviários de Lisboa	4-5-76
SETÚBAL	
Inatel	5-5-76

As reuniões terão início às 9 horas da manhã e prolongar-se-ão até cerca das 19 horas.

NÃO FALTES!

Lisboa, 26 de Abril de 1976

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRECTIVA

José Eduardo Borges

Nacional

Deputados de cinco partidos eleitos para a Assembleia

AVEIRO

PPD — Sebastião Dias Marques, José Carvalho Ribeiro, José A. Ferreira Correia, Arnaldo A. Brito Lamas, Manuel Cunha Rodrigues e António J. C. Teixeira da Silva.

PS — Carlos Manuel da Costa Candal, Alcides Strecht Monteiro, Mário M. Cal Brandão, Reinaddo J. Vital Rodrigues e Avelino Loureiro Zenha.

CDS — Vítor A.A.N. de Sá Machado, Maria José P. Sampaio, José L. R. Albuquerque Cristo e Álvaro D. Sousa Ribeiro.

BEJA

PCP — Francisco Miguel Duarte, José M.S. Carreira Marques, Manuel Rosário Moita e Fernanda Peleja Patrício.

PS — António Poppe Lopes Cardoso e Luís A. Conceição Cacito.

BRAGA

PS — Raúl Rego, Armando F.C. Pereira Bacelar, Joaquim Oliveira Rodrigues, Francisco S. Mesquita Machado, Jerónimo Silva Pereira e Jorge A. Barroso Coutinho.

PPD — Jorge M.M. Loureiro Miranda, António J.B. Marques Mendes, Fernando J. Sequeira Roriz, Vasco V. Baptista Carvalho e Francisco Braga Barroso.

CDS — Basílio A. M. Horta Franca, Henrique J.C.M. Pereira Moreas, João J.M.F. Polido Almeida e José D.A. Ribeiro Castro.

BRAGANÇA

PPD — Manuel da Costa Andrade e António Augusto Gonçalves.

CDS — Rui Fausto Fernandes Marrana e Luís Esteves Ramires.

PS — António F. B. Sousa Gomes.

CASTELO BRANCO

P.S. — Albano D. Cunha Pina, António M. Oliveira Guterres e Alfredo Pinto Silva.

PPD — Pedro M. Cruz Roseta e José M.R. Sérvulo Correia.

CDS — Francisco M. Farronca Vila e João C.F. Maio Fonseca Castelo Branco.

COIMBRA

PS — Manuel Alegre de Melo Duarte, António C. Ribeiro Campos, Manuel Francisco da Costa, Joaquim M. Barros Sousa, António Duarte Arnaut e António Jorge Moreira Portugal.

PPD — António Moreira Barbosa de Melo, João A. Martelo de Oliveira, Vítor H. Mendes Santos e Gabriel Ribeiro Frada.

CDS — João Lopes Porto.

PCP — António Dias Lourenço.

ÉVORA

P.C.P. — Manuel M. Nobre Gusmão, Custódio Jacinto Gingão, Rául Luís Rodrigues e José M. Paiva Jara.

8 PS — António Machado Rodrigues e Etelvina Lopes de Almeida.

FARO

PS — Luís Filipe Nascimento Madeira, Pedro A.A. Santos Coelho, António J. Sanches Esteves, Fernando Reis Luís, Francisco A. Marcos Barracosa e Eurico M.N. Henriques Mendes.

PPD — José A. Gago Vitorino e Cristóvão Guerreiro Norte.

PCP — José Rodrigues Vitoriano.

GUARDA

CDS — Emílio Leitão Paulo e Carlos A. Faria de Almeida.

PPD — Manuel Vilhena de Carvalho e António J. Simões de Aguiar.

PS — Eduardo Ribeiro Pereira e António Barros Ferreira.

LEIRIA

PPD — José Ferreira Júnior, José Gonçalves Sapinho, Fernando José da Costa e João Manuel Ferreira.

PS — Vasco da Gama Fernandes, Walter Pinto Rosa, Rodolfo A. Susano Crespo e Telmo Ferreiro Neto.

CDS — Francisco M.L.V. de Oliveira Dias e Rui E. F. Rodrigues Pena.

PCP — Joaquim Gomes.

LISBOA

PS — Mário Soares, Mário Sottomayor Cardia, Francisco Marcelo Curto, Joaquim Catanho de Meneses, José M. Medeiros Ferreira, Alberto Arons Braga de Carvalho, Mário A. Mota de Mesquita, Manuel Carmo Mendes, Delmiro M. Sousa Carreira, Sérgio A. Nunes Simões, João Joaquim Gomes, Vítor M. Ribeiro Constâncio, Edmundo Pedro, Aquilino Ribeiro Machado, José M. Torres Campos, Carlos M. Costa Moreira, Florival Silva Nobre, Fernando Tavares Loureiro, Nuno M.M. Godinho de Matos, Carlos A. Andrade Neves, Herlânder Santos Estrela, Carmelinda M. Santos Pereira, João Soares Louro, Francisco A.M. Lino Neto e José M.A. Almeida Leitão.

PCP — Álvaro Cunhal, Carlos Brito Georgette Ferreira, José Magro, Jerónimo Carvalho de Sousa, Vital Martins Moreira, Severiano Pedro Falcão, Manuel Gonçalves, Carlos Aboim Inglês, Maria A. Barbosa Nogueira, José Pedro Correia Soares, Álvaro A. Veiga de Oliveira, Vítor M. Benito Silva, e Carlos A. V. Gomes Carvalhas.

PPD — Joaquim Magalhães Mota, Artur Cunha Leal, Nuno Rodrigues dos Santos, Maria Helena Salema Roseta, Mário Campos Pinto, Afonso S.B. de Moura Guedes, António L. Pacheco de Sousa, António J.D. Rebelo de Sousa, J.M.M. Sampaio Pimentel, e Luís F.C. Nandim de Carvalho.

CDS — Diogo P. Freitas do Amaral, Emídio F. Costa Pinheiro, Nuno Krus Abecassis, Narana Sinai Coissoró, Carlos Martins Robalo, Vítor A. Pinto Cruz, José V. J. Carvalho Cardoso e José M. Macedo Pereira.

UDP — Acácio M. Frias Barreiros.

PORTALEGRE

PS — Júlio F. Miranda Calha, Luís M.C. Pereira Moura e António J. Pinheiro da Silva.

PCP — Nicolau A. M. Dias Ferreira.

PORTO

PS — António C. Miranda Macedo, Francisco Salgado Zenha, José Luís Nunes, Carlos Lage, Manuel J.P. Pereira Pires, Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar, Alberto A. M. Silva Andrade, Maria E.M. Moreira da Silva, José Gomes Fernandes, António Fernandes Fonseca, Bento Elísio de Azevedo, Agostinho Martins Vale, Manuel L. M. Sousa Figueiredo, Fernando J. Pereira de Almeida, Joaquim S. Gomes Carneiro, Beatriz Magalhães Almeida, Adelino Teixeira Carvalho e José Cândido Rodrigues Pimenta.

PPD — Francisco Sá Carneiro, Olívio Silva França, Mário J. Montalvão Machado, Albino Aroso Ramos, José Bento Gonçalves, Amélia C. M. Andrade Azevedo, António A. Lacerda Queirós, Francisco Barbosa Costa, Manuel J. Moreira Moutinho, Eduardo José Vieira e Arcanjo Nunes Luís.

CDS — Adelino Amaro da Costa, Luís A.S. de Azevedo Coutinho, Rui Garcia Oliveira, Alcino Cardoso, Francisco A. Lucas Pires e Walter F. Burmester Cudell.

PCP — Carlos Costa, Ângelo Veloso e Lino Carvalho Lima.

SANTARÉM

PS — António Reis, Maria Barroso, Manuel B. Ferreira Lima, José M.P. Mendes Godinho, Manuel Pereira Dias e José M.N. Antunes Mendes.

PPD — Joaquim da Silva Lourenço, José A. N. Furtado Fernandes e José J. L. Monteiro Andrade.

PCP — Octávio Pato e Vítor Louro.

CDS — António J. Martins Canaverde e José Cunha Simões.

SETÚBAL

PCP — Jaime Serra, Américo Leal, Domingos Abrantes, José M.M. Nunes de Almeida, Hermenegilda R.C. Pacheco Pereira, Fernando A. Sousa Marques, Ercília C. Pimenta Talhadas, Manuel Duarte Gomes e António M. Matos Juzarte.

PS — António J. O. Aires Rodrigues, Herculano Rodrigues Pires, Alberto Marques Antunes, Alfredo Fernando Carvalho, António M. . Maldonado Gonelha, José J.P. Brás Pinto e Manuel Mata Cáceres.

PPD — Rui Chancerelle de Machete.

VIANA DO CASTELO

PPD — Américo Sequeira, José R. Sousa Fernandes e Amantino M. Pereira Lemos.

PS — Alberto M. Oliveira Silva e Manuel Tito de Morais.

CDS — Eugénio M.N. Anacoreta Correira e João G. de Abreu Lima.

VILA REAL

PPD — Amândio Anes Azevedo, Fernando Adriano Pinto, Manuel H. Pires Fontoura e António Joaquim Verissimo.

PS — António M. Rorais Barreto e António Chaves Medeiros.

CDS — Alexandre C. Carvalho Reigoto.

VISEU

PPD — Jorge Figueiredo Dias, Joaquim E. Oliveira Alfaia, Álvaro B. Marques Figueiredo e João G. Soeiro Carvalho.

CDS — Carlos Galvão de Melo, Manuel A.A. Azevedo Vasconcelos, João Silva Mendes e Ângelo A.R. Silva Vieira.

PS — Álvaro Monteiro, Armando Santos Lopes e Rui P. Vale Valadares.

AÇORES

ANGRA DO HEROÍSMO

PPD — Ruben J.A. Martins Raposo.

PS — José Borges Nunes.

PONTA DELGADA

PPD — João Bosco S. da Mota Amaral e Américo N. Pereira Viveiros.

PS — Jaime Gama.

HORTA

PPD — Manuel S. G. Vila-Lobos Meneses.

MADEIRA

FUNCHAL

PPD — José H António Camacho, António E. Fernandes Loja, Henrique M. Pontes Leça e Nicolau Gregório Freire.

PS — Jorge Campinos.

CDS — José M. Cabral Fernandes.

PUB

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS AGENTES TRANSITÁRIOS

SEDE — Rua das Portas de Santo Antão, 76, 1.º, E.
Tel. (provisório) 32 43 40 — LISBOA-2
DELEGAÇÃO — Rua Mouzinho da Silveira, 6, 2.º — PORTO

CONVOCATÓRIA

São convocados todos os Agentes Transitários inscritos nesta Associação, a reunir em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 7 de Maio p.º f.º pelas 14 e 30 horas, na sede da Associação Comercial de Lisboa, Rua das Portas de St.º Antão, n.º 89, em Lisboa, que terá a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Divulgação do teor do Estudo Técnico-económico elaborado pelo ERGOS — Consultores Internacionais de Gestão, Ld.ª, sobre a capacidade financeira dos Agentes Transitários.

2 — Outros assuntos de interesse geral para a classe.

A reunião iniciar-se-á 30 minutos depois da hora marcada, no caso de se não verificar a presença de um número superior a metade dos associados, àquela hora (n.º 2 do art.º 20.º dos Estatutos).

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

TRASNÁUTICA— Transportes e Navegação, Ld.ª

Importante exposição-feira agrícola e industrial em Vila Franca de Xira

. Vai ser levada a efeito, de 1 a 10 do próximo mês de Maio, em Vila Franca de Xira, a I Exposição-Feira Agrícola e Industrial, na qual estarão representadas dezenas de firmas portuguesas e estrangeiras, das mais diversas actividades, com especial relevo para a agro-pecuária.

Integrados no certame realizar-se-ão diversos actos, tais como um festival de folclore, festivais desportivos e colóquios. No decurso da Exposição-Feira far-se-á ainda a apresentação de actividades regionais, como culinária, artesanato, etc.

Esta realização efectuar-se-á no Campo do Cevadeiro, terreno anexo à Praça de Touros local que, com uma superfície de 32 000 m2, poderá comportar muitas centenas de expositores, com numerosos pavilhões colectivos, um sem número de «stands» e largas faixas de terreno ao ar livre, para a apresentação de maquinaria agrícola e industrial e zonas especiais para a exposição de espécies animais.

A I Exposição-Feira Agrícola Industrial é uma iniciativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, coadjuvada por uma Comissão Regional, constituída por representantes do concelho, e que determina a orientação da Exposição-Feira.

O interesse de uma iniciativa deste género é incontestável, pelo que representa de incentivo das actividades agrícolas, industriais e artesanais de um concelho tão importante como Vila Franca de Xira, conce-

iho-charneira entre a cidade e o campo.

Por outro lado, trata-se de uma região marcadamente agrícola, produzindo cereais, vinhos, frutas e desenvolvendo a pecuária. A zona ribeirinha do concelho é altamente industrializada, apresentando o maior índice do produto industrial bruto por habitante à escala do País. As actividades mais representativas são os produtos alimentares, os têxteis, os produtos químicos e farmacêuticos, os adubos, a aparelhagem industrial, a montagem metalomecânica e os cimentos, além de outros.

A inauguração do certame está prevista para as 11 horas do próximo sábado.

Efacec exporta para a U.R.S.S.

Um contrato experimental no valor de cerca de 40 mil contos foi concretizado pela empresa soviética Machinoimport, em Portugal, abrindo perspectivas a um novo sector industrial português.

A Efacec vendeu bombas centrífugas, ventiladores industriais e motores eléctricos, num conjunto de 7026 unidades à U.R.S.S.. Dado o carácter experimental do concurso, se as máquinas importadas demonstrarem qualidade, poderão em breve surgir novos contratos que ampliarão as relações comerciais com a U.R.S.S. neste domínio.

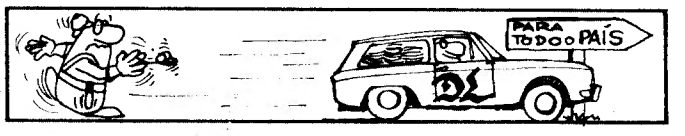
Este contracto com a Efacec é um bom exemplo de como a indústria portuguesa se vem adaptando às novas condições do mercado internacional., contribuindo para uma intensificação das relações comerciais entre Portugal e os países socialistas de acordo com o espírito de Helsínquia.

Este contrato foi anunciado em Moscovo, logo após se ter tomado conhecimento de que a Soyuzplodo-Import tinha realizado com indústrias portuguesas conserveiras do Norte e do Sul do país, um contrato de 90 mil contos de conservas de sardinha.

Aumenta o índice de preços

. O índice de preços no consumidor aumentou na cidade de Lisboa de 2,7 por cento em Março relativamente ao mês anterior, segundo indicadores do I.N.E. Este aumento foi ainda maior no Porto, onde a variação percentual em relação a Fevereiro foi de 2,9 por cento. Évora aparece como a terceira cidade do País onde o agravamento de preços é maior, com 2,4 por cento.

As cidades onde o agravamento de preços no consumidor durante o mês de Março foi menor embora a niveis relativamente elevados, foram Coimbra, com mais 2 por cento em relacão a Fevereiro; Viseu, com 1,8 por cento e Faro, com 1,5 por cento.



Trabalho

EM CORUCHE

Dirigente sindical agredido por indivíduos da C.A.P.

. **«Não sai daqui vivo»** — gritavam alguns elementos da C.A.P. (Confederação dos Agricultores de Portugal) enquanto agrediam a pontapé o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém, Jerónimo Bom. Esta cena de violência reaccionária aconteceu junto do Centro da Reforma Agrária de Coruche aonde o dirigente sindical se tinha deslocado com um Inspector da Delegação do Ministério do Trabalho de Santarém para tratar do problema de desemprego que grassa na zona. Desemprego que afecta sobretudo as mulheres.

Quando Jerónimo Bom transpunha a porta do Centro foi provocado por um grupo de indivíduos entre os quais se encontravam José Estrela, do Couço; Narciso Ramos (Vacas), da Salgueirinha; Manuel Filipe (Labisa) de Azervadinha, grande rendeiro abrangido pela Lei da Reforma Agrária que acumula esta actividade com a profissão de taberneiro; e ainda Florindo Ramos (ex-feitor), Carvalho e Rogério Leitão, lacaios do latifundiário Teixeira e António Caçador, proprietário de um café.

Todos estes nomes atingiram já as raias da fama na região de Coruche. São tristemente célebres entre os trabalhadores agrícolas pelo papel que têm vindo a desempenhar na luta contra a Reforma Agrária. Aliás, os indivíduos referidos aparecem sempre nos sítios onde a C.A.P. tenta fazer «granel».

Os caceteiros da organirazão, que se serve de alguns pequenos seareiros e agricultores pouco esclarecidos, não mataram Jerónimo Bom porque as mulheres desempregadas que acorreram ao local, em número considerável, arrancaram o dirigente sindical das mãos dos «capistas».

A propósito deste incidente o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém divulgou um comunicado em que se insurge contra as cedências feitas pelo Governo à C.A.P.. No rol dessas concessões o texto refere a demissão do dr. António Bica, seguida do saneamento dos directores dos Centros da Reforma Agrária, a suspensão do eng.º Vitor Louro à qual se seguiu o afastamento de técnicos de vários C.R.R.A. Salienta ainda o documento do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas a cedência de terras nas unidades colectivas de produção «contra o parecer da Comissão de Análise da Reforma Agrária». Acto que consideram de desrespeito pela decisão do Eng.º Leiria Pinto na reunião, na Casa do Povo do Couço, em 2 de Abril de 76, em que ficou acordado a cedência de 12 hectares aos seareiros na hderdade do Engal.

Mais tarde, frisa o comunicado, o responsável do Ministério da Agricultura alterou tudo, procedeu à entrega das terras, apoiado pela força da G.N.R., sem se importar com «a bela pastagem» que crescia nesses 30 hectares cedidos.

Pensam os trabalhadores agrícolas que estas medidas não beneficiam em nada os pequenos seareiros e muito menos a Reforma Agrária. Pelo contrário: vieram gerar conflitos sociais. Por isso o Sindicato exige que «o bando de caceteiros e caciques da C.A.P.» seja desmantelado.

PORTO

1.º de Maio festa de unidade

. Tudo se prepara para que a comemoração do 1.º de Maio — Dia Mundial do Trabalhador — constitua uma jornada de luta na festa de unidade entre todos os trabalhadores.

A comissão organizadora das comemorações no Porto, constituída pelos sindicatos e U.S.P./Intersindical elaborou, com a colaboração do Inatel, um programa que prevê: no dia 30 do corrente mês, ampla publicidade por todo o distrito, com projecção de filmes e peças de teatro em vários locais; no dia 1 de Maio, um vasto conjunto de realizações (alvorada com morteiros, provas desportivas, bandas de música, fanfarras, ranchos e zés-pereiras, comício, canto livre, variedades, etc.)

. Numa nota que nos foi enviada pela comissão organizadora, afirma-se que « o 1.º de Maio de 1976 constituirá uma resposta unida de todos os trabalhadores contra a política que põe em causa as conquistas fundamentais da nossa revolução e reforçará a unidade indispensável para a vitória final das classes trabalhadoras».

Por outro lado, o Sindicato dos Motoristas do distrito do Porto promove no dia 1 de Maio, com concentração nas Antas, um monumental cortejo motorizado, apartidário, já que não são admitidas bandeiras de partidos políticos.

Também o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Porto comemorará o 1.º de Maio com uma festa dos trabalhadores do campo que se realizará no dia 2 de Maio, em Penafiel (Sameiro).

MARINHA MERCANTE

Secretário de Estado esclarece afirmações da C.T. da C.N.N.

«A Marinha Mercante é um factor económico da maior importância em qualquer país e um garante imprescindível da sua independência nacional. Esquecê-lo seria erro de consequências graves e, por isso, os actuais responsáveis pela Marinha Mercante portuguesa, bem conscientes da real e fundamental importância deste sector, estão a desenvolver enormes esforços no sentido de, não obstante a crise mundial actual e as dificuldades de toda a ordem que esta acarreta lhe abrirem perspectivas futuras mais promissoras o que, no passado, e com condições privilegiadas de mercado, nunca foi feito» — afirma-se num comunicado da Secretaria de Estado da Marinha Mercante, em que se esclarecem afirmações produzidas pela comissão de trabalhadores (mar) da C.N.N., em recente conferência de Imprensa.

«No que se refere à venda de navios, após a nacionalização das empresas, apenas foram abatidas as unidades que, pelas suas características técnicas ou pela sua idade, não ofereciam quaisquer possibilidades de exploração económica, e sempre salvaguardando os postos de trabalho existentes.

Estão neste caso o paquete **Príncipe Perfeito** e o cargueiro **Arraiolos,** recentemente vendidos, sem que qualquer posto de trabalho tenha sido afectado, agravando, naturalmente, o subemprego.

Afirmou-se na conferência de Imprensa em causa que o **Arraiolos** foi abatido à nossa frota e vendido à Grécia. Hoje é o **Fos I** e continua a navegar depois de transformado: «Para nós não servia mas para os gregos serve».

Não pode esquecer-se ser prática corrente de alguns pequenos armadores a compra de navios velhos para exploração. Só que tais navios se destinam a ser explorados durante prazos muito curtos, prestando maus serviços, a que os armadores portugueses, sócios de **conferences** marítimas, se não podem sujeitar, sob pena do maior desprestígio.

Por outro lado, tais navios são explorados com tripulações reduzidas contratadas com condições de trabalho por vezes pouco dignas.

Trata-se, quantas vezes, de negócios de pura especulação a que não são alheios seguradores e outros intervenientes.

Acresce que, antes da decisão, todos os estudos que aconselhavam a venda deste navio foram presentes à Comissão de Trabalhadores da C.N.N. (sector mar) sem terem merecido da mesma qualquer reparo, não obstante ter sido por vários vezes instada a pronunciar-se sobre o assunto».

. A terminar, afirma a Secretaria de Estado da Marinha Mercante:

. «Pretendeu-se a rectificação de afirmações proferidas e amplamente divulgadas que, com consciência ou não do seu autor, são falsas, no sentido de esclarecer e não de confundir as pessoas, porquanto só na posse de elementos verdadeiros se podem formular juízos correctos e chegar às conclusões adequadas.

Que a Marinha Mercante portuguesa atravessa um momento particularmente difícil, é um facto. Privada abruptamente dos mercados tradicionais que explorava em regime de monopólio, enfrentando uma agudíssima crise de **shipping** internacional, terá que recorrer a prodígios de imaginação e agressividade comercial para conquistar uma posição em terhos de vir a ser um factor produtivo no contexto nacional.

Para isso necessita de progunda reconversão, a qual já está em curso.»

NOTAS OFICIOSAS

O CASO TMG

O caso da Têxtil Manuel Gonçalves é objecto de mais uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho, que transcrevemos na íntegra:

«Dado o teor das notícias vindas recentemente a público sobre o «Caso Têxtil Manuel», julga o Ministério do Trabalho de toda a conveniência, tornar público o despacho do ministro do Trabalho de 20/4/76 sobre o assunto em causa:

«1 — Considerando a posição assumida pela administração da empresa Têxtil Manuel Gonçalves em 26/3/76 e de cujo conteúdo foi dado conhecimento ao Ministério do Trabalho em Telex da mesma data, onde afirmava, nomeadamente, que «não suspendeu nem demitiu qualquer trabalhador» e que «nunca se opôs nem opõe à sua apresentação ao trabalho».

2 — Considerando, por outro lado, que por telex datado de 9/4/76 de que foram signatários os 17 trabalhadores ameaçados de despedimento foi comunicado a este Ministério, que quando estes se apresentaram ao trabalho no dia 8/4/76, foram informados de que «estavam suspensos pela administração para processo disciplinar fundamentado nas faltas injustificadas dadas ao serviço, desde o dia 5/2/76», pelo que não podiam entrar na empresa.

3 — Considerando ainda serem as duas informações manifestamente contraditórias e ainda que, a confirmarem-se os factos referidos no considerando n.º2, tal envolveria uma injustificada e incompreensível alteração da posição assumida pela administração em 26/3/76.

4 — Considerando, por fim, as notícias que têm vindo a público, de «o caso TMG estar a ser orientado pelo ELP e MDLP», bem como a interferência nele de exilados políticos no estrangeiro.

Determino:

A) Que seja aberto um inquérito, a fim de ser esclarecida a verdade dos factos que chegam por forma contraditória a este Ministério.

B) Que a confirmar-se o referido no considerando n.º2, sejam a partir da data do presente despacho considerados nulos e de nenhum efeito, por motivos óbvios os processos disciplinares instaurados pela administração da empresa com base em eventuais faltas injustificadas.

C) Que os 17 trabalhadores se apresentem na empresa a fim de retomarem normalmente as suas funções.

D) Que, no caso de serem impedidos de retomarem normalmente as suas funções, dêem do facto conhecimento aos serviços do M.T. fornecendo os esclarecimentos julgados convenientes que habilitem a uma decisão.

E) Que a entrada dos trabalhadores, como exercício de um direito que lhes compete, deva efectuar-se dentro da máxima calma e normalidade, sendo considerados incitamentos à alteração da ordem pública qualquer publicidade de provocatória e anormal, nomeadamente sobre a data e hora de entrada, que prejudique a entrada desses trabalhadores, que se pretende seja feita em clima de tranquilidade e paz».

TIMEX

Do Ministério do Trabalho recebemos a seguinte nota oficiosa sobre a Timex, que temos de publicar ao abrigo do art.º 15 da Lei de Imprensa:

«Foi hoje assinado um acordo entre o Ministério do Trabalho e a administração da TMX — Portugal, Lda.

Ressalta do acordo firmado, e que será apreciado em plenário de trabalhadores da empresa, a situação de extrema particularidade que o caracteriza e que obedece ao conselho de que os três meses durante os quais decorrerá poderão permitir a retomada económica da empresa. Para tal, conta-se com a colaboração da administração, trabalhadores e entidades oficiais.

Assim, declarou a administração da TMX — Portugal, Lda. ser seu desejo continuar a laborar em Portugal para o que, em conjunto com as entidades nomeadas para o efeito e colaboração dos trabalhadores se esforçará por implementar as medidas que se demonstrarem necessárias à manutenção efectiva da empresa».

na forja

DEMITIDOS CINCO DIRIGENTES SINDICAIS EDE SETÚBAL

Devido ao seu «comportamento censurável», foram demitidos cinco membros da direcção do Sindicato da Construção Civil de Setúbal, no decurso de uma assembleia geral extraordinária realizada no Barreiro. Os elementos afastados desenvolveram actividades contrárias à orientação da direcção, apelando para a greve no sector, depois desta ter sido suspensa, a nivel nacional, pelas direcçoes sindicais da construção civil.

FALTA DE PROTECÇÃO

O atentado bombista à Embaixada de Cuba mereceu dos trabalhadores da Direcção-Geral dos Estudos Naúuticos uma moção de repúdio e condenação, aprovada em assembleia geral. Aí se lamenta «a falta de protecção das autoridades portuguesas em relação às representações diplomáticas estrangeiras no nosso país».

A CPC E A REESTRUTURAÇÃO DAS CELULOSES

Os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Celuloses deixaram de colaborar na reestruturação das celuloses nacionalizadas, por discordarem de reestruturação do sector aprovada pelo SEIP, que responsabilizam pelas consequências que advierem da não revisão daquele assunto.

A decisão foi tomada em plenário, onde se considerou que a resolução do SEIP «não foi inteligente», já que não tomou em consideração a «inexiquibilidade prática da proposta de solução organizativa» aprovada, nem foi «consciente», pois ignorou «o respeito que se deve ter pelo País e pela sua economia».

FUNÇÃO PÚBLICA (ZONA SUL)

A CDRP do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul denuncia em comunicado agora divulgado, as transferências arbitrárias de que foram alvo 40 técnicos e funcionários do Ministério da Agricultura e Pesias, que se encontravam em funções nos Centros Regionais de Reforma Agrária do Sal, Castelo Branco, Lisboa e Santarém, A transferência foi determinada pelo ministro da Agricultura.

A pesar do relatório apresentado pelos atingidos, demonstrando a falta de fundamento, de um ponto de vista profissional, da resolução, a situação mantém-se desde há mais de um mês. Entretanto, o ministro já se comprometeu a proceder à abertura de um inquérito.

FUNÇÃO PÚBLICA (ZONA CENTRO)

O Sindicato da Função Pública da Zona Centro denuncia a eliminação do texto da Constituição de uma disposição em que se previa: «O regime da função pública não pode prejudicar os direitos laborais e sindicais garantidos pela Constituição a todos os trabalhadores».

E afirma-se neste comunicado: «Tão depressa era retirada da Constituição a garantia de que os trabalhadores do Estado teriam os mesmos direitos dos restantes trabalhadores e surge um despacho que já começa a ser célebre» que «transforma os chefes de serviços em agentes policiais, incumbindo-lhes fazer listas com os nomes dos trabalhadores que tenham aderido a possíveis greves».

SAUDAÇÃO AOS MINEIROS

Da direcção da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos para os mineiros de Portugal:

. «Em nome dos metalúrgicos portugueses saudamos a vossa justa luta, saudamos a vossa coragem e o vosso espírito revolucionário. Estamos certos que os mineiros não vergarão, que continuareis lutando por uma vida melhor, por um Portugal livre e democrático a caminho do socialismo. A vossa luta é também a nossa luta, camaradas. Contai com a solidariedade activa e militante dos metalúrgicos portugueses!».

Nacional

LIBERDADE DE IMPRENSA

Artigo 66, um "caldeir jurídico

A actual Lei de Imprensa é decalcada de, pelo menos, uma velha maneira de sentir e tratar o problema de comunicação de massas — uma leitura superficial di-lo, e um dos seus artigos acentua-o. A repressão aos delitos, prevista no artigo 66.º, releva sobretudo uma questão traduzida pelo jurista Guilherme da Palma Carlos em que «a variação do sector político dominante poderá alterar o sector dos possíveis atingidos, o que não constitui, de forma alguma, um mérito da lei...»

Em causa está, pois,ua liberdade de pensamento de expressão. Rezando que «proibido afixar ou expor nas paredes ou em outros lugares públicos, por à venda ou vender ou por outra forma dar publicidade a cartazes, anúncios, avisos, programas e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos, publicações ou quaisquer instrumentos ou formas de comunicação audio-visual que contenham, instiguem ou constituam provocação a várias formas de ultraje e injúria a instituições democráticas ou pessoas, referências a organizações militares e violaçao do secretismo das suas actividades ou alteração da boa trdem interna, actos que afectem a ordem interna, actos que afectem a rem por alarmismo», o artigo referido considera como agravantes os tumultos ou danos irreparáveis provocados. As multas aplicáveis oscilam entre vinte e quinhentos contos, duplicáveis em caso de reincidência; são previstas suspensões, no caso de publicações periódicas; nos delitos, puníveis com prisão até dois anos pelo menos, ou pena mais grave pela lei geral, se reincidente, o réu não poderá ver o tempo de prisão substituível por multa.

Em conclusão, fica-se sabendo da proibição. Sua delimitação, orgão competente para julgar os delitos praticados (pelo que parece ser de início resultado do livre arbítrio pessoal, sem outras imposições pré-censórias ao interessado em fazer publicar a presumível notícia, culpabilizável pelos crimes preconizados) e consequências imediatas, são questões que se opõem. Se é libérrima esta lei ou, pelo contrário, prenuncia a instauração do clima do medo à consequência, portanto e sobretudo à posição política, é a questão posta. De certo, há que não se deseja revivido qualquer exame a priori como o que de prévio foi chamado. Mas, na lei, ele tem que existir e é analisável pela tendência que o quiser fazer, seja ela a aceitável ou não pelo consenso mais geral. A este respeito, ouvimos juristas portugueses, que se debruçam aqui sobre a questão 66 do texto na Lei da nova informação nacional.

LUÍS DE CARVALHO E OLIVEIRA

Auto-censura ou futura existência da censura antiga?

O problema tem que ser visto em face da legislação portuguesa, e mesmo do entendimento que nós tenhamos sobre as medidas necessárias para defesa da nossa humana e dos direitos que se lhe consideram essenciais. Portanto, o direito ao bom nome, à honra, e sua defesa. O problema surge nesta questão como, afinal, em todo o processo criminal, pois o que estamos desde já a ver é o crime que possa ser prepetrado contra a pessoa individualmente, por exemplo através da difamação e da injúria ou através dos jornais, praticando o delito de Imprensa.

Quanto aos delitos particulares a que me referi, que são os dos artigos 407 e seguintes do Código Penal, e quanto aos delitos de Imprensa, só há duas posições possíveis: ou há uma prevenção forte ou uma repressão, aquela anterior ao crime e esta que lhe será posterior.

Não vou alongar-me, mas até em relação ao delito de Imprensa se levantam aspectos curiosos: uns dos aspectos mais curiosos da prevenção criminal situa-se exactamente na escolaridade e na forma como ela é feita. O ditado de que abrir uma escola é fechar uma cadeia, já nem me apetece citá-lo, até porque é exagerado.

Em relação ao crime de Imprensa, nós poderíamos dizer aproximadamente o mesmo. Pensando em todas as condicionantes do delito de Imprensa, há uma que me parece ser de referir, já que é a do desenvolvimento moral através de uma escolaridade séria. Eu precisava talvez de referir quanto a isso a noção que tenho de crime de Imprensa, que não é exactamente a que resulta da Lei de Imprensa, mormente o seu artigo 66. Para mim, o crime de Imprensa traduz-se na falta de honestidade em notícia, ou no objectivo que se teve com a notícia não vir melhorar os conhecimentos do povo mas ofender alguém. É preciso que haja no fundo uma desonestidade, dando as notícias sem correspondência com a verdade, ou com objectivos não sérios para, quanto a mim, acontecer o delito de Imprensa.

Quando se ataca uma determinada personalidade, trazendo factos que, ligados com essa personalidade, não têm senão objectivos de a denegrir, está-se a provocar um acto não sério, a proceder-se com certa reserva mental. Principalmente se essa pessoa for o pilar de um sistema político, ou regime ou um governo, se com o ataque se está a fazer-se pretender não propriamente não alvejar a pessoa mas sim o sistema.

PREVENÇÃO OU RESPONSABILIDADE?

Que processo se deveria seguir para detectar, dentro do seu ponto de vista, esse delito de Imprensa?

A questão terá que ser vista ainda dentro dos dois pólos fundamentais: ou há uma prevenção, que não é a de que falei mas se traduziria numa censura prévia, o que, para já, reprovo, ou será uma tomada de responsabilidade depois da prática dos actos. A outra forma de corrigir o delito de Imprensa é recorrer à repressão, mas posterior à prática dos actos. Quer dizer, haveria uma correspondência na medida da responsabilidade entre o autor do acto e o acto praticado. Não poderíamos admitir que os delitos fossem todos igualmente punidos. Mas, apontando para o artigo 66, ele sugere-me algumas ideias tristes: e a primeira é de que o número 1 aponta desde já para uma intervenção prévia pois que diz « é proibido afixar ou expor nas paredes ou em outros lugares públicos, pôr à venda ou vender ou por outra forma dar publicidade a cartazes, anúncios, avisos, programas e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos, publicações ou quaisquer instrumentos ou formas de comunicação audiovisual que contenham, instiguem ou constituam provocação a» — vê-se que para realmente se verificar se é legal ou não a afixação e exposição nas paredes, etc., tem que haver alguém que o verifique. E se verifica, verifica antes da afixação porque, depois da publicação de uma maneira geral, já não tem lugar a proibição do n.º 1.

Esta proibição aponta, portanto, para uma censura prévia. Feita a proibição, resta saber como se torna efectiva. À primeira vista, o artigo 66 parece dizer que cada um tem que censurar-se a si próprio e de medir as suas atitudes por aquilo que esse artigo indica. E tanto assim será que surgem a seguir as penas que podem ser aplicadas aos infractores.

A mim, põe-se-me este problema: essa proibição vai funcionar com a autocensura ou será uma forma de orientar as coisas para a futura existência de um órgão que verifique, antes da publicação, se a infracção virá a dar-se? Se assim for, caímos na censura antiga, e será um dos passos da fascização do País.

Se na realidade se deixa ao critério de cada um a apreciação prévia da matéria do artigo 66, eu julgo que ele não é suficientemente explícito. E até porque emprega uma linguagem demasiado técnico-jurídica que nem toda a gente entende ou, pelo menos, alcança o seu significado. Injúria, difamação, ameaça são termos jurídicos do Código Penal e que por vezes oferecem discussão aos próprios juristas.

CRIMES DE IMPRENSA COMPETEM SÓ AO TRIBUNAL

Quem é que poderá, então, fazer a apreciação do alcance do crime de Imprensa?

Quanto a mim, essa apreciação, e por aquilo que por ora existe, só compete ao tribunal e só pode ser feita posteriormente. Quer dizer que se seguiu o critério da responsabilidade em face do acto praticado, não havendo, portanto, uma medida preventiva que se cifraria na censura. Pelo menos, é o que se extrai da letra do artigo 66.

Simplesmente, para o efeito responsabilizar-se os autores dos actos pela prática deles, o que só pode acontecer posteriormente, eu entendo que as penas são muito leves. Isto vem, de resto, na tradição da nossa lei. Do Código Penal, que é de 1886, quando era ministro o José Luciano de Castro, do tempo do liberalismo e da defesa dos direitos individuais, verifica-se que já ao tempo eram levíssimas as penas para os difamadores e os injuriadores. E, no entanto, uma difamação ou uma injúria podem ser de tal forma graves que deixem o nome de alguém marcado para toda a vida, pois que nem sempre é possível desfazer, através do julgamento, aquilo que com má intenção fora feito anteriormente pelo difamador ou pelo injuriador.

Verifique-se que as penas por difamação vão até quatro meses de prisão e multa até um mês que, em regra, sendo estes crimes praticados por pessoas de condição modesta e dada a tradicional benevolência dos tribunais correccionais se começam por suspender. Depois, na reincidência, condena-se em multa e, muitas vezes, até se não passa disto vindo novamente o infractor ao tribunal. Isto é insignificante em relação aos prejuízos que podem ser sofridos pela pessoa injuriada. É claro que o legislador deve ter atendido a que este tipo de crime surge fundamentalmente entre as pessoas modestas e, talvez num espírito de classe, para ele, a honra dessas pessoas não valesse tanto que tivesse que se aplicar pena maior ao difamador ou injuriador. Mas a verdade é que se verifica uma fraca defesa da pessoa humana face eventualidades.

DELITO DE IMPRENSA: O MAIS GRAVE DOS DELITOS

Como é encarada por si, então, a projecção em paralelo deste caso para os efeitos na vida pública dum país, quando a pessoa atingida for o veículo, conforme tem salientado, para abalroar o regime? Voltamos ao artigo 66.

Quanto ao delito de Imprensa, no meu entender, ele é o mais grave dos delitos, porque a publicidade lhe consente uma amplitude extraordinária. E, até, como em regra não se vai para a Imprensa falar das pessoas insignificantes — aqui, são focados os factos de primeira grandeza e as pessoas que suportam a governação — pode muitíssimo bem derrubar-se um Governo, pode, através da difmação sistemática dos governantes, desacreditar o sistema.

Como nós sabemos, isso foi comum no tempo da Primeira República, pela extema benevolência dos republicanos, que se traduziu afinal de contas em tudo e num pormenor que me apraz referir — se me não atraiçoa a memória, referido por João Chagas — é que os republicanos quiseram ser tão isentos na defesa da República, e tão imparciais, que deixaram ocupar os principais lugares da governação pelos seus inimigos políticos. E de tal forma que quem queria um favor da República tinha que o pedir a um monárquico.

Em 1926, não foi fácil derrubar a República, porque os republicanos já só de nome estavam no poder. Todos os outros tinham tomado as posições-chave. Oxalá não venha a acontecer o mesmo agora, depois do 25 de Abril. Temos maus prenúncios disso, eles já são bem conhecidos, e se o caminho for trilhado pela mesma maneira apenas uma grande organização popular poderá obstar a que os resultados sejam de um novo fascismo com um novo 28 de Maio.

PENAS DEMASIADO LIGEIRAS

Voltando ao artigo 66, pode portanto concluir-se da sua opinião que, pondo fora de causa a possibilidade de uma nova censura, a responsabilização das pessoas, mediante as penas aplicáveis, é demasiadamente ligeira?

Sem dúvida que sim. É claro que uma multa de vinte contos já é uma pena pesada para certos pequeníssimos delitos de Imprensa que tenham uma projecção meramente individual e sem gravidade. Uma multa de quinhentos contos é insignificante para um monopolista que, dispondo de centenas de milhares de contos, ou mesmo de milhões, queira através de jornais que paga destruir um regime com uma campanha capciosa, injuriosa, difamatória. Basta que ponha dez tubas em alto som sobre determinada figura política e ela acabará por cair. E à uma, pode até cair o regime e o sistema. Aliás, parece que foi o processo seguido no ataque pessoa a pessoa que se verificou em Portugal do Verão para cá.

Ainda, em relação às mínimas penas previstas para tão graves delitos como estes de derrube sistemático de pessoas para atacar um regime, ocorre-me salientar a expres-

Nacional

ão"

são da alínea a) do número 1, «instituições democráticas», como merecendo uma melhor clarificação e até uma melhor delimitação de conceito. Que ideia podem fazer os homens que pertenceram ao antigo regime, que estiveram na sua governação e em postos de grande responsabilidade fascista, que se encontram em partidos ditos centristas mas absolutamente de direita — podendo até dizer-se fascistas por algumas afirmações que já foram produzidas — de «instituições democráticas»? Nós sabemos que o António de Oliveira Salazar criou a democracia orgânica. Nós sabemos muito bem quanto ele se disse democrata quando quis findar com a ditadura. Nós sabemos muitíssimo bem como a palavra democracia oferece uma gama extraordinária de sentidos e de interpretações. Até poderemos dizer que em instituições democráticas cabem mesmo actuações antidemocráticas. Portanto, seria absolutamente indispensável que esta expressão fosse clarificada e hoje, que temos uma Constituição democrática, pois em vez de se constituição democrática. tuições democráticas se usasse constituição democrática.

Para mim, o que é absolutamente indispensável é que se possa saber bem o que são instituições democráticas e ordem democrática. Se essa ordem democrática está e ficará à mercê dos antidemocratas para, valendo-se de levíssimas penas em regra pecuniárias, destruírem a ordem democrática É o que a Lei neste artigo 66 pretende, para uma real defesa da democracia.

GUILHERME DA PALMA CARLOS

Nada tão parecido com impedir de publicar (censura prévia) como impedir de escrever (repressão "a posteriori")

Parece-me optimismo excessivo qualificar de livre — e já não digo libérrimo — o Decreto-Lei 85 C/75, de 26 de Fevereiro, a chamada Lei de Imprensa, que, em meu entender, traz dolorosamente à memória certos diplomas de uma outra época, até de carácter fundamental, em que, com a possível discrição, se tirava com uma das mãos aquilo que espectacularmente se anunciava oferecer com a outra...

A proliferação acelerada de processos de Imprensa parece dar razão a este ponto de vista, a menos que a sensibilidade às críticas por parte dos portugueses esteja a seguir uma evolução contrária a da liberdade que anunciam, quase sem excepções, defender e aplaudir.

Consagra-se, por um lado, a liberdade de expressão e de pensamento, sem subordinação a qualquer forma de censura, autorização, caução ouhabilitaçãoprévia,afirmando-se lícita a discussão e crítica de doutrinas políticas, sociais e religiosas, das leis e dos actos dos orgãos de soberania e da administração pública, bem como o comportamento dos seus agentes, mas a enunciação de tais louváveis princípios nos n.ºs 1 e 3 do art.º 4.º, logo nos respectivos n.ºs 2 e 3 (parte final) começa a sofrer reservas sérias, que culminam com o dispositivo do famoso art.º 66.º, que tem, segundo a giria corrente no foro, a natureza de «caldeirão», onde pode caber tudo e mais alguma coisa...

Ora eu — que me reconheço e confesso não especialista em questões de Imprensa — não encontro nada tão parecido com impedir de publicar (efeito da repudiada censura prévia) como impedir de escrever (efeito da **repressão a posteriori**)...

E esta situação não pode deixar de chocar-me e penalizar-me, como a todos os que consideran a liberdade de Imprensa inludivelmente ligada à liberdade de expressão de pensamento.

Concretamente quanto ao art.º66.º, nebulosamente subordinado ao título genérico e vago de «infracções diversas», entendo que consubstancia um tipo repressivo bem contrário à proclamada liberalização.

Por outro lado, começando por aludir a cartazes, anúncios, avisos, programas, etc., acaba por incidir, com discrição mas sem margem de dúvida ou equivoco, na Imprensa em geral, estabelecendo punições tão gravosas que não podem deixar de constituir uma autêntica forma de limitação.

Por outro lado, considero que tal disposição, além de elitista na escolha dos beneficiários de uma especial protecção, é excessivamente fluida e imprecisa em certas definições, permitindo um demasiado subjectivismo interpretativo e até — o que é gravíssimo — na determinação das conexões de causas e pretensos efeitos, o que permitirá manipulações mais ou menos hábeis que são, infelizmente, moeda corrente nestes tempos agitados que atravessamos.

A variação do sector político dominante poderá alterar o sector dos possíveis atingidos, o que não constitui, de forma alguma, um mérito da lei...

O que se pretende defender é a liberdade inteira e responsável de expressão e não sectorizá-la.

E, como já o assinalou, em notável decisão que honra a nossa magistratura, em globo tão injustamente atacada, mas que encontrou em si própria a coragem de manter a sua independência nos piores momentos, não haverá autêntico jornalismo se não existir a liberdade de criticar, denunciar abusos e prepotências, aconselhar, prevenir e orientar. E tal não será, na prática, possível se um cutelo impender em permanência a cercear o exercício de um tal direito, sob pena não só de fazer perigar a sua pessoa, do responsável legal, mas a própria Imprensa em si.

É esta a minha opinião crítica sobre o problema.

DUARTE VIDAL

Uma grande incerteza não muito favorável a uma saudável crítica das actividades públicas

Em minha opinião o n.º 1 do art.º 66.º da Lei de Imprensa está redigido em termos muito amplos e genéticos, pelo que, em consequência, a sua tipificação penal se apresenta pouco definida, dando lugar, assim, a uma grande margem de incerteza quanto aos limites da actividade crítica dos cidadãos.

Falta ao n.º 1 do art.º 66.º da Lei de Imprensa aquele grau de definição e precisão dos tipos penais, que seria uma garantia da liberdade individual, na medida em que se evitariam as situacões de arbitrio do julgador a que os seus dispositivos podem levar.

Exemplificando: a alínea c do n.º 1 do art.º 66.º pune o «ultraje. otensa ou outro ataque ilícito ao Movimento das Forças Armadas ou ao seu programa político». É evidente que qualquer crítica política, embora muito razoável, ao Movimento das Forças Armadas, ou ao seu programa, pode vir a ser arvorada em ofensa ou ataque ilícito ao referido movimento ou seu programa político. O que se ofende, normalmente, são as pessoas ou instituições, pelo que parece exorbitante estar a incluir na previsão legal a referência a programas políticos que podem ser tudo menos livros sagrados. Por outro lado estaria mais indicado utilizar-se, quanto ao Movimento das Forças Armadas, a fórmula tradicional da nossa legislação penal, muito mais precisa nos seus termos, que é a seguinte: «Aquele que ofender directamente por palavras, ameaças ou por actos ofensivos da consideração devida à autoridade...»

Ainda mais indefenidas são as alíneas e) e g) onde se prevêem, respectivamente, «as referências que possam pôr em risco, directa ou indirectamente, a disciplina ou a coesão das forças armadas e o cumprimento dos deveres militares» e «boato ou informação total ou parcialmente errada ou deturpada de natureza alarmista...»

Quanto à primeira destas alíneas afigura-se que qualquer apreciação crítica que alguém faça à actuação das Forças Armadas, em determinada situação concreta, por mais justificada que porventura seja, pode com relativa facilidade ser apresentada como sendo uma referência que pode pôr em risco, **pelo menos indirectamente,** a disciplina e a coesão das forças armadas e o cumprimento dos deveres militares.

Também quanto à outra alínea parece que uma qualquer informação, com um mero erro de pormenor, poderá vir a ser considerada como abrangida pelo dispositivo legal.

O desejável seria que se fizesse a remissão, na Lei de Imprensa, para as respectivas disposições da lei penal geral, onde a maior parte dos interesses públicos ja estão protegidos e que, quanto aos novos interesses e proteger se utilizassem formulas de protecção mais precisas para se eliminarem as margens de arbítrio.

Afigura-se-me, pelo exposto, que o n.º 1 do art.º 66.º da Lei de Imprensa permite abarcar uma infinidade de situações, pelo que cria, neste domínio, uma grande incerteza que não parece muito favorável a uma saudável crítica das actividades públicas.

Creio, pois, que o n.º1 do art.º 66.º, da Lei de Imprensa vai dar muito que fazer aos tribunais. Muito facilmente qualquer publicista, por mais qualificado e bem intencionado que seja, pode cair nas suas malhas. Se a este quadro acrescentarmos que a reincidência, para além da multa em dobro, é punida com a suspensão das publicações diárias por seis a cento e oitenta números e com **prisão até 2 anos insubstituível por multa**, podemos calcular como a actividade jornalística está sujeita a riscos e a que riscos.

A INFORMAÇAO EM NUMEROS

Mais de 2000 jornalistas cobriram as eleições

Até às 0 horas do dia de ontem, 1411 jornalistas nacionais, 776 estrangeiros, oriundos de 38 países dos cinco continentes, e 160 elementos dos serviços de Informação de organismos oficiais foram creditados pelos serviços do Ministério da Comunicação Social a funcionarem em Lisboa, Porto e Funchal, para a cobertura das eleições. O maior contingente de jornalistas (101) seria dado pela França. Os número por países alinham-se co... tal: Irlanda, 3; Perú, 1, Grécia, 3; U.R.S.S. 9; Bulgária, 3; Áustria, 6; Dinamarca, 19; Holanda, 24; México, 9; Hungria, 12; Japão, 10; Cuba, Marrocos, 1; África do Sul, Luxemburgo, 2; Checoslováquia, 7; U.S.A. 75; Suiça, 31; Canadá, 31; Bélgiva, 25; Inglaterra, 65; Itália, 64; França, 101; Polónia, 11; Islândia, 1, Chile, 1; R.D.A., 9; R.F.A., 54; União Indiana, 1.

Estrangeiro

Morreu o marechal Gretchko ministro da Defesa da U.R.S.S.

MOSCOVO, 27 (R) — A União Soviética chorava hoje a morte do ministro da Defesa, Andréi Gretchko, de 72 anos de idade, e preparava, a escolha de um sucessor parecendo variar entre o principal soldado do Pacto de Varsóvia e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas soviéticas.

O marechal Ivan Yakubovsky, de 64 anos, é comandante-chefe do Pacto militar da Europa Oriental e sucessor natural para o cargo da Defesa, que o marechal Gretchko detinha desde 1967.

Mas após a morte na sexta-feira passada do chefe do Estado-Maior do Pacto, general Sergei Shtemenko, observadores em Moscovo disseram que o Kremlin talvez não deseje transferir o marechal Yakubovsky alterando ainda mais a estrutura de comando da organização.

O segundo candidato provável, 2 anos mais novo que o tradicionalista marechal Yakubovsky, é o general Viktor Kulikov, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas soviéticas — e considerado em Moscovo como um ambicioso inovador.

O marechal Gretchko, que morreu às primeiras horas de ontem de um ataque cardíaco, era também membro do Politburo governamental e ao nível político muito poderia depender de um novo ministro da Defesa no seu lugar.

O marechal soviético Andrei Gretchko, de 72 anos, que foi vitimado por um ataque cardíaco

A idade média do Politburo já é de 65 anos, com três dos seus membros mais velhos que o falecido marechal, e alguns observadores especulavam que a sua morte poderia levar alguns dos seus antigos colegas a retirarem-se por sua própria iniciativa.

Umcomunicadogovernamental dizia que o corpo do marechal Gretchko seria colocado amanhã em câmara ardente no edifício da central sindical de Moscovo antes de ser sepultado junto ao muro do Kremlin — o local de sepultura mais venerado do país.

Embora a notícia tivesse sido dada poucas horas depois pelos meios de comunicação ocidentais, o povo soviético apenas soube da sua morte à noite, quando a televisão transmitiu um eloquente obituário assinado por importantes dirigentes militares e do Kremlin.

O alto e robusto ministro era saudado como um verdadeiro filho do Partido Comunista que tinha «firme e capazmente aplicado a linha do partido para o constante fortalecimento do poderio defensivo do Estado soviético».

Embora a escolha de um sucessor pudesse afectar a organização interna das Forças Armadas soviéticas, observadores duvidavam que houvesse qualquer alteração na actual política de expansão militar, aparentemente apoiada pelo chefe do partido, Leonid Brejnev.

A morte do marechal Gretchko — o primeiro membro do politburo a morrer no cargo no cargo em 12 anos — deixou apenas um representante da defesa no órgão governamental do país, o civil Dmitry Ustinov, secretário do partido para os assuntos da defesa.

Pequim não aceitará armas americanas

WASHINGTON, 27 — (R.) — Um congressista que acaba de regressar de uma visita de uma semana à China declarou que Pequim crê que a guerra com a União Soviética é inevitável, mas que não aceitará armas norte-americanas.

O representante Lester Wolff salientou que a China acredita igualmente que os Estados Unidos combaterão uma guerra com os russos mas que tal conflito pode ser adiado se os Estados Unidos permanecerem suficientemente fortes para deter uma ameaça militar na Europa.

Wolff era um dos nove membros da delegação congressional que passou sete dias em Pequim, Xangai e Darien a convite dos chineses.

Outro membro da delegação, o representante Melvin Price, declarou que os chineses não pretendem auxílio militar norte-americano.

Wolff declarou numa conferência de Imprensa acreditar que a visita foi usada como oportunidade para transmitir aos Estados Unidos duas mensagens:

— Que os chineses não aceitariam armas norte-americanas mesmo que estas fossem oferecidas.

— Que as ruas da China estão calmas, sem a convulsão semelhante à que levou à depuração do vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-ping e à nomeação de Hua Kuo-feng para o cargo de primeiro-ministro.

«Os chineses crêem que a guerra com a Rússia é inevitável» — declarou Wolff. Acrescentou que os dirigentes chineses consideram o seu conflito ideológico com a União Soviética tão profundo que não melhorará em 8000 anos, pelo menos.

Segundo Wolff, os chineses, acreditam que uma guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética «pode ser adiada se a América continuar a ser forte, porque a força é aquilo que os russos mais respeitam».

PUB

CARTA ABERTA

AOS TRABALHADORES PORTUGUESES!
ÀS DIRECÇÕES SINDICAIS!
AO SECRETARIADO DA INTERSINDICAL!

O Movimento Sindical Português está disperso por centenas de Sindicatos, mas agora, mais do que nunca, a classe operária e todos os trabalhadores sentem a necessidade do reforço das suas Organizações de Classe, em especial os Sindicatos.

As Organizações Sindicais terão que ser o verdadeiro baluarte da defesa da LIBERDADE e da DEMOCRACIA, garantes das conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

TODOS NÓS LUTAMOS PELA UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL.

Há que criar condições para a construção de uma CENTRAL SINDICAL ÚNICA, que represente de facto todos os Sindicatos Portugueses.

Dezenas de Sindicatos, representando dezenas de milhares de trabalhadores, nunca estiveram filiados ou abandonaram a Intersindical.

O Congresso de Julho de 1975 foi pouco representativo.

Hoje, depois de realizadas eleições na maioria dos sindicatos, novas linhas de orientação sindical surgiram no seio do Movimento Sindical Português.

No passado dia 26.3.76 o Secretariado da Intersindical anunciou a sua intenção de convocar o novo Congresso.

Não só pensamos ser urgente a realização de um Congresso, como vimos lutando para que nele participem todos os Sindicatos Portugueses:

PARA QUE SEJA O CONGRESSO PARA A UNIDADE SINDICAL!

O CONGRESSO PARA A UNIDADE, envolvendo todos os Sindicatos e representando todos os trabalhadores, corresponde a uma das mais profundas e legítimas aspirações de todos nós e será um importante passo em frente para a defesa da revolução e consolidação das conquistas até hoje alcançadas pelos trabalhadores.

Por isso, a Comissão Organizadora que assumir a responsabilidade de preparar o CONGRESSO PARA A UNIDADE, deverá ter em conta o conjunto dos Sindicatos, isto é, os que estão filiados e os que estão fora da Intersindical.

A Comissão Organizadora do CONGRESSO PARA A UNIDADE deverá respeitar exclusivamente a vontade dos trabalhadores e representar as diversas correntes de opinião com efectiva expressão no Movimento Sindical Português.

Por tudo isto, entendemos que a Comissão Organizadora do CONGRESSO PARA A UNIDADE deverá ser constituída por representantes quer de Sindicatos filiados na Intersindical, quer de Sindicatos não filiados.

O CONGRESSO PARA A UNIDADE deverá ser preparado a partir dos locais de trabalho. Quer as propostas de Novos Estatutos, quer as propostas de Orientação Político-Sindical deverão ser discutidas por todos os trabalhadores.

A Direcção que sair deste CONGRESSO deverá representar, de facto, a vontade dos Trabalhadores Portugueses.

A UNIDADE é possível!

Dirigimo-nos a todos os trabalhadores, a todas as Direcções Sindicais, ao Secretariado da Intersindical para que correspondam à nossa PROPOSTA DE UNIDADE.

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!

POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE!

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca
Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos
Sindicato dos Engenheiros do Sul
Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio do Distrito de Aveiro
Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro
Sindicato da Construção Civil de Leiria
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Caixeiros dos Distritos de Vila Real e Bragança
Sindicato dos Trabalhadores da Panificação dos Distritos de Vila Real e Bragança
Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro
Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação do Distrito de Faro
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Coimbra

Condenado o assassino do realizador Pasolini

..ROMA, 27 — (R.) — Um jovem de 17 anos foi ontem condenado a mais de nove anos de prisão pelo assassínio do realizador cinematográfico Pier Paolo Pasolini, mas o tribunal de menores declarou que ele não agiu sozinho.

Giuseppe Pelosi, antigo empregado de uma padaria, confessou o crime, e sustentou ter agido sozinho ao assassinar Pasolini após rejeitar as tentativas homossexuais do realizador.

O veredicto de «assassínio de cumplicidade com pessoas desconhecidas» provavelmente renovará a especulação de que Pasolini foi morto por motivos políticos, na opinião de observadores.

O corpo de Pasolini foi encontrado na estância de Ostia, na periferia de Roma, ao princípio da manhã de 2 de Novembro. Fora agredido na cabeça com uma prancha e atropelado com a sua própria viatura.

Durante as investigações a Imprensa italiana conjecturou que Pelosi não agiu sozinho e que o marxista Pasolini foi vítima de uma conspiração.

A Polícia rejeitou a teoria mas advogados da família Pasolini levantaram a possibilidade no julgamento de Pelosi.

Pelosi declarou aos investigadores que o realizador travara conhecimento com ele, na noite anterior, perto da estação central de Roma, lhe pagara uma refeição e que seguidamente se dirigiram de automóvel para Ostia.

Combinaram ter relações sexuais — acrescentou Pelosi —, mas desenvolveu-se uma questão sobre até que ponto iriam essas relações.

O jovem delcarou que Pasolini o agrediu e que ele reagira atingindo-o com uma prancha. Entrou em pânico e atropelou-o por engano.

Os advogados da família Pasolini sugeriram em tribunal que cúmplices podiam ter seguido Pasolini e Pelosi a Ostia, na noite do crime, tendo participado no assassínio.

Rapto frustrado em Macau

..MACAU, 27 (ANOP) — A Polícia de Macau e membros do pessoal do Hospital do Governo impediram uma tentativa de rapto de uma refugiada chinesa, que há dias aguarda repatriação.

Os três raptores, dois homens e uma mulher, atacaram a mulher-polícia que se encontrava de guarda à refugiada no hospital. Aos gritos da mulher-polícia que, entretanto, dominara a raptora, surgiram membros do pessoal do hospital, que puseram os outros dois assaltantes em fuga.

A refugiada, de 23 anos, será repatriada, nos termos do acordo assinado entre a China e Macau.

Em ALCÁCER DO SAL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFE SADO

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DO PORTO

QUARTO JUIZO

ANÚNCIO

Faz-se saber que por este Juízo de Direito e 3.ª secção de processos da Secretaria Judicial correm éditos de 30 dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando a ré Somecil - Sociedade Mealo - Mecânica Civil, Ld.ª, com sede na Rua Joaquim Dias de Sousa Ribeiro, n.º 3, c/v, em Sacavém, da Comarca de Lisboa e agora em parte incerta, para no prazo de 10 dias, findo o dos éditos, contestar. Querendo, o pedido feito pela autora estabelecimentos Manuel Ferreira, Ld.ª, com sede na Rua da Constituição, 2351 - E - Porto, sob pena de, não o fazendo, vir a ser condenada no pedido que, em resumo, é o seguinte: — Que a acção seja julgada, provada e procedente e a ré condenada no pagamento à autora, da quantia de 29 320.50, nas custas e procuradoria, importância essa proveniente da venda de mercadorias da A. à ré, daquela importância, que não pagou.

Porto, 10 de Abril de 1976

O ESCRIVÃO DE DIREITO,

(a) **Joaquim Pinto Coelho**

VERIFIQUEI.

O JUIZ DE DIREITO

(a) **António Manuel Guimarães de Sá Couto**

Estrangeiro

Apelo do P.C. Espanhol sobre o dia 1 de Maio

MADRID, 27 — (ANOP, FP e R) — Novos documentos que circulavam ontem em contem um apelo do Partido Comunista Espanhol para vários dias de acção e de reivindicações aquando do primeiro de Maio, podendo provocar eventualmente uma greve geral.

O apelo lançado pela secção de Madrid do P.C.E., convoca os operários da construção civil para uma greve nacional nos dias 28, 29 e 30 de Abril. Pede a todos os operários que exijam um «sindicato de classe, único, democrático e independente», e que recusem «a reforma sindical preparada pelo Governo».

Preconiza a «maior unidade de acção com os outros partidos políticos e sindicatos, como a USO e a UGT, com vista à criação de um clima favorável à greve geral».

Evocando igualmente as manifestações de rua, o apelo da secção madrilena do P.C.E. declara: «Também é possível e necessário que nesta ocasião, no meio de uma ofensiva que pode pôr termo ao fascismo, o primeiro de Maio se revista de características distintas quanto à luta e à combatividade, relativamente às grandes manifestações de massas dos anos 65, 66 e 67».

Entretanto, fontes afectas a emigrados bascos revelaram em Baiona que quatro presos políticos espanhóis, que se evadiram, há três semanas, de uma penitenciária em Segóvia, norte de Madrid, atravessaram a fronteira e entretanto no Sudoeste da França, no fim da semana.

Os quatro faziam parte de um grupo de 29 reclusos que fugiram da prisão de Segóvia, em 5 de Abril. Foram acompanhados por uma mulher, que os ajudou na sua fuga até à fronteira francesa.

Três dos presos eram elementos da ETA, a organização de guerrilheiros bascos, e o quarto um membro da Frente Revolucionária Antifascista e Patriotica (FRAP), um movimento maoista, que tinham sido condenados a penas de prisão.

Por outro lado, para iniciar as conversações exploratórias de uma nova fase do diálogo Mercado Comum Espanha, foi esta semana a Bruxelas uma delegação espanhola.

As conversações principais amanhã e foram motivadas pelo facto do ingresso da Grã-Bretanha, da Dinamarca e da Irlanda na comunidade ter tornado necessário um reajustamento dos termos do acordo Mercado Comum-Espanha assinado em 1970.

Polícia de choque e manifestantes frente a frente em Paris durante o mais recente desfile dos estudantes, em greve contra a reforma do ensino. A perspectiva de um novo Maio de 1968 parece no entanto atenuar-se, segundo os observadores políticos

As eleições em Itália parecem inevitáveis

ROMA, 27 — (R) — Dissiparam-se as ténuas esperanças de que o actual Parlamento italiano possa sobreviver por mais tempo em consequência da decisão dos socialistas de se oporem ao Governo se pedir um voto de confiança.

Um debate parlamentar marcado pelo Governo minoritário democrata-cristão, no poder há dez semanas, começa amanhã e parece agora quase certo que será o sinal para eleições gerais que poderão levar os comunistas à gestão de Itália.

Um informador do P.S. asseverou a noite passada que «se o Governo pedir um voto de confiança, é claro que, como resultado da nossa atitude, nada mais poderemos fazer do que votar contra».

O actual gabinete do primeiro-ministro Aldo Moro tem sobrevivido apenas graças à cooperação dos socialistas.

A única incógnita agora é como se desenrolarão os acontecimentos. Moro poderia apresentar a demissão do seu Governo ao presidente Giovanni Leone na quinta-feira, à noite, mas observadores parlamentares notaram que era mais provável que tal se registasse na sexta-feira.

O chefe do Estado teria, então, que decidir quando deveria dissolver o Parlamento e marcar a data do início da campanha eleitoral. Fontes bem informadas salientaram ontem que o presidente Leone considerava agora essas medidas como provavelmente inevitáveis.

O primeiro-ministro angolano visita a U.R.S.S. em Maio

O primeiro-ministro angolano, Lopo do Nascimento, vai efectuar uma visita oficial à União Soviética na segunda quinzena de Maio — anunciou a agência noticiosa Tass.

Será a primeira visita de dirigentes angolanos a Moscovo desde que aquele Estado africano alcançou a independência em Novembro passado.

Foi anunciado, entretanto, na capital cubana que Cuba e Angola assinaram ontem um acordo de cooperação em matéria de Saúde Pública, acordo que prevê o envio para Angola de pessoal médico cubano e a formação de técnicos médicos. O ministro cubano da Saúde sublinhou que este primeiro acordo neste sector, embora modesto, tinha grande significado moral por se inspirar no «internacionalismo proletário».

De Luanda noticia-se que a União dos Escritores da República Popular de Angola (organismo fundado em Dezembro do ano passado um mês após a proclamação da independência) vai efectuar o seu primeiro congresso em Maio.

Finalmente, a Cruz Vermelha Internacional revelou ontem em Genebra que vai proceder a uma «retirada gradual» de Angola, pois as autoridades deste país decidiram assumir a responsabilidade de todas as acções de assistência.

A Indonésia anunciará em 16 de Agosto a posição sobre Timor

JACARTA, (ANOP, F. P. e R.) — O ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, revelou que o presidente Suharto deverá anunciar em 16 de Agosto próximo a posição do seu Governo sobre a integração de Timor Leste na Indonésia.

«A 17 de Agosto todos os indonésios celebrarão o dia da Independência e espero que o povo de Timor-Leste tenha também a oportunidade de celebrar essa data» — acrescentou o ministro.

Entretanto, o órgão oficial do P. C. chinês, «Diário do Povo», afirma que o Governo indonésio «mente» quando assevera que não tem qualquer ambição territorial quanto a Timor-Leste. O jornal cita depois a resolução da ONU do passado dia 22, salientando que se trata duma vitória política e moral para o povo que está a lutar pela sua independência.

Finalmente, o Governo australiano vai enviar uma equipa de altos funcionários do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros a Timor-Leste para investigar a morte de cinco jornalistas australianos falecidos em Outubro do ano passado quando faziam a cobertura de combates naquele território.

KISSINGER: discurso em Lusaka
SAMORA: viagem-relâmpago a Dar-es-Salaam
ÀFRICA AUSTRAL: futuro em discussão

LUSAKA, 27 — (R. ANOP, F. P. e «D. L.») — Os Estados Unidos prometeram hoje oposição inflexível ao regime minoritário branco na Rodésia até Governo de maioria negra se concretizar nesse território.

O secretário norte-americano de Estado, Henry Kissinger, afirmou num discurso preparado para proferir num banquete com o presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia que os Estados Unidos apoiam nos termos mais enérgicos, a proposta britânica para negociações conduzindo a Governo de maioria negra, dentro de dois anos.

Prometeu também um cumprimento mais rígido pelos Estados Unidos das sanções da ONU contra a colónia britânica rebelde, assim como pressão sobre outros grandes transgressores — querendo, com essas palavras, referir-se à França e ao Japão — do boicote mundial à Rodésia.

O discurso pareceu constituir uma declaração norte-zmericana de guerra psicológica, económica e diplomática contra a Rodésia e foi, de longe. A declaração mais enérgica ainda feita pelos Estados Unidos contra o Governo do primeiro-ministro Ian Smith.

Por outro lado, é aguardado hoje é Dar es-Salam o presidente moçambicano, Samora Machel, para conversações inesperadas com Julius Nyerese. Machel regessara ainda hoje a Moçambique. Observadores pensam que as conversações se relacionam com a libertação da África Austral, a seguir à visita que Kissinger fez ontem àquela capital. Moçambique não se encontra no itinerário de Kissinger, e observadores crêem que o presidente tanzaniano porá Samora Machel ao corrente das conversações que teve com o secretário de Estado norte-americano.

A Zâmbia é o terceiro dos seis países africanos a receber a visita de Kissinger, que já esteve no Quénia, onde assinou um acordo de cooperação entre os E. U. A. e aquele país, e na Tanzânia. Depois de Kissinger ter saido deste último país, o chefe de Estado tanzaniano, Julius Nyerere, deu uma conferência de Imprensa na qual declarou que «se os americanos se opõem à guerra, opõem-se ao Governo de maioria negra».

Depois do seu discurso em Lusaka, o secretário de Estado partirá para Livingstone, estando previsto que se avistará com Joshua N'Komo, dirigente da facção «interior» (moderada) do Conselho Nacional Africano da Rodésia. Informadores disseram que o secretário de Estado planeia visitar a Rodésia ou avistar-se secretamente com o primeiro-ministro sul-africano, John Vorster. O Zaire será a próxima escala de Kissinger.

A questão do Governo de maioria negra na África Austral é, como repetidas vezes se tem dito, o ponto fulcral das conversações de Kissinger no continente africano. A posição americana de afirmar o seu apoio ao princípio geral, mas de recusar os meios práticos de o aplicar (isto é, o auxílio militar) levanta a discordância dos seus interlocutores. Regresso no domingo de Moçambique, o presidente zambiano, Kenneth Kaunda, cuja posição moderada parece estar a sofrer uma viragem num sentido mais radical, afirmou ontem que a guerra na Rodésia era inevitável e que o Ocidente era o culpado dessa situação. No comunicado final subscrito pelos dirigentes zambiano e moçambicano após uma visita oficial de cinco dias do presidente Kaunda a Moçambique, afirma-se que uma solução pacífica deixou de ser possível na Rodésia, comprometendo-se ambos os estadistas a dar um apoio activo aos guerrilheiros nacionalistas africanos.

A ideia de que só uma guerra permitirá a transferência de poder para a maioria negra na África Austral foi reafirmada por Samora Machel em entrevista dada ao jornal francês «Le Monde». O dirigente moçambicano afirmou que «a guerra de libertação na Rodésia será longa», acrescentando que os rodesianos pensam ainda em termos de «brancos» que dominam os negros», havendo assim uma confusão sobre o verdadeiro inimigo. «Só uma guerra de libertação poderá libertar os homens e as mentalidades», disse Machel. O dirigente moçambicano afirmou ainda que a vitória do M. P. L. A. em Angola mostrou «a dimensão agressiva e expansionista da África do Sul e fez explodir o mito da superioridade militar sul-africano».

Por seu lado, o dirigente do Uganda, Idi Amin, presidente da Organização da Unidade Africana (O. U. A.), convidou no domingo os «brancos inocentes» a abandonarem «o mais rapidamente possivel» a Rodésia, a Namibia e a África do Sul ou então a pronunciarem-se a favor duma maioria negra. Um funcionário ugandês acusou, por sua vez, Kissinger de pretender apenas semear a confusão em África com esta visita por «países africanos fracos».

Enquanto isto, aumenta o numero de mortos na Rodésia: dez pessoas perderam a vida nos últimos dias em resultado da luta de guerrilhas.

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Monitores de Telescola do Distrito de Lisboa a comparecerem no dia 28 de Abril de 1976 (quarta-feira), às 15.00 horas na sede do Sindicato dos Professores, Rua das Gaivotas 6 — Lisboa, para um plenário que poderá ter a seguinte ordem de trabalhos:

***1 — Informações sobre o que se passou na* Reunião Nacional tida em Santarém;**

2 — Exames finais para o ano lectivo de 75 76.

Assina:

A COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORES DE TELESCOLA

Espectáculos

A REVOLUÇÃO CÉNICA DE MEYERHOLD

Foram publicados por uma editora de Lausanne os **Écrits sur le Theatre** (periodo entre 1917 e 1929) de Vsevolod Meyerhold. Estes textos do encenador russo dirigem-se como é evidente à gente do teatro que se interroga acerca das relações sociedade-teatro, da evolução da cenografia e do trabalho do actor. Mas para mergulhar nessa leitura basta interessar-se pela história. Com Meyerhold ficamos bem servidos. Ele viveu na Russia de antes e de depois de 1917, e as suas experiencias teatrais tiveram lugar durante os anos de transformacao de agitação, de reconstrucao histórica. É isso, de resto, o que dá a entender Béatrice Picon-Vallin, autora da tradução, do prefácio e das notas, tanto deste volume como do primeiro (período 1891-1917), ao escrever: «Parece-me antes de mais necessário apresentar, à guisa de prefácio, as sucessivas aquisições de Meyerhold, estreitamente ligadas à historia do seu tempo. Fazer um esboço histórico preciso a fim de colocar estes textos no seu quadro vivo.»

Carl Theodore Casimir (a todos estes nomes preferiria em 1895 o de Vsevolod) Meyerhold nasce em Penza, a 28 de Janeiro de 1874 numa familia burguesa, judia; o pai possuia uma fabrica de destilacão de álcool). Cedo frequenta o teatro da cidade. Sente-se muito impressionado pelas ideias socialistas. Após algumas tentativas de teatro amador, Meyerhold torna-se actor, em 1898 em Moscovo, no Teatro de Arte de Stanislavski. Mas já pensa na encenação. Após quatro anos passados no Teatro de Arte rompe com Stanislavski e vai animar companhias na provincia. Em 1905 faz as pazes com Stanislavski e cria com ele o Teatro-Estúdio filial do Teatro de Arte. Contratado por Vera Komissarjevskaia, do teatro dramático de São Petersburgo, em 1906-1907, aplica os seus princípios a varias encenações: **Hedda Gabler** de Ibsen, **Irmã Beatriz**, **Pelleás e Mélisande**, de Maeterlinck. **A Vida do Homem**, de Andreev, **O Acordar da Primavera**, de Wadekind. Em luta contra o naturalismo, Meyerhold substitui os cenários por painéis, utiliza luzes sobre os actores imóveis, reorganiza o espaço teatral levando o espectáculo ao proscénio. Deixa depois a Komissarjevskaia e torna-se encenador dos teatros imperiais, entre 1908 e 1917. Monta entao **Tristão e Isolda** de Wagner de uma maneira nova, o que lhe vale a consagração, depois o **Dom Juan** de Molière e o **Baile de Máscara**, de Loermontov. Faz investigações sobre o nô japonês, os «ballets» russos e a «commedia dell'arte». Separou-se então completamente de Stanislavski, o grande homem de teatro desses anos que para todo o sempre contestará.

Chega a revolução e, diz Beatrice Picon-Vallin, «Meyerhold acolhe-a de braços abertos. Alguns dias depois de Outubro, quando o poder revolucionário procura contactar com os artistas de Petrogrado, Meyerhold está entre os cinco que respondem ao apelo. Os outros são Maiakovsky, Block, Altman e Ivnev».

Em Agosto de 1918, Meyerhold adere ao Partido Comunista.

Não há então ruptura entre o velho e o novo. Tudo o que fermentava em Meyerhold, tudo o que já fora experimentado, encontra novo impulso. Passa-se com o teatro russo o que se passa com o cinema. Não se faz tábua rasa do passado, das estruturas, procura-se, isso sim, uma nova dimensão cultural. O teatro deve ser, como o cinema, uma arte revolucionária para o povo. E Meyerhold realiza em Petrogrado, para o primeiro aniversario de Outubro, a encenacão do **Mistério-buffo**, de Maiakovski, que é a primeira peça soviética «Pode ver-se na construção deste espectáculo uma antecipação da teoria da montagem das atracções, de Eisenstein (Béatrice Picon-Vallin)».

Em 1920 Meyerhold é nomeado director do TEO, em Moscovo, e do primeiro teatro R. S. F. S. R., que realizou o **Outubro Teatral**. Mas no inicio da nova politica economica (a NEP) Lunartchaski comissário do povo para a instrução pública, afasta Meyerhold, considerado demasiado extremista, do TEO. Meyerhold continua, de resto, as suas experiências. Inventou o «construtivismo» que liberta o palco dando-lhe uma arquitectura com maquinaria aparente. Para o actor, inventa a biomecânica.

«Ao contrário do sistema stanislavskiano que dá preferência à alma, o actor meyerholdiano deve restabelecer um equilíbrio são, ser desportivo, acrobata, fazer do seu corpo um instrumento perfeito: movimentos racionais, expressivos, sem nada de supérfluo nem de gratuito, jogo preciso com os objectos, cálculo e consciência do tempo cénico, desenvolvimento do jogo colectivo» (Beatrice Picon-Vallin).

DEMONSTRAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Toda a actividade teatral de Meyerhold tende a fazer coincidir a vanguarda estetica e a politica revolucionaria. Lamentar-se-á, no entanto, de falta de autores contemporaneos e acolherá com alegria o **Percevejo**, de Maiakovski, a **Floresta**, de Ostrovski, através dos quais faz demonstrações «revolucionarias». Inspira-se em tecnicas de circo, serve-se de cortinas, de palcos giratorios, de passeios rolantes. Afirma a superioridade do encenador sobre o autor e o actor.

Nos anos 30, Meyerhold é acusado de «formalismo». Em 1938, a sua companhia é dissolvida. Depois, é o trágico fim da sua aventura. Meyerhold é preso em 1939 e morre, provavelmente executado, em 1942. A sua morte só seria conhecida muito mais tarde, apos o desaparecimento de Staline. E Meyerhold foi reabilitado.

Esse agitador do teatro burguês, que já antes da revolução queria destruir, encontrou nos anos 20, uma terra fértil para o seu trabalho. Porque é certo que nesse tempo, tanto na Rússia soviética como em Paris, como em Berlim, a vanguarda artística estava florescente. Quanto à Russia, que as democracias burguesas haviam rodeado de um «cordão sanitário», a coisa nao se soube logo a seguir. A imagem do «homem de faca nos dentes» prevaleceu. Na Rússia soviética, a vanguarda sabia por os pés à parede e sacudir os velhos valores. Mas não espantava o burguês. Era estreitamente solidaria com a actividade social e politica revolucionária. Regressar aos anos 20 de Meyerhold não é voltar ao passado mas sim encontrar um modelo que fara brotar do palco as promessas de uma nova sociedade. O caminho de Meyerhold cruzou-se com o de Eisenstein e de outros cineastas «modernistas» de então. Eles deixaram filmes; Meyerhold só pôde deixar textos.

Claro que os textos de Meyerhold, que são, por vezes, textos teóricos, não se lêem como um romance. A **História e Técnica do Teatro** (1907), **A Encenação de Tristão e Isolda** no Teatro Mariinski e o **Teatro de Feira** (1912), **O actor do futuro e a biomecânica** (1922), **O Emprego do Actor** (1922) o **Professor Boubous e os problemas por um espectáculo inspirado numa música** (1925), **A arte do encenador** (1927), contam entre as paginas mais importantes

Para iluminar certas encenações de Meyerhold, Béatrice Picon-Vallin fez no tomo II, algumas transcricões das críticas da epoca. Os dois livros são extremamente concretos. Vê-se ao ler os textos de Meyerhold que ele foi um homem inquieto, cheio de ideias, um homem que salta facilmente da ideia para o gesto, deste para a palavra. É evidentemente alistado, mas não sente a necessidade constante de falar de política. A sua atitude é política.

© **Le Monde**

Concertos Populares no Pavilhão do Estoril

No domingo, 16 de Maio, havera um concerto por Isabel Mallaguerra e Pineiro Nagy, no auditório do Pavilhão de Congressos do Estoril, no qual serão interpretadas obras de Frescobaldi, Weiss, Scarlatti, Farkas, Brower, Villa-lovos, Falla, Malipiero e Ruiz-Ripó.

Este concerto integra-se na série popular programada para o corrente ano, iniciada a 4 de Abril com o Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra.

Ainda em Maio, no dia 23, actuara a pianista Olga Prats, que interpretará obras de Lopes-Graça e Brahms.

Os espectáculos terão início às 17 horas, encontrando-se os bilhetes à venda na Junta de Turismo da Costa do Sol e no pavilhão de Congressos, no dia do espectáculo, ao preço único de 15 escudos.

CASINO ESTORIL
SLOT MACHINES
TODOS OS DIAS
SALA DE JOGOS
LYN PAUL
VEDETA DA RÁDIO E DA TV INGLESA
DUO LANKA
NATALINA JOSÉ
com
NOBRE COSTA
The FINNAN'S FOLIES
"MOZAMBEAT'S"
ORQ. CASINO ESTORIL dirigida por Ferrer Trindade
LES MILIFRED
STRIP-SHOW - SÓ NO WONDER BAR
SALÃO RESTAURANTE às 23,30 (não aconselhável a M. 18)
WONDER BAR à 1,00 (interdito a M. 18)
Consumo mínimo Sábados 140$00 - Restantes dias 120$00 (taxas e impostos incluídos)
MATINÉE aos DOMINGOS às 17 horas
(taxas e impostos incluídos)

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato) ■ Telef 66 15 15
A PARTIR DE AMANHÃ TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL
ÚLTIMOS DIAS
teatro da Cornucopia
[Ah Kiu]
F. Chartreux
(Não aconselhável a menores de 13 anos)
3.ª a sábado, às 21.15 h.
Domingo, só às 16 h.

ÁDÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80
3.º MÊS DE EXITO POPULAR
HOJE, AS 21.30
M/18
TARAN-TAN-TAN NÃO ENCHE BARRIGA!
FAMELINDA DUARTE
NICHOLSON
MONTEZ
METRO Socorro ★ ELECTRICOS ★ AUTOCARROS
Parque de Estacionamento

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ
AMANHÃ, às 21.30
CORO THALIA
(MINEIROS ALEMÃES)
CANÇÕES POPULARES ALEMÃS
MÚSICA CORAL ESPIRITUAL
FOLCLORE INTERNACIONAL
ENTRADA LIVRE

Funny Lady é comovente
COLUMBIA PICTURES e RASTAR apresentam
BARBRA STREISAND e JAMES CAAN
em FUNNY LADY
uma produção RAY STARK
um filme de HERBERT ROSS
com RODDY McDOWALL BEN VEREEN CAROLE WELLS
OMAR SHARIF é Nicky Arnstein
Não Aconselhável a Menores de 13 Anos
3.ª SEMANA DE ÊXITO no MONUMENTAL

Televisão

Morreu o realizador Carol Reed

O célebre realizador sir Carol Reed faleceu em Londres na noite de ontem para hoje, com 70 anos, após uma longa doença. Era um dos maiores nomes do cinema britânico, informa a France-Press.

Nascido em 1906, Carol Reed iniciou a sua carreira com a idade de 22 anos, interpretando numerosos papeis em peças escritas pelo autor de romances policiais Edgar Wallace.

Em 1930 abandonou o teatro para se consagrar totalmente ao cinema. Trabalhou para o serviço cinematográfico do Exército Britânico durante a Segunda Guerra Mundial, realizando numerosas reportagens e um filme: «A verdadeira glória», acerca do desembarque na Normandia pelas forças aliadas.

Alcançou o seu maior êxito internacional com «O terceiro homem», filme extraído do romance de Graham Green, cuja personagem principal foi interpretada por Orson Welles... Este filme viria a obter o grande prémio no Festival de Cannes.

Elevado à dignidade de «sir» pela Rainha da Inglaterra em 1952, colaborou novamente Graham Green quando da rodagem do filme «O nosso agente em Havana». O seu filme mais premiado foi a comédia musical «Oliver», extraído do romance de Charles Dickens, que recebeu um oscar e o prémio especial do Festival de Moscovo.

Colonialismo em Cinema de Intervenção

O colonialismo será um dos temas a apresentar na Monstra Internacional do Cinema de Intervenção, que se realiza no Estoril de 1 a 9 de Maio, organizado pelo Centro de Intervenção Cultural.

Assim veremos os filmes de René Vautier «Avingtans dans les Aures», «La Folle de Toujane», «Aube des dammes», «Queimada» de Gillo Pontecorvo, de Alain Resnais e Chris Marker «Les estatues meurent aussi», de Arthur Mamothe «Mtseni Narra Shepen», e «Pakeashepi», e de Per Sandem e Rudi Spee «The liberation struggle in Namibia» (A luta de libertação na Namíbia).

Entretanto, sobre outras lutas veremos «Nossa Terra», dos alunos da Escola Superior de Arte de Estocolmo, «Bojkott» (Boicote) de Pea Holmsquit, Stefan Jarl, Jan Lindquist e outros «La ville est à nous», de Serge Poljinski, «L'autre façon d'etre une banque», do Colective Cinelutte, «Fous a delier», de Silvano Agosti, «Video Eyes-Video Ears», de Leonard Henny, e «Towards a people's cinema» do mesmo autor, e ainda «Livre d'histoire», de Li Vilstrup e Jannick Hastrug.

Conforme temos noticiado, outros temas do festival serão as lutas operárias, os novos países de África, lutas de libertação, e contra o fascismo e repressão, emigração, países da América Latina e países árabes.

De Portugal veremos dez filmes, oito dos quais realizados por estrangeiros. De portugueses será exibido «Ofensiva popular» de António Faria e «O povo toma a palavra» de Luís Augusto, Manuela dos Santos e Alain Lebrousse.

A cadela do presidente

Sinal indiscutível de que a popularidade de Ford não está, como alguns pensam, em decréscimo, são as cartas que chegam à Casa Branca pedindo fotografia de «Liberty»... a cadela *Setter* do presidente. Os pedidos ainda aumentaram quando a menina Ford teve o gesto bonito de responder a um dos admiradores humanos de Liberty, fazendo a cadela assinar com a impressão da pata. A coisa teve tamanho êxito que logo apareceu à venda a referida impressão, em borracha. Uma gracinha.

●●●

A brigada de assistência às pessoas sem abrigo de Paris (BAPSA) teve contactos, durante quatro meses (de Outubro de 75 a Janeiro de 76) com mais de dois mil e duzentos «clochards» e outros vagabundos que fixaram residência nos corredores do metropolitano. O número dos sem abrigo e as datas durante as quais tinham sido contactados, foram fornecidos pelos prefeitos de Paris e da polícia, ao *Bulletin municipal officiel*. De notar que não são referidos os vagabundos que moram debaixo das pontes do Sena.

●●●

Karen Quilan era uma jovem norte-americana que, por ter absorvido uma dose excessiva de álcool e barbitúricos esteve em coma desde Abril de 1975 até há poucos dias. A sobrevivência de Karen manteve-se durante todo este tempo por ela ter sido ligada a um complicado aparelho de reanimação. Os médicos (uma equipa fanática de vida a todo o preço, especialmente quando o preço é alto, o que aconteceu no caso de Karen, filha de gente muito rica), insistiram em mantê-la viva por ela mostrar sinais, embora fracos, de actividade cerebral, embora sem a mínima esperança de recuperação. Há já muito tempo que os pais da jovem tinham pedido o auxílio da justiça, para que o aparelho fosse desligado, fazendo assim parar aquela existência sem solução. O Supremo Tribunal de Nova Jersey acedeu finalmente ao desejo dos pais de Karen.

TRINDADE

INATEL

APRESENTA

INTEGRADO

NAS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO

HOJE, às 21.30 horas

O GRUPO DE TEATRO DE CAMPOLIDE

com a peça

O GRANDE CIDADÃO

de Virgílio Martinho

——::——

10$00, preço único, para os sócios do INATEL, dos Sindicatos, dos C. C. D. e C. P. T. Para o restante público 20$00.

(Não acons. a men. 13 anos)

Service
Service
Service

PHILIPS

SERVIÇOS TÉCNICOS PHILIPS

ASSISTÊNCIA AOS TELEVISORES PHILIPS NA MARGEM SUL DO TEJO

Para maior comodidade dos nossos clientes foram nomeados dois técnicos especialistas de televisão que, com maior rapidez, passam a prestar assistência técnica aos Televisores Philips nos concelhos a seguir indicados:

ALCOCHETE – BARREIRO – MOITA
MONTIJO – PALMELA – SETÚBAL
A cargo de
JOSÉ AUGUSTO CAETANO SANTOS
Telefones 0425709 e 0427832

ALMADA – SEIXAL – SESIMBRA
A cargo de
RAFAEL COBELO NEVES
Telefone 2210467

Nestes concelhos, o SERVIÇO DOMICILIÁRIO a Máquinas de Lavar Roupa e Loiça, Frigoríficos e Congeladores, continua a ser prestado directamente pelos nossos próprios serviços, devendo os pedidos serem feitos pelo telefone 2190050, ligado a um gravador de chamadas, a funcionar nas 24 horas do dia.

Mantêm-se também os Concessionários de Serviço Philips no BARREIRO (Américo, Rodrigues & Seruca, Lda.) e em SETÚBAL (Vasco Machado) que continuam a prestar assistência técnica a todos os produtos Philips, incluindo televisores.

PHILIPS

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SEIXAL

AVISO

De acordo com a deliberação tomada pela Comissão Administrativa desta Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 25 de Março de 1976, avisam-se todas as pessoas cujos familiares se encontram sepultados nos TALHÕES NÚMEROS 11 e 12 DO ACTUAL CEMITERIO DO SEIXAL, que devem efectuar o levantamento das respectivas ossadas **NO PRAZO DE DEZ DIAS**, a contar da publicação deste aviso.

Findo este prazo sem que os interessados promovam qualquer diligência, esta Câmara Municipal procederá ao levantamento das ossadas, ao abrigo do disposto no parágrafo 2.º do artigo 23.º do respectivo regulamento municipal.

Paços do Concelho de Seixal, 20 de Abril de 1976.

O Presidente da Comissão Administrativa
José Augusto Gouveia

Hoje

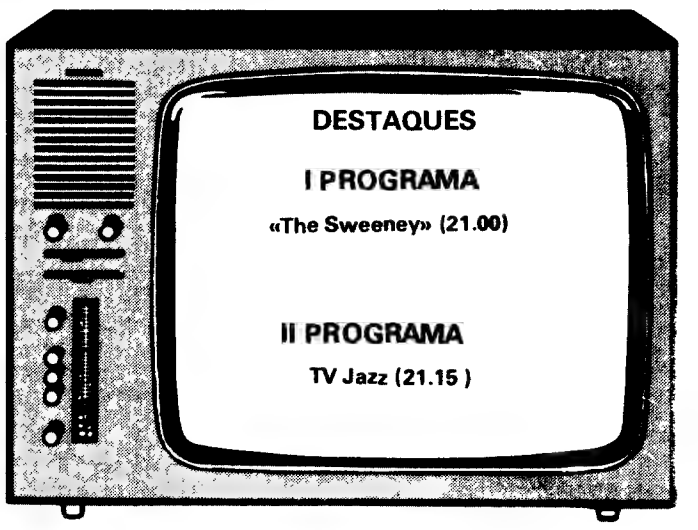
«Wickie, o Viking»

I PROGRAMA

19.00 **«Wickie, o Viking»** — desenhos animados.
19.25 **Documentário**
20.00 **Ver** — um programa dedicado às Artes Plásticas. Autoria e realização de José Elyseu.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.00 Série filmada **«The Sweeney»**
22.00 **O Mundo que Nós Somos** — uma rubrica do Departamento de Programas Político-Sociais.
23.00 **Telejornal** — 3.ª edição
23.15 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«Dois Anos de Férias»** — série filmada.
20.30 **Nome Mulher**
21.15 **TV Jazz** — na 5.ª edição de Cascais Jazz, em Novembro de 75, e pela 1.ª vez, um grupo português atingiu grande e merecido sucesso.
22.20 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.
22.55 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

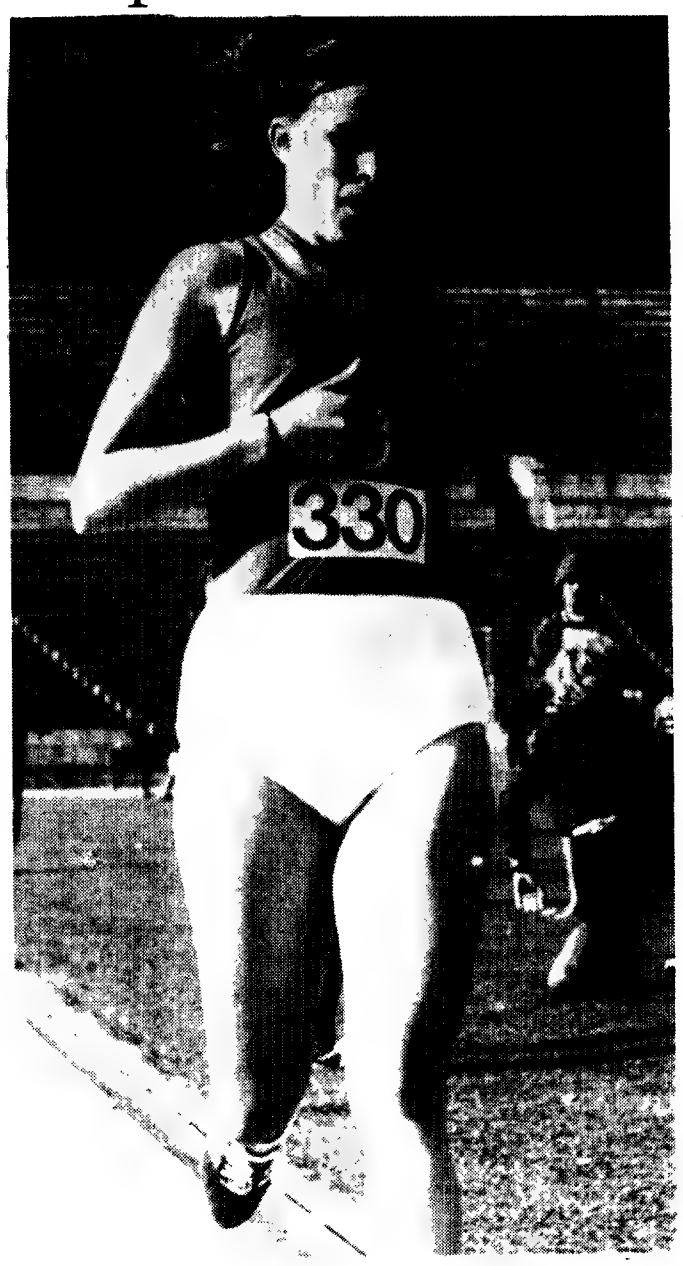
1.º Período — **13.15**: Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: «O Soldado e Eu — série filmada; **13.55**: Logo à Noite. **Ciclo Preparatório TV** — **14.10**: Educação Musical (2.º ano); Ciências da Natureza (2.º ano); **Educação Musical** (1.º ano Moral (2.º ano); Moral (1.º ano). **2.º Período** — **19.00**: Formação ... Brinquedos; **19.30**: Impacto — viagem por Lisboa; **19.55**: Educação Permanente; **20.15**: Vamos Jogar no Totobola; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição; **21.00**: Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas; **21.30**: Noite de cinema «Limonada Joe» — I Prémio do Festival de San Sebastian. Um filme checo produzido em **1964**, com realização de Oldrich Lipsky. Interpretes: Karel Fiaca e Olga Schoverova; **23.35**: Telejornal — 3.ª edição: **23.45**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: «O Soldado e Eu»; **20.30**: Ver — em diferido, repetição do programa transmitido no dia anterior; **20.55**: «Pesquisa» — episódio de hoje: «A Bala», **22.00**: Expedição; **22.30**: Telejornal 2.ª edição, em diferido; **23.00**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus 13-B - Rua Macau 8

Desporto



Rita Borralho, a atleta benfiquista que conseguiu 4m 54,6 s na corrida dos 1500 metros, integrada no torneio luso-alemão que teve lugar no Jamor. Nessa reunião, outras notas de interesse: Conceição Pereira (Olivais Sul) a fazer 4m 54,9s no quilómetro e meio (tempo que fica como máximo lisboeta de iuniores e juvenis), os 48 segundos de José Carvalho (Santa Clara) nos 400 metros, os 3m 46,4s do sportingista Carlos Cabral nos 1500 metros (a vencer, por 5/10 de segundo o colega Carlos Lopes), os 13 minutos 47,2s de Aniceto Simões (Santa Clara) a estabelecerem novo «record» conimbricense para a distância e os dois metros e um centímetro transpostos, em altura, pelo belenense António Vermelhudo

Agostinho, Mendes e Martins na Volta a Espanha

A 31.ª «volta a Espanha» em bicicleta, na qual participarão 100 corredores de vários países, inaugura-se hoje, com um contra-relógio individual de cinco quilómetros, que será disputado em Estepona (Málaga).

Entre os competidores estrangeiros destacam-se três portugueses (Agostinho, Mendes e José Martins), 48 belgas, 18 holandeses, um alemão e um francês.

Segundo os peritos, os lugares cimeiros serão discutidos entre Luis Ocana e Domingo Perurena, com interferência dos holandeses Henie Kuiper e Gerrie Kneeman (campeão do mundo) de Dietrich Thureau (alemão) e do Belga Eric Leman.

As despesas da organização estão orçamentadas em cerca de 14 mil contos. No «Prémio da Montanha» incluem-se 49 escaladas, nas quais os maiores trepadores poderão definir gradualmente as suas posições.

A «Volta» terminará em San Sebastian, no dia 16 de Maio.

A corrida (que engloba 19 etapas) prolonga-se através de 3271 quilómetros, em vinte dias de competição que (prevê-se) será cerrada e muito dura.

Os 90 concorrentes defenderão os símbolos de nove marcas comerciais. Eis os seus números e as turmas em que estão incluídas algumas das maiores figuras da actual velocipedia:

Super-Ser (Espanha): 1, Tamames; 2, Fuchs; 3, Ocaña; 4, Rossier; 5, Berlaud; 6, Torres; 7, Manzaneque; 8, Elorriaga; 9, Lascano; 10, Balagué.

Raleich (Holanda): 11, Kuiper; 12, Thoreau; 13, Knetman; 14, Karstens; 15, Katwyk; 16, Hoke; 17, Bronk; 18, Harritz; 19, Helst; 20, Hoogedoon; **Novostrans** (Espanha): 21, Cima; 22, José Garcia; 23, Lindey; 24, Mazuela; 25, Medina; 26, Moyc; 27, Ordiales; 28, Plaza; 29, José Alonzo; 30, António Blanco.

Miko (Bélgica): 31, Belt; 32, Pintens; 33, Roger Loysch; 34, Doven; 35, Bourgihnou; 36, Pierre Barer; 37, Schroder; 38, Paul Wellens; 39, Jean Luc; 40, Pratte.

Kas (Espanha): 41, Perurena; 42, Lopez Carril; 43, Martinez Heredia; 44, Oliva; 45, José Martins; 46, Linares; 47, Pesarrodona; 48, Santisteban; 49, Nazabal; 50, Gorcia.

ETAPA	DIA	PERCURSO	Km
Pról.	27 (terça-feira)	Estepona (contra-relógio)	5
1.ª	28 (quarta-feira)	Estepona-Estepona	135
2.ª	29 (quinta-feira)	Estepona-Priego de Cordoba	224
3.ª	30 (sexta-feira)	Priego de Cordoba-Jaen	177
4.ª	1 (sábado)	Jaen-Baza	166
5.ª	2 (domingo)	Baza-Cartagena	201
6.ª	3 (segunda-feira)	Cartagena-Cartagena (c/r)	14
7.ª	4 (terça-feira)	Cartagena-Murcia	166
8.ª	5 (quarta-feira)	Murcia-Almansa	219
9.ª	6 (quinta-feira)	Almansa-Nules	208
10.ª	7 (sexta-feira)	Nules-Cambril	199
11.ª	8 (sábado)	Cambrils-Barcelona	181
12.ª	9 (domingo)	Pamplona-Logroño	152
13.ª	10 (segunda-feira)	Logroño-Palencia	203
14.ª	11 (terça-feira)	Palencia-Gijon	237
15.ª	12 (quarta-feira)	Gijon-Cangas de Onis	141
16.ª	13 (quinta-feira)	Cangas de Onis-Reinosa	156
17.ª	14 (sexta-feira)	Reinosa-Bilbau	162
18.ª	15 (sábado)	Bilbau-Santuario de Oro	199
19.ª	16 (domingo)	Murguia-San Sebastian	156

Ebo-Cinzia: (Bélgica): 51, Vandenhante; 52, Reybroect: 53, Demeyer; 54, Vaulint; 55, Aling; 56, Benats; 57, Saver; 58, Loos; 59, Meernhault; 60, Erich Jacques.

Teka (Espanha); 61, Abileira; 62, Joaquim Agostinho; 63, Aja; 64, Fernando Mendes; 65, Andiano; 66, Esparza; 67, Sandarias; 68, Lujan; 69, Ventura Diaz; 70, Menendez.

Frisol (Holanda): 71, Den Hertog; 72, Nidy Hertog; 73, Theo Smit; 74, Priem; 75, Tabato; 76, Prinsen; 77, Van Neste; 78, Gilson; 79, Kamper; 80, Lanov.

Splendor (Bélgica): 81, Eric Leman; 82, Haring; 83, Willy Scheer; 84, Aerts; 85, Martin; 86, Constant; 87, Depireux; 88, Dubois; 89, Libouton; 90, Bischop.

PORTUGAL

TRISTE

Duas (más) saliências na última lista de castigos aplicados pela Associação de Futebol de Setúbal: 6 jogos de suspensão ao senuor Herlânder do Carmo Vinagre (Pinhalnovense) e idêntica penalidade ao júnior Carlos Manuel Tavares (Seixal) «por injúrias ao árbitro com multi-sucessão de faltas».

VILA FRANCA

A 29 do corrente, mais a 4 e 6 de Maio, torneio de futebol integrado na primeira «Exposição-Feira Agrícola e Industrial de Vila Franca de Xira», com a participação de equipas de seniores da região (Vilafranquense, Povoense, Alhandra, Castanheira, Vialonga e Alverca).

CRAQUES

Está editado (pela turma de «Equipa») o livro n.º 4 da colecção «Craques do Futebol», que diz respeito aos 16 quartos-defesas de maior nomeada na 1.ª divisão nacional.

XADREZ

«As 24 horas de xadrez do Sport Lisboa e Benfica» vão processar-se entre as 15 horas de 29 de Maio e a tarde do dia seguinte, no pavilhão da Luz.

ACERTO

Para acerto do calendário do campeonato nacional de futebol da 2.ª divisão, efectuam-se amanhã os jogos Varzim-Salgueiros-EsperançaLamas-Riopele, Oriental-EsperançadeLagos, Torres Novas-Maritimo e Lustano-Sesimbra.

DÓLARES

O vimaranense José Carlos (irmão de Ibraim, que esteve ao serviço do Benfica) foi para Boston (USA) reunir-se ao mano e jogar futebol por uma colectividade local.

MUDANÇA

O interior Mário Ventura trocou o Famalicão pelo Vitória de Guimarães, assinando compromisso por dois anos para o «team de Fernando Caiado.

LA FORA

RECORDE

O hungaro Zoltan Verraszto estabeleceu novo recorde mundial nos 400 metros estilos durante as provas dos campeonatos nacionais de natação dos Estados Unidos, a decorrerem em Long Beach. A marca de Verraszto (4 minutos e 26 segundos) melhorou o máximo anterior de 4 m 28 89 s fixado pelo seu compatriota Andras Hargitay, em Viena, em 1974. Hargitay classificou-se em 2.º lugar, com o tempo de 4 m e 29 18 s) e outro hungaro, Chaba Sos, ficou em 3.º com 4 m e 31,31 s.

JUNTOS

Em jogo de tenis da «Taca Davis», o Chile bateu a representação sul africana, por 3-2 (7-5, 6-3, 4-6 e 6-2).

Agressão de árbitro julgada em tribunal

Talvez fique de exemplo: ou talvez não. Vale, para já, uma referência. Foi o caso de, num jogo de futebol do distrital lisboeta, em que actuavam as turmas de chutadores do Estrela da Amadora e do União de Algés, ter ocorrido o facto infelizmente corriqueiro: a agressão ao árbitro da partida (Fernando Rodolfo) pelo futebolista Carlos José Santos Durand do grupo da Amadora.

Registara-se um lance duro, com Carlos Durand a ser advertido pelo juiz e a preparar-se para vislumbrar junto aos olhos um cartãozinho amarelo. Eis, porém, tomado de súbito ataque de ira (ou de nervos), Durand se atira ao árbitro ao murro, à cabeçada e ao pontapé, numa acção galopante que só a muito custo foi sanada por boas dezenas de pessoas. O juiz Rodolfo foi direito para o hospital, Durand partiu para debaixo do duche frio e o jogo prosseguiu, agora dirigido por Fernando Basílio, um dos fiscais-de-linha.

Ontem, o tribunal foi chamado a emitir parecer sobre a competente queixa judicial apresentada por Fernando Rodolfo: e o electrizado Carlos Durand, apesar de mostrar arrependimento e apresentar muitas desculpas, foi severamente castigado. Condenado a 30 dias de prisão, ao pagamento do imposto de Justiça (600 escudos) e a uma simbólica indemnização ao agredido (mil escudos), saiu da audiência em lágrimas: e a pedir ao ofendido que desculpe o pagamento do conto de réis, por ser pobre e vive com grande dificuldade...

HOQUEI PATINADO

Travagem nortenha aos "leaders"

Na segunda jornada da volta complementar do campeonato nacional de hóquei patinado, aparecem como notas destacadas as derrotas dos melhores colocados na tabela nortenha (Infante de Sagres e Valongo) que viram diminuida a vantagem em relação ao perseguidor mais próximo (Oliveirense). Cá para baixo, um terceto marcha ombro a ombro (Oeiras, Salesiana e Académica da Amadora), na peugada de um «leader» que só por uma vez tr cou (o Sporting).

Desfechos verificados nos jogos de ontem, em relação a tenha:

Oliveirense-Fânzeres, 9-5; Académico-Vigorosa, 11-4; Infante de Sagres-Sanjoanense, 2-3; F.C. Porto-Valongo, 6-4; Espinho-Carvalhos, 3-2.

Na Zona Sul: Parede-Paço de Arcos, 1-3; Oeiras-Benfica, 6-4; Cascais-Académica da Amadora, 3-5; Salesiana-CUF, 4-0; Sporting-Sotto Mayor, 8-4.

Classificação na **Zona Norte**: 1.º Infante de Sagres, 31 pontos; 2.º Valongo, 28; 3.º Oliveirense, 28; 4.º F.C. Porto, 26; 5.º Espinho, 24; 6.º Académico, 22; 7.º Carvalhos, 19; 8.º Sanjoanense, 18; 9.º Vigorosa, 14; 10.º Fânzeres, 13. **Zona Sul**: 1.º Sporting, 31; 2.º Oeiras, 29; 3.º Salesiana, 29; 4.º Académica da Amadora, 29; 5.º Sotto Mayor, 21; 6.º Benfica, 20; 7.º Paço de Arcos, 19; 8.º Parede, 16; 9.º CUF, 16; 10.º Cascais, 13.

O Centro Turístico «Politejnic», inaugurado este ano, já granjeou o reconhecimento dos milhares de aficionados de esqui de montanha, existentes na URSS

ESQUI NA U.R.S.S.

Na U.R.S., inaugurou-se a temporada de esqui de montanha. So que, este ano, o tradicional centro de esquiadores deixou de ser o Cáucaso do Norte, para passar a ser a região sub-carpatia da Ucrânia. Sucede que o intenso frio de Inverno e as abundantes nevadas, assim como o perigo dos desprendimentos de neve, obrigaram os aficionados de Dombai e Gueguet (Cáucaso) a procurar novos lugares. As montanhas dos Cárpatos são, no entanto, menos elevados que as do Cáucaso, mas a singular beleza das primeiras é ja sobejamente conhecida em todo o País.

Convém acrescentar que os novos centros turísticos de esqui, dos Cárpatos, são altamente modernos e acolhedores possuindo todas as comodidades necessárias para receber os visitantes. Numerosos teleféricos transportam rapidamente os desportistas a um dos picos mais altos da região (o Trost Yan) do qual se abre uma vista maravilhosa sobre o vale, com os seus pinhais e as suas cómodas vivendas.

Geral

O 25 DE ABRIL NO MUNDO

Revolução portuguesa comemorada em vários países

O 25 de Abril comemorado em vários países do Mundo, por iniciativa das missões diplomáticas ali acreditadas ou de Associações de Amizade.

Assim, o embaixador de Portugal na República Democrática Alemã, dr. Rui Eduardo Barbosa, ofereceu uma recepção em comemoração da Festa Nacional Portuguesa, o 25 de Abril. Estiveram presentes vários dirigentes políticos e os chefes das missões diplomáticas acreditados na RDA.

A Associação França-Portugal organizou, uma festa para assinalar o segundo aniversário da proclamação do novo regime português. Perante uma numerosa assistência onde se salientavam deputados, responsáveis de partidos políticos, dirigentes sindicais e artistas, o presidente da Associação, Robert Merle, saudou a restauração da democracia em Portugal. O embaixador de Portugal, António Correia Martins agradeceu os votos expressos para que prossiga o regime democratico no nosso país.

«O Dia Português» na rádio polaca foi a forma daquele país se associar ao aniversário da queda do fascismo em Portugal. No programa, onde foram lidos textos literários portugueses, participaram escritores polacos que vão falar sobre os seus contactos com autores portugueses.

«CONSTITUIÇÃO: UMA GRANDE VITÓRIA»

«O povo soviético aplaude calorosamente as medidas progressistas que estão sendo realizadas em Portugal, no caminho da construção da nova sociedade. A aprovação da nova Constituição democrática e antifascista é uma grande vitória das forças progressistas» — afirmou o reitor da Universidade estatal de Moscovo e presidente da Associação Portugal-U.R.S.S., Rem Khokhlov.

Estas palavras foram proferidas depois da inauguração de uma exposição de «Arte Gráfica Portuguesa» na Casa da Amizade e das Relações Culturais com os Povos Estrangeiros. Obras de mais de 54 autores portugueses estão agora patentes ao público de Moscovo. Entre eles, figuram Maurício Penha, Ivone Ballet, António Domingues e Dias Coelho.

O dr. Mário Neves, embaixador de Portugal na U.R.S.S., convidado para cerimónia, recordou as relações entre os dois países. E acentuou a propósito do texto constitucional: «Neste momento, os portugueses já têm uma constituição».

A.E.P.P.A. saudou Otelo Saraiva de Carvalho

A Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas (A. E. P. P.A.) enviou anteontem um telegrama a Otelo Saraiva de Carvalho, saudando, em seu nome, os militares patriotas que derrubaram o regime fascista, no 2.º aniversário do 25 de Abril.

Num texto divulgado juntamente com o texto do telegrama, a A. E. P. P. A. lembra que «Otelo e a esmagadora maioria dos capitães do 25 de Abril foram saneados das F. A., continuam a ser publicamente caluniados e injuriados, enquanto pouco mais de meia centena de facínoras da P. I. D. E. são mantidos impunes em Alcoentre e Caxias, a aguardar a amnistia».

PORTUGAL NA C.P.A.N.

Limitada a quota de pescado para 1976

LONDRES, 27 — Portugal foi um dos 15 países membros da Comissão de Pescas do Atlântico Nordeste (CPAN) que assistiu à sua reunião especial realizada na capital britânica de 21 a 23 do corrente.

O comunicado divulgado ontem revela que após estudo dos relatórios detalhados dos seus conselheiros científicos sobre o estado das reservas de peixe no Mar do Norte e no Escagerraque, sublinhando a urgente necessidade de uma redução substancial de pesca para permitir a reconstituição das reservas. Foram discutidas medidas para a conservação e a regulamentação das reservas de arenques naquelas zonas em 1976.

Por maioria, foi decidido limitar a 160.000 toneladas a quota total para todo o ano — uma redução de cerca de 10.000 toneladas em relação ao total permitido em 1975.

Além de Portugal, são membros da comissão — a Bélgica, Dinamarca, França, Republica Democrática Alemã, Republica Federal Alemã, Islandia, Holanda, Noruega, Polónia, Espanha, Suécia, União Soviética e Reino Unido. Assistiram ainda observadores em representação dos governos da Finlândia e da Itália e algumas organizações internacionais, incluindo a CEE.

AEROPORTO EM 1975

Diminuiu o movimento e gastou-se mais combustível

«O mais baixo índice dos últimos quatro anos, no que diz respeito ao movimento de aeronave e passageiros no Aeroporto de Lisboa foi registado em 1975» — revela um comunicado do gabinete de Imprensa daquele aeroporto.

No ano transacto, o Aeroporto de Lisboa não atingiu os três milhões de passageiros, apontando-se como causas a instabilidade económica no Mundo, em especial na Europa, fonte de boa percentagem de visitantes e, também, o período de inseguranca que Portugal atravessava. No que diz respeito ao movimento de aeronaves — prossegue — a redução foi de cerca de 13,4 por cento em relação a 1974, ou seja, menos sete mil aviões, o que significou um prejuizo para cima dos 50 mil contos.

Quanto ao movimento das chamadas «linhas domésticas», nas duas linhas Lisboa-Porto e Lisboa-Faro, houve uma quebra de valores na ordem dos 25 mil passageiros.

Apesar disto, gastou-se mais combustível. Assim, enquanto os 52 196 aviões que passaram por Lisboa em 1974 absorveram 509 milhões de litros, os 44 981 de 1975 utilizaram 518 milhões.

Galante choca

Aparatoso acidente de viação na Luciano Cordeiro: o automobilista Adelino Galante, 30 anos, chocou com seis carros. Um acompanhante do condutor pôs-se imediatamente em fuga, o que levou um guarda da P.S.P. a disparar dois tiros.

Atingido num braço, Adelino Galante foi internado no hospital.

SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE DESENHO

COMUNICADO

ADIAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os corpos gerentes do Sindicato reunidos em 26-4-1976 para analisar sobre «ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA» marcada para o dia 28 e 29 de Abril de 1976; **decidiram** adiar a **mesma para data a anunciar.** Tomando como base de adiamento os seguintes pontos:

1.º — Em virtude de não ter havido uma discussão prévia entre os corpos gerentes sobre a data de realização da referida assembleia, e de a mesma visar os próprios corpos gerentes e em particular a Direcção.

2.º — Em virtude de a mesma assembleia visar a discussão sobre assuntos parcialmente ultrapassados, uma vez que o período eleitoral já foi iniciado, estando as eleições previstas para o dia 18 de Maio.

3.º — Em virtude de o Presidente da Direcção se encontrar ausente do País há vários dias (por falecimento de um familiar).

4.º — E, considerando ser fundamental a sua presença para um esclarecimento claro de informação sobre a marcação da data para a realização da Assembleia Geral requerida.

5.º — Considerando ainda ser fundamental a sua presença para uma informação mais completa à Assembleia.

6.º — Os Corpos Gerentes abaixo mencionados não pretendem com este adiamento fugir do esclarecimento aos associados, mas sim informá-los com o maior número de dados possíveis sobre a ordem de trabalhos.

7.º — Achamos também importante e fundamental garantir a ampla participação de todos os associados, chamando a atenção dos mesmos para as possíveis tentativas de golpes e jogadas de determinadas forças, no sentido do boicote às eleições ou do seu longo adiamento.

«POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES»

«POR AMPLAS ASSEMBLEIAS DE MASSAS»

Lisboa, 26/4/1976

Os Corpos Gerentes

Maia	Guise
Tiago	Martins
José Manuel	Rosado
Mateus	Carvalho (M. A. G.)
Vidal	Gonçalves (C. F.)

SONHO DO JAPÃO

JAPÃO, TAILANDIA, HONG-KONG

AVIÃO A JACTO • HOTEIS DE 1.ª CLASSE E LUXO • EXCURSÃO ACOMPANHADA POR DELEGADO abreu

PARTIDAS: 27/5, 5/8, 2/9

15 DIAS DE VIAGEM - 38.900$00

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA abreu fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Tel. 32 00 21
PORTO Avenida dos Aliados, 207 • Tel. 3 73 21
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Tel. 2 70 11 2
FARO R. Conselheiro Bivar, 65 • Tel. 2 50 35/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

TOTOBOLA
JOGUE CONNOSCO

Fafe - União Lamas	X
Alba - Paredes	2
Régua - Varzim	2
Salgueiros - Vilanovense	1
Paços Ferreira - Chaves	X
Sanjoanense-G. Vicente	X
Marinhense - Covilhã	X
Sintrense-Montijo	2
Juventude - Oriental	X
U. Santarém - Caldas	X
U. Montemor-E. Portalg.	2
Marítimo - Portimonense	1
Sesimbra - Olhanense	X

BOA COLOCAÇÃO
COM BOM VENCIMENTO

Obterá se frequentar os Cursos que se iniciam no **PRÓXIMO DIA 3 DE MAIO**, de:

* Programação de Computadores
* Desenhador da Construção Civil
* Medidor Orçamentista Const. Civil
* Secretariado * Contabilidade
* Gestão e Administração de Empresas
* Marketing e Técnica de Vendas
* Relações Públicas
* Perfuração-Verificação (IBM) (individual)
* Decoração de Interiores

A ÚNICA EMPRESA QUE ASSEGURA ESTAGIO

Os nossos alunos beneficiam, em vários países, de BOLSAS DE ESTUDO e reconhecimento oficial dos seus cursos.

INSTITUTO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO ACELERADO

Rua Nova do Almada, 81, 3.º—LISBOA—Tel. 32 55 77
no PORTO — Rua Passos Manuel, 44 — Tel. 25 007
e, a TITULO EXCEPCIONAL, em VISEU
Rua Capitão Silva Pereira, 102-1.º Esq.

HOJE E AMANHÃ

QUATRO SOLDADOS E UM ACORDEÃO

de Richard DEMARCY
e Teresa MOTTA

TEATRO DA COMUNA

Metro Palhavã — Tel. 76 26 24

Às 21.30 horas (Não aconselhável a m/13 anos)
Não se pode entrar depois do início do espectáculo

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE LANIFÍCIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

SEDE EM COVILHÃ

COMUNICADO

2.ª FEIRA DE PÁSCOA — FERIADO

CAMARADAS:

Os trabalhadores tomaram posição. 2. feira de Páscoa foi feriado para todo o sector, por direito conquistado pelo Contrato.

A opção havia sido tomada em devido tempo, portanto foi um feriado legítimo, que nenhum Decreto nos podia tirar.

Portanto, camaradas, trata-se dum dia que tem que ser remunerado.

Sabemos que alguns patrões vão querer fugir ao pagamento deste dia, com alegações legalistas.

Mas não há legislação que possa tirar direitos adquiridos.

Daí que a 2.ª feira de Páscoa tem que ser paga.

E se o não for, teremos que lutar para que o seja.

Todos em conjunto, para demonstrar ao patronato que a classe está unida na luta.

Na luta contra decretos ambíguos, que pretendem tirar aos trabalhadores regalias conquistadas.

Camaradas, se o teu patrão não te pagar a 2.ª feira de Páscoa, prepara-te para lutares em unidade pelo teu pagamento.

Com a nossa força não permitiremos aos patrões que nos ludibriem.

2.ª feira de Páscoa é pago não hesites. Exige-o ao teu patrão se ele começar com evasivas.

Se algum patrão se recusar ao pagamento, o plenário do dia 14 de Abril já decidiu a forma de luta inicial.

Oportunamente te informaremos.

UNIDOS E ORGANIZADOS
VENCEREMOS!

22-4-76 A DIRECÇÃO

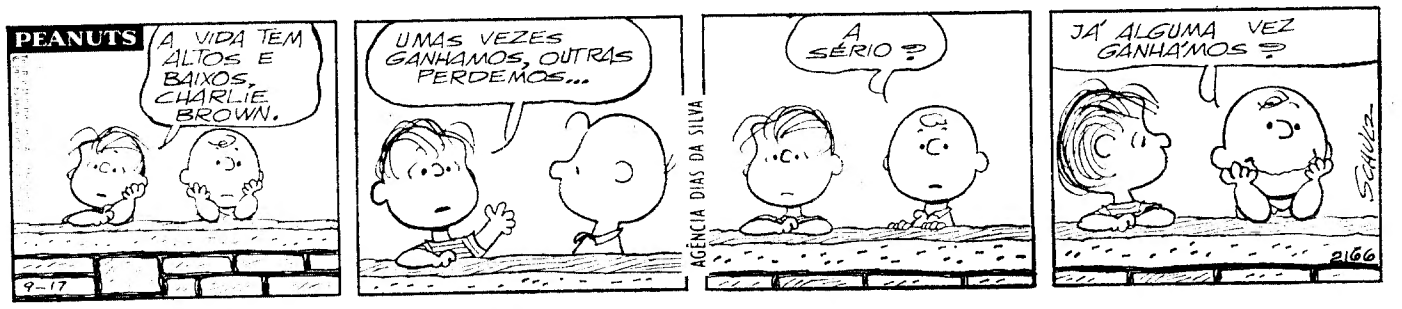
Em ALHOS VEDROS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODERNA

Geral

MONSENHOR SENSI NO M.N.E.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, dr. José Medeiros Ferreira, recebeu ontem em audiência, monsenhor Giuseppe Maris Sensi, núncio apostólico em Lisboa. No encontro monsenhor Sensi apresentou questões relacionadas com o corpo diplomático acreditado em Lisboa, do qual é decano.

Apesar de nada mais ter sido apurado junto ao gabinete do secretário de Estado, é provável que no contacto entre o dr. Medeiros Ferreira e monsenhor Sensi tenha sido abordado o atentado à Embaixada cubana, os seus efeitos e os potenciais riscos a que estão submetidas outras representações diplomáticas.



Poluição ameaça Vale do Sousa

Um alto grau de poluição ameaça o Vale de Sousa, zona abrangida por sete concelhos, nomeadamente Felgueiras, Paços de Ferreira, Gondomar, Penafiel, Paredes, Valongo e Lousada.

As industrias metalomecânicas e químicas ali instaladas vazam os resíduos nas linhas hídricas próximas e afectam gravemente uma região considerada ainda há pouco como uma região de desenvolvimento agrícola típico.

Por outro lado há que referir que a riqueza piscícola existente nos dois principais rios da região, o Sousa e o Ferreira, corre o risco de a curto prazo se transformar numa pobreza total. Efectivamente, o bago, a boga, a truta e a enguia que outrora caracterizavam a riqueza piscícola da região tendem ao desaparecimento completo.

Um grupo de trabalho recentemente criado para o estudo das soluções a adoptar no sentido de pôr termo à situação propôs, num documento endereçado ao Governo «a necessidade de que a bacia do Sousa não deixe de ser aquilo que sempre foi, ou seja, uma região essencialmente agrícola».

No prosseguimento da sua proposta, o Grupo de Trabalho salienta igualmente «a aptidão notável da região para recreio das populações da vizinha metrópole portuense» afirmando ainda «ser o rio Sousa, sobretudo, e troços do rio Ferreira (com as respectivas faixas marginais) o fulcro de valiosas actividades recreativas» o que em si contradiz radicalmente a instalação de unidades industriais naquela zona.

BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease sousa.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/ 264821/264945

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e chovia em alguns locais a norte do rio Mondego

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima ..... 21,5°

PENHAS DA SAÚDE
Mínima ..... 0°

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	11°
COIMBRA	10°
PORTALEGRE	8°
LISBOA	12°
FARO	16°
FUNCHAL	15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
2.52	3,8 m	8.31	1,2 m
15.15	3,8 m	20.48	1,2 m
Dia 28			
3.30	3,8 m	9.03	1,1 m
15.51	3,8 m	21.22	1,1 m
Dia 29			
4.07	3,8 m	9.36	1,0 m
16.25	3,9 m	21.56	1,0 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento geralmente fraco; períodos de chuva ou aguaceiros em especial nas regiões de Norte e Centro

— AMANHÃ —

NASCER ÁS 6.43
OCASO ÁS 20.26

DIA 29 ○ DIA 7 ● DIA 13 ◑ DIA 20

PUB

Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELO C. C. T. DOS IMPORTADORES, AGENTES E VENDEDORES DE AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS

O PATRONATO RECUSA-SE A NEGOCIAR.

1. Depois de ter proposto um salário para o 1.º Caixeiro (e 1.º Escriturário) práticamente igual ao que a maioria dos trabalhadores já ganha, o patronato vai agora mais longe: vem oferecer para as restantes matérias ainda não acordadas (complementos de subsídio de doença e acidente, despedimentos, actividade sindical na empresa, seguros, preço ao km., etc.) aquilo que a **LEI GERAL** e a **PORTARIA** já consagram. Isto significa pura e simplesmente que se RECUSAM A PROSSEGUIR AS NEGOCIAÇÕES. Tudo isto depois de terem feito protelar o tempo das negociações e de terem beneficiado dos 3 meses de congelamento forçado da contratação colectiva.

Resta acrescentar que o patronato não se fica por aqui: também «reivindica» a **eliminação das DIUTURNIDADES.**

2. Face a esta atitude, significativamente mais dura à medida que avança o processo de recuperação capitalista e se aproximam as eleições legislativas, os trabalhadores terão de responder, de forma organizada e firme, que não estão dispostos a abdicar das regalias já conquistadas e das justas reivindicações que agora fazem pela obtenção de melhores condições de vida e de trabalho. **É chegada a altura de dizer BASTA às manobras do patronato**, mesmo quando vêm encobertas em palavras mansas. Urge, por isso, mobilizar todos os trabalhadores do sector em torno de novo Contrato Colectivo de Trabalho, pois só mostrando a força da classe que somos — e que é grande — conseguiremos impor ao patronato as nossas justas pretensões e conquistas num C.C.T. digno para os trabalhadores.

EM FRENTE PELO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO.

CONTRA AS MANOBRAS DO PATRONATO.

Federação Nac. dos Sind. dos Trab. do Comércio
Sindicato dos Técnicos de Vendas
Sindicato dos Armazéns do Norte
Sindicato dos Trab. de Escritório do Porto
Sindicato dos Técnicos de Desenho
Sindicato dos Cobradores

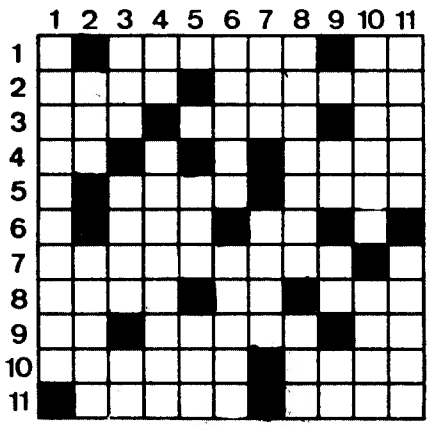
palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 355

HORIZONTAIS

1 Imaginar. Antes de Cristo
2 Desate. Sofre.
3 Recusa. Prendas. Carta de jogar.
4 Crómio (s.q.). Tempo de verbo ser. Corto em toros.
5 Derrotei. Engano
6 Apelido. Neste momento (inv.)
7 Rebentaram.
8 Em mais alto grau. Mister (senhor em inglês). Mau cheiro.
9 Sufixo que designa estado. Prever. Prefixo que designa afastamento
10 Apelido. Cidade da Nigéria britânica.
11 Móveis sobre os quais se come. Que é da raça dos mus.



VERTICAIS

1 Atiraremos
2 Botequim. Curam.
3 Nome de jogo. Cunhei (moeda). Vê
4 O mesmo que uma (ant. e pop). Diminuisses a intensidade de.
5 Sinal ortográfico. Gosta muito de.
6 Indiquei a data de. As duas juntas.
7 Estime. Apre.
8 Segue o rasto ou a pista de. Víscera.
9 Sul. Ra. Ruim. Alternativa
10 Apanha. Oculta.
11 Alfaiataria num quartel. Molhar com baba.

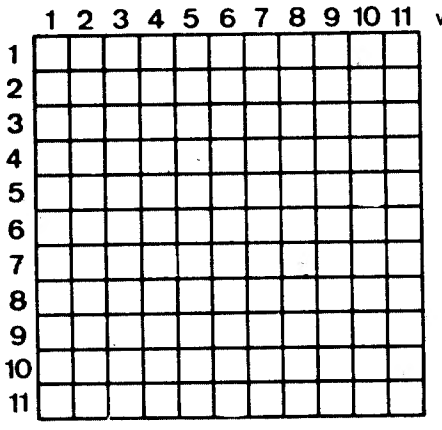
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7515

HORIZONTAIS

1 Ilha da Insulíndia, a mais ocidental do arquipélago de Sunda.
2 Rádio (s.q.). Dais socos em.
3 Base aérea portuguesa. Ribeira de Portugal. Preposição.
4 Bebedeira. Remela.
5 Recuar. Átomo.
6 Relativo aos campos ou à garganta (pl.)
7 Grande. Pronome reflexo. Luz da Lua.
8 Batráquio. Levara à sirga.
9 Um dos pontos cardeais. Nome que os Egípcios davam ao Sol.
10 Reprovação (pl). Saliva viscosa que corre da boca.
11 Aglomeração de povo em ocasião de festa. Grande quantidade.



VERTICAIS

1 Exército. Da Grécia.
2 Acometera. Viração
3 Arrenda. Senhor em inglês.
4 Carta de jogar. Rio da Suiça. Peleja.
5 Pedras de moinho. Chefe etíope. Pequeno poema medieval narrativo ou lírico
6 Serra de Portugal. Mãe de Rómulo e Remo. Apelido da mãe de Luís de Camões.
7 Defeito (fig) Pronome pessoal.
8 Zomba. O interior de certos frutos.
9 Teste. Transpiraram.
10 Pronome pessoal. Carro ligeiro de duas rodas, usado na África do Norte, para o transporte de pessoas e bagagens.
11 Acabara. Brisa.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 354

HORIZONTAIS

1 A. PEQUENO.
2 Ser. Miar.
3 Mores. Ati.
4 Ardo. Falira.
5 Lao. Si. Ar.
6 Sal. Aspa.
7 Airar. Os.
8 Visitar.
9 Ir. Vontades.
10 Sado. Demora.
11 Asasse. Eras.

VERTICAIS

1 Mal. Avisa.
2 Soras. Irás.
3 Perdoa. Dá.
4 Éreo. Laivos.
5 Ito.
6 Um. GRANDE.
7 Eiras. Arte.
8 Na. Liar. Ame.
9 Orai. Ador.
10 TRAPO. Era.
11 Adiaras. Sãs.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 354

HORIZONTAIS

1 Mirandela.
2 Moer. Olaia.
3 Daumier. Rã.
4 Lot. Varri.
5 Auer. Pá. Ser.
6 Iader. Gó.
7 Pi. Agás.
8 Pura. Melaço.
9 Agarraremos.
10 Tala. Orto.
11 Aros. Soasse.

VERTICAIS

1 Mm. Lar. Pata.
2 Iodou. Sugar.
3 Reatei. Ralo.
4 Aru. Raparas.
5 Me. Dl.
6 Dói. Pe. Mãos.
7 Elevar. Erro.
8 Lara. Aleta.
9 Aí. Rs. Gamos.
10 Arregaço.
11 Airosos.

PROVÉRBIO: A PEQUENO MAL, GRANDE TRAPO

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO P-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Dilnea, Rua Aliança Operária 49-A/B (Tel. 636620).
ALVALADE
Neoterápia, Campo Grande, 138 (Tel. 774682); Estados Unidos, Avenida Estados Unidos da América, 16-B (Tel. 725859).
AMOREIRAS
Pátria, Calçada dos Mestres, 30 A (Tel. 680627).
ANJOS
Gois, Rua dos Anjos, 12-C (antiga Rua Registo Civil) ªTel. 840101).
AVENIDAS NOVAS
Fátima, Avenida 5 de Outubro, 147-A (à Av. Barbosa du Bocage) (Tel. 763107).
BENFICA
Lavinha, Rua Eng. Paulo de Barros, 28-A (à Rua do Casquinho (Tel. 708242).
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (Tel. 666206).
CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33 (Tel. 780181).
CASTELO
Ziler, Rua S. Tomé, 54 (Tel. 862835).
LAPA
Alb, Rua de Santana à Lapa, 156 (Tel. 663562).
LUMIAR
S. Tomé, Estrada do Desvio, lote 12-C (Tel. 790704).
PICHELEIRA
Marlux, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Tel. 20/03/728395).
SÃO PAULO
Açoreana, Largo Conde Barão, 2 (Tel. 661330).
SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Novais, Av. Luís Bivar, 11 (Tel. 44324).

TURNO P-2

TODA A NOITE

ALCÂNTARA
Probidade, Rua de Alcântara, 15-A (Tel. 638589).
ALTO DE SÃO JOÃO
Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A (à Av. D. Afonso III) (Tel. 843439).
ALVALADE
Paris, Reinaldo Ferreira, 5-A/B (ao Pote de Água) (Tel. 710131).
ARCO DO CEGO
Palma, Av. Duque D' Avila, 25/31 (Tel. 47088).
AREEIRO
Vera Cruz, Praça Afrânio Peixoto, 2-B (à Avenida S. João de Deus), (Tel. 724941).
BAIRRO ACTORES
Esperança, 101-B (Tel. 722868).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, P.ª Casas Novas, lote 66 (Tel. 310172).
BAIXA
Morão, Rua da Assunção, 1 (Tel. 321289).
BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica, 429 (Tel. 780027).
CAMPO DE OURIQUE
Ivone, Rua Silva Carvalho, 232-C (Tel. 650760).
LUMIAR
Matos Viegas, Avenida Rainha D. Amélia, 34-B (Quinta das Mouras) (Tel. 794174).
PENHA DE FRANÇA
Branquinho, Rua de Sapadores, 87 (Tel. 842725).
SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Latina, Avenida Antonio Augusto de Aguiar, 17-A (Tel. 42312).
XABREGAS
Romana, Rua Actor Augusto de Melo, 7-A (Tel. 383800).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T.2112048)
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034). Toda a noite
OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B.das Caixas de Previdência (T.2472948). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque, 3 (T.260191). Toda a noite
CASCAIS
Cascais, R.Conde de Monte Real, B.das Caixas (T.282407). Até às 22 horas; **Misericórdia**, R.Regimento 19, 41 (T.280141). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D. João I, 9-B (T.932756); **Central**, Av.Cardoso Lopes, 25 (T.932210) **Igreja**, P. da Igreja, 22-A (T.937740); **Jardim**, Av.Conde de Oeiras, 120 - Reboleira (T.938424)

QUELUZ
Queluz, Av.Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)

DAMAIA
D.João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.970461)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034)
MEM MARTINS
Rodrigues Rato (T.2912038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes. Vila (T.2930155)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.Antonio dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Galeno, R.Capitão Leitão, 85-B (T.2760565)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 244-A (T.2040141)
BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T.2073207)
COVA DA PIEDADE
Louro
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Higiene, R.José Joaquim Marques, 142 (T.2310370)
SESIMBRA
Lopes, R.Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)
SETÚBAL
Rosa Pinto, P.do Bocage (T.22484); **Nova**, R.General Gomes Freire (T.22052)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 3

ATÉ AS 22 HORAS

Contumil, R.de Contumil, 540 **Vaz Teixeira**, R.de Heroismo, 56 **Birra**, P.da Liberdade, 125 **Costa Lima**, Av. da Boavista, 855 **Marques de Mendonça**, R.do Ameal, 251 **Monte Cativo**, R.do Monte Cativo, 444 **Cardona dos Santos**, R.de D.Manuel II, 90 **Oriental**, R.do Bonjardim, 727

TODA A NOITE

Pasteleira, R.Andre de Rezende, 92 **Almeida Cunha**, R.Formosa, 327 **Sampaio**, R.de Cedofeita, 636 **São Jeronimo**, R.de Santos Pousada, 622

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)
FIGUEIREDO, Rua da Sofia, 107 (Tel. 22837); **M. Nazaré**, Av. João das Regras, 132 (Tel. 23033).

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

ABC
21.15 (18 anos)
«Afinal como é»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran-Tan-Tan Não Enche Barriga»
LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Sexo-Show»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»
TRINDADE
21.30 (18 anos)
«O Grande Cidadão»
CAPITOLIO
21.15 (18 anos)
«Empresta-me a tua Piscina»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família até certo ponto!»
VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.15 (18 anos)
«Três Tipos Duros»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«O Último Tango em Paris»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Sexo a Jacto»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«Comencontro Marcado»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Reacções Escaldantes»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«Cidade em Fúria»
CINEVOLSO
21.30 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
LUMIAR
21.15 (14 anos)
«Um já está... venha o outro»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Passe da Meia Noite»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«O Cidadão de Paris»

AMADORA
Cine Estúdio - Lido
21.30 (18 anos)
«Delicias Turcas»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«O Protesto»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Caca Grossa»
MEM MARTINS
Cine Chavy
21.00 (13 anos)
«Zorro o Vingador»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (13 anos)
«O Sargento Rompigliani»
OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Tragam-Me a Cabeça de Alfredo Garcia»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Dillinger Morreu»
ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Artigo 22»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«O Caso do Pervertido Sexual»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrivel
21.15 (13 anos)
«Os Caminhos da Liberdade»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«E Vieram Quatro para Matar Sartana»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Bíblia»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Amigos e Amantes»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«A Madrasta»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Os dois missionários»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Os dois missionários»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«24 Horas de Amor»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Inspector Martelada»
BATALHA
21.15 (6 anos)
«O Regresso da Pantera Côr de Rosa»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Núpcias de Porcelana»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Harry, o Vigarista»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Lenny»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»
OLÍMPIA
21.15 (13 anos)
«O Inspector Martelada»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Oportunista»
GIL VICENTE
21.15 (13 anos)
«Camaradas»

AVENIDA
21.15 (13 anos)
«Brincando com o Fogo»

S. TEOTONIO
21.15 (18 anos)
«Paixão»

rádio

1.º Programa

15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: A casa e a vida, por Aquilino Ribeiro; **19.00**: Poemas e poetas, por Hermínia Tojal — música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Jazz; **21.00**: 1.º episódio do folhetim «O Muro Branco», de Alves Redol numa adaptação de Costa Ferreira; **21.12**: Painel da noite; **21.30**: A economia portuguesa, por Abílio Dinis Silva; **00.00**: Ultimo jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

15.45: Que quer ouvir?; **16.45**: Música de Bizet; **17.15**: Intercâmbio musical; **17.48**: Ópera; **18.47**: Intérpretes célebres; **19.47**: Música de piano, de Grieg; **20.00**: Uma sonata de Vivaldi; **20.15**: Sinfonia n.º 2, em ré maior, op. 73, de Brahms; **21.00**: Concerto n.º 5, em sol menor, para cravo e orquestra, de Arne; **21.15**: Música coral sinfónica; **22.00**: Sonata em dó maior, op. 103, de Prokofieff; **22.30**: O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco; **23.00**: Intercâmbio musical; **00.15**: Sonata para violino e piano, de Debussy; **00.30**: Orquestras de câmara; **01.00**: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional — ela por elas — casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo; **16.30**: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); **17.30**: Na defesa do consumidor; **18.00**: Emissão regional — contacto — teatro trágico dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

cinemas

CASTIL

T. 530194 — 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos
Catherine Deneuve, Bernadette Lafont
NOITADAS DE PARIS
2.ª semana
(**Zig Zag**)
Hoje às 24h

A MORTE ESTA AO TELEFONE
Não acons. a menores de 18 anos

IMPÉRIO

T.555134 — 15.15, 18.30, 21.15

Lando Buzzanca e Bylle Ogier
EU E ELE
Colorido e extraído do livro homónimo de Alberto Moràvia
Não acons. a menores de 18 anos
Amanhã, às 18.30

Não acons. men. 13 anos

O ATENTADO

POLITEAMA

T.326305 — 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 18 anos
Em continuação de estreia
DECAMERON N.º 2
Sexualmente é uma grande audácia

VOX

T.720808 — 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
DECAMERON N.º 2
Os Contos Eróticos de Bocaccio
6.ª demana espectacular

ROMA

T.727778 — 15.30, 18.30, 21.15

Para todos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
c/ Bud Spencer-Terence Hill
3.ª semana

BIBLIOTECA NACIONAL

15.30, 18.30

Preço 10$00

A TERRA DAS MIL AVENTURAS

CARLOS MANUEL — SINTRA

T.2930394 — Às 21 horas

Não acons. men. 13 anos

O PROTESTO

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos

Festival Hitchcok

REBECCA

um filme de Alfred Hitchcock

c/ Laurence Olivier e Jan Fontaine

ÉDEN

T.320768 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos maiores de 6 anos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
Um filme de Franco Rossi
Bud Spencer-Terence Hill
O Espectáculo do ano!

3.ª semana

ODEON

T.326283 — 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
2.ª Semana de sensação
lotações esgotadas

AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUA MEL

c/ Isabella Biaggini e Ninelto Davoli

Segredos sexuais revelados por um buraco escondido

APOLO 70

T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

17.ª Semana

Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos

FRANKENSTEN 1970

CASINO ESTORIL

T.264621 — 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

DILLINGER MORREU

S. JORGE

T.54153/4 — 15.15, 18.15, e 21.15

De novo o inspector Clouseau
O REGRESSO DA PANTERA COR-DE-ROSA»
Com Peter Sellers
Para Todos — 2.ª semana

RESTELO

T.610375 — 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

French Commection N.º 2

AVIS

T. 47163 — Estreia às 21.15

Int. men. 18 anos
GAROTAS E COMPANHIA

c/ diana Kjaer-Robert Strauss

ESTÚDIO

T. 555134/5 — 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
A INGLESA ROMANTICA
um filme de Joseph Losey

8.ª semana

ESTÚDIO 444

T.779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Interdito a men. de 18 anos

TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA
3.ª semana

c/ Darlene Glória

D. JOÃO V — DAMAIA

Tel. 971794 — 21.15

Não acons. a menores 13 anos

ÁS DO VOLANTE

MUNDIAL

T.538743 — 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
Um filme de grande actualidade
RESGATE
Enrico Maria Salerno e Lee J. Cobb

UNIVERSAL

T.774402 — 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos
às 15 h, 19 h, 21 h
(N. acons. men. 13 anos)
CHINA VIZINHA
00.30 h.
(N. acons. men. 18 anos)

O LEÃO DE SETE CABEÇAS

ROMA

T.322523 — 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
A CORRIDA DOS MALUCOS
Pierre Richard-Jane Birkin

um filme louco, louco, louco...

BERNA

T.776098 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos maiores de 6 anos
OS DOIS MISSIONÁRIOS
Um filme de Franco Rossi
Bud Spencer-Terence Hill

3.ª semana

LONDRES

T.801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

O FANTASMA DO PARAÍDO

com Paul Williams e WOILLIAM Finley

ROXY

T.48560 — 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

JOGOS PARA CASAIS INFIÉIS

com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI

T.570596 — 14.45, 18.00, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos
O maior espectáculo jamais filmado
A TORRE DO INFERNO

2.ª semana

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ALVALADE

T.897480 — 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

ARIZONA COLT

Às 24 h.
Int. m. 18 anos
TRIO INFERNAL

PATHÉ

T.821933 — 14.45, 18.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
2.ª semana
O maior espectáculo jamais filmado!
A TORRE DO INFERNO
c/Steve McQueen, Paul Newman, William Holden, Faye Dunaway

Atenção: o filme começa à hora do espectáculo

NIMAS

T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

um filme de Rene Lalorex

O PLANETA SELVAGEM

6 Grandes prémios internacionais

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Socialistas definem condições de aplicação do programa de Governo

O primeiro Governo não provisório deste País após o 25 de Abril de 1974 será um Governo socialista, ainda que eventualmente integrado por alguns independentes ou militares da confiança do P. S., o que significa que deverão aplicar a política definida pelo P. S.. Qual é esta política?

No decorrer da campanha eleitoral os socialistas divulgaram um Programa de Governo. Um programa para ser aplicado, ou um texto de orientação?

. A importância desta questão salta à vista, e são numerosos os que se interrogam sobre ela.

Ainda antes dos resultados finais das eleições para a Assembleia da República serem conhecidos, procuramos alguns dirigentes socialistas a quem pusemos esta e outras questões, e nomeadamente: o P. S. apoiar-se-á nos trabalhadores?

. Para Arons de Carvalho, «quando o P. S. define um Programa de Governo e faz uma campanha eleitoral propondo esse programa, não o faz para iludir as pessoas, fá-lo para o executar. A classe trabalhadora sabe bem quais são as verdadeiras alternativas em Portugal e que a principal é entre a resolução do problema económico e uma ditadura. Quer dizer, se a situação económica não melhorar, e para isso exige-se da parte das classes trabalhadoras uma certa compreensão em relação ao momento actual, a democracia não será possível.

Isto significa que não poderá haver reivindicações exageradas, como houve durante bastante tempo, principalmente utilizando reivindicações salariais incomportáveis para a economia portuguesa com o fim de se atingirem determinados objectivos políticos. Se isso vier a passar-se, embora eu pense que tal não ocorrerá por a maioria da classe trabalhadora haver votado socialista, não haverá democracia; creio, por isso, que a classe trabalhadora saberá distinguir as reivindicações irrealistas das utópicas, as reivindicações possíveis das que levam à degradação da situação económica, e portanto ao perigo de uma crise política, o que poderá conduzir-nos a um regime autoritário de direita. Estou persuadido que haverá um certo realismo da parte dos sindicatos, e que o Governo socialista poderá realizar um acordo com os sindicatos.»

. Quanto a Aires Rodrigues, este é também peremptório quando afirma que «o programa socialista integra medidas que vão no sentido de se começar a resolver os problemas de fundo com que se debate a maioria do Povo Português e isto sempre na perspectiva da participação dos sindicatos e das comissões de trabalhadores nas medidas que os socialistas avançam. O nosso programa de Governo integra em cada um dos seus passos a participaçao das organizações dos trabalhadores na definição e inclusivamente na concretização dessa política. Por tudo isto, creio que ele não vai chocar, antes pelo contrário, com os interesses dos trabalhadores, vai ao encontro das preocupações dos trabalhadores neste momento e portanto a sua aplicação não põe problemas de maior.

O Programa de Governo que nós publicamos é para ser aplicado na sua totalidade, é o programa que foi tornado público e é o programa que nós entendemos que o Governo socialista deverá aplicar.»

GOVERNAR COM A CONSTITUIÇÃO

Salgado Zenha aborda nas declarações, ao «D. L.», alguns aspectos jurídico-constitucionais desta questão, e introduz a ideia de algumas possiveis modificações do programa em função da conjuntura.

«O Programa de Governo que nós elaboramos e apresentamos ao eleitorado será em princípio o programa que nós apresentaremos à Assembleia da República com as modificações que a conjuntura político-económica impuser no período de tempo que decorrer desde este momento até então.

Partido dos trabalhadores, o P. S. apoia-se em si próprio, e portanto nos trabalhadores.

Por outro lado, nós devemos distinguir entre um período pré-democrático e um período democrático. A Constituição entrou em vigor e a Constituição diz que o País vai ser governado, diz quais são os direitos, quais são as liberdades e qual será o processo governativo e o modo como o Governo e toda a actuação do Governo se vai processar. Não vamos viver num parlamentarismo abstracto; a vida democrática portuguesa não se confina apenas à Assembleia da República; existem liberdades democráticas, os sindicatos e os partidos políticos cujas normas de actuação estão definidas na Constituição, e isto quer dizer que estão definidas as regras da vida democrática em Portugal. O P. S. tomará em conta todas essas regras e portanto governará de acordo com a Constituição, de que ele próprio foi um dos principais artífices.

Finalmente, Manuel Alegre pronuncia-se contra posições idealistasoumaximinalistasrelativamente ao Programa de Governo:

. «O P. S. tem um Programa de Governo e é esse programa que tentará aplicar. Creio, porém, ser indispensável não ter em relação a isto uma posição idealista ou maximalista. Normalmente, um Programa é um guia para a acção. Nunca se verificou em país nenhum do mundo que um programa político, um programa de Governo ou um programa revolucionário haja sido aplicado de uma só assentada.

O Programa de Governo do Partido Socialista tem diversos aspectos e diversos objectivos a atingir, que são como se sabe a eliminação do capitalismo e a edificação de uma sociedade sem classes. Ora isto passa por etapas, por diferentes graus de reforma. No que respeita às medidas imediatas e à resolução dos problemas básicos do País, não haja dúvidas: o P. S. aplicará o seu Programa de Governo».

J CÂNDIDO DE AZEVEDO

Arnaldo Matos e o "Diário de Lisboa"

O dr. Arnaldo Matos, secretário-geral do M.R.P.P., não quis ser fotografado para o «D.L.» à entrada na secção de voto, no Campo Pequeno, onde foi cumprir o seu dever de eleitor. Acompanhantes do dr. Arnaldo Matos, com indelicadeza e manifesta incompreensão da missão da Imprensa, impediram o nosso repórter-fotográfico de realizar o seu trabalho, alegando que o «D.L.» era um jornal «social-fascista» (sic). Todavia, outras pessoas próximas do MR.P.P. entendem que o nosso jornal não tem qualquer razão para não publicar fotografias do dr. Arnaldo Matos referentes a aspectos das suas actividades políticas e sociais.

A esse desejo de alguns leitores, o «D.L.» corresponderá na sua edição de amanhã.

Mãe de Arnao Metelo assistente no processo de Custóias

O processo aos acontecimentos verificados no passado dia 1 de Janeiro junto ao estabelecimento prisional de Custóias, em que morreram três pessoas e outras ficaram feridas, no decurso de uma manifestação que tinha em vista pedir a libertação dos militares antifascistas detidos naquela cadeia, está neste momento em fase de instrução a cargo da Polícia Judiciária.

Apurámos, entretanto, que Maria Teresa Arnao Metelo, mãe do coronel Arnao Metelo, ferida juntamente com uma neta (filha daquele oficial), requereu às autoridades judiciais permissão para constituir-se assistente no processo.

Cal Brandão proibiu festa

. PORTO, 27 — Gorou-se a festa popular comemorativa do 25 de Abril de 1974 que a Assembleia Popular de Gondomar resolveu promover no passado domingo.

Em face deste «atentado às mais elementares liberdades do povo», o secretariado deslocou-se a casa do governador civil, dr. Cal Brandão, que «recebendo os elementos da janela da sua casa, informou-os ter sido ele quem deu ordem de terminar com a festa invocando que festas deste género acabavam por ter um carácter partidário».

Protestando contra o sucedido, o secretariado da APG refere que na festa estavam cerca de duas mil pessoas, não tendo sido perguntado, a nenhuma delas, a sua opção partidária ou religiosa.

No final, diz o comunicado: «a população de Gondomar vai-se contudo apercebendo do pluralismo de certos senhores e saberá hoje, 25 de Abril de 1976, na hora da verdade, correr com todos os «pluralistas» que infestam o nosso país. A burguesia não quer deixar de dominar, mas os trabalhadores unidos nos seus objectivos saberão remetê-la para a posição onde realmente deve estar».

Cadastrado doente evade-se

Um presumível autor de três homicídios, violações e assaltos, iludiu ontem a vigilância policial (à porta do 3.º Juízo Criminal da Boa Hora) e abandonou o local depois de ter sido absolvido de um único crime de entre os muitos de que é acusado. Na verdade, o Tribunal absolvera-o de um caso que incluía cenas de tiros no Casal Ventoso, mas o réu não tinha, ainda, direito à liberdade. Ele terá de voltar ao Tribunal para responder por três homicídios: o de um homem na Rua da Atalaia, de outro (polícia) em Benfica e de um terceiro (guarda-nocturno) na Damaia. Para concretizar a fuga, cerca das 17 horas, o réu desenvencilhou-se da muleta em que se apoiava, deixando-a no topo da escadaria da Boa-Hora,. Mais tarde, porém, a G.N.R. conseguiu recapturá-lo.

Trata-se de Isidro Albuquerque Rodrigues, de 22 anos, natural de Tondela.

Opção mantém-se

Continuação da pág. 1

deliberará sobre uma possível convocação do Conselho Nacional.

Para além da análise dos resultados eleitorais e do estudo das próximas eleições presidenciais, um outro ponto prende as atenções dos partidos: a manutenção do VI Governo, tal como se encontra, até às eleições presidenciais, ou a introdução de algumas alterações.

Todos os partidos (e o primeiro-ministrotambém) admitiram já a possibilidade de pequenos ajustamentos, de acordo com a expressão recente do voto. Não se exclui, no entanto, a possibilidade de a direita pressionar uma alteração mais profunda, tentando criar a si própria condições favoráveis durante o período que decorrerá até às eleições presidenciais.

O assunto, aliás, deve já reflectir-se na próxima reunião do Conselho de Ministros, marcada para amanhã.

Suspensas esta manhã todas as actividades da Casa de Angola

«Estão supensas todas as actividades da Casa de Angola. Já hoje não abrimos as portas» — eis o que esta manhã nos disse um dirigente do M.P.L.A. em Lisboa.

Razões imediatas do encerramento da Casa de Angola: o atentado à bomba cometido, no passado dia 22, contra o Comité de Acção do M.P.L.A. na cidade do Porto.

A ordem de encerramento veio directamente do Governo de Luanda.

Recorde-se (sem outras considerações que de momento seriam prematuras) que a Casa de Angola, e os seus Comités de Acção, eram as únicas representações angolanas em Portugal habilitadas a conceder vistos para a R.P.A. Deste modo, alguns retornados, que pensavam regressar a Angola, ficam agora impossibilitados de concretizar esse intento.

Por outro lado, e de acordo com um telegrama de France Press, um comunicado do Directório Político do M.P.L.A., difundido em Luanda, «considera, com severidade, a atitude de Portugal em relação a Angola». Declara-se nesse comunicado, nomeadamente, que «Lisboa está a transformar-se no principal centro das forças reaccionárias que pretendem organizar-se contra o povo angolano».

Resultados eleitorais sobem ao C.R.

. . Depois de amanhã, a partir das 15 e 30, o Conselho da Revolução vai reunir com os resultados eleitorais e o seu significado como matéria de reflexão e apreciação.

Por outro lado, deve subir também ao C. R. o projecto provisório da autonomia político-administrativa dos Açores e Madeira que amanhã será discutido no Conselho de Ministros.

Zona Sul

AUTO-DISSOLUÇÃO

. . Segundo informou o «Jornal Novo», edição de sábado, dia 24, o M. D. L. P., o subversivo Movimento Democrático de Libertação de Portugal ao qual normalmente têm sido associados os nomes do ex-general António de Spínola, do ex-comandante Alpoim Calvão, do ex-tenente-coronel Santos e Castro, terá decidido a sua auto-dissolução. Desta decisão teria sido avisado o Conselho da Revolução e, também, o «Jornal Novo».

CRISE NA TELEVISÃO

. . Fala-se de uma nova crise na RTP. No prosseguimento de várias medidas de «censura interna» os locutores foram superiormente proibidos de dizer «exactamente» e «efectivamente». Uma próxima assembleia dos trabalhadores da RTP vai debruçar-se sobre esta volência contra a locução livre.

Sá Carneiro

Continuação da pág. 1

uma política para o primeiro Governo definitivo a constituir oportunamente. Falando da situação actual e das responsabilidades do futuro Governo, o secretário-geral do P.P.D. salientou a necessidade de se encontrarem soluções que possam «curar» a economia portuguesa que está «gravemente doente»: para isso — disse: — «é necessário médicos e terapêutica à medida da doença de que ela enferma; para isso é necessário tomar medidas...»

. Referiu o facto de o P. S. ter, no VI Governo, a quase totalidade das pastas económicas: o P. S. — disse — «terá de apresentar soluções para resolver todos aqueles problemas». Considerou que deverá haver uma remodelação governamental: «uma remodelação poderá permitir que se reduzam algumas indefinições políticas». Esta remodelação — no entender do P.P.D. — deverá fazer-se prontamente.

Falando dos resultados eleitorais e de coligações possíveis: o secretário-geral do P. P. D. considerou que os primeiros exigiam a segunda. «O povo, no fundo, exprimiu esse desejo, ao votar em força nos partidos mais democráticos» — disse.

Congratulou-se com a subida do C. D. S. para o terceiro lugar na escala dos partidos mais votados e apontou para o que chamou o «enfraquecimento eleitoral» dos partidos da esquerda radical.

Ainda sobre o eventual abandono do VI Governo por parte do P.P.D.: essa saída não irá — disse Sá Carneiro — provocar crise política. «Aliás — salientou — um Governo que sabe que vai ser alterado radicalmente, pela recusa duma soligação, erá funções de mera gestão administrativa, o que quer dizer uue irá perder 2 meses de Governo.»

Sobre as próximas eleições (para a Presidência da República P.P.D. poderá apoiar um candidato que não seja do P.P.D. mas tenha o consenso do Partido.

Ainda sobre os resultados e as coligações: Sá Carneiro negou que os resultados apontem para uma coligação P.P.D.-C.D. S.: «Estes dois partidos não defendem um Governo minoritário».

Na conferência de Imprensa, Sá Carneiro, destacando que o P.P.D. insiste na saída do VI Governo do P.C.P., de acordo com decisões tomadas no seu último Congresso, levantou também a hipótese do seu partido abandonar, por seu turno, o gabinete de Pinheiro de Avezedo, decisão esta que poderá ser tomada ainda na semana em curso.